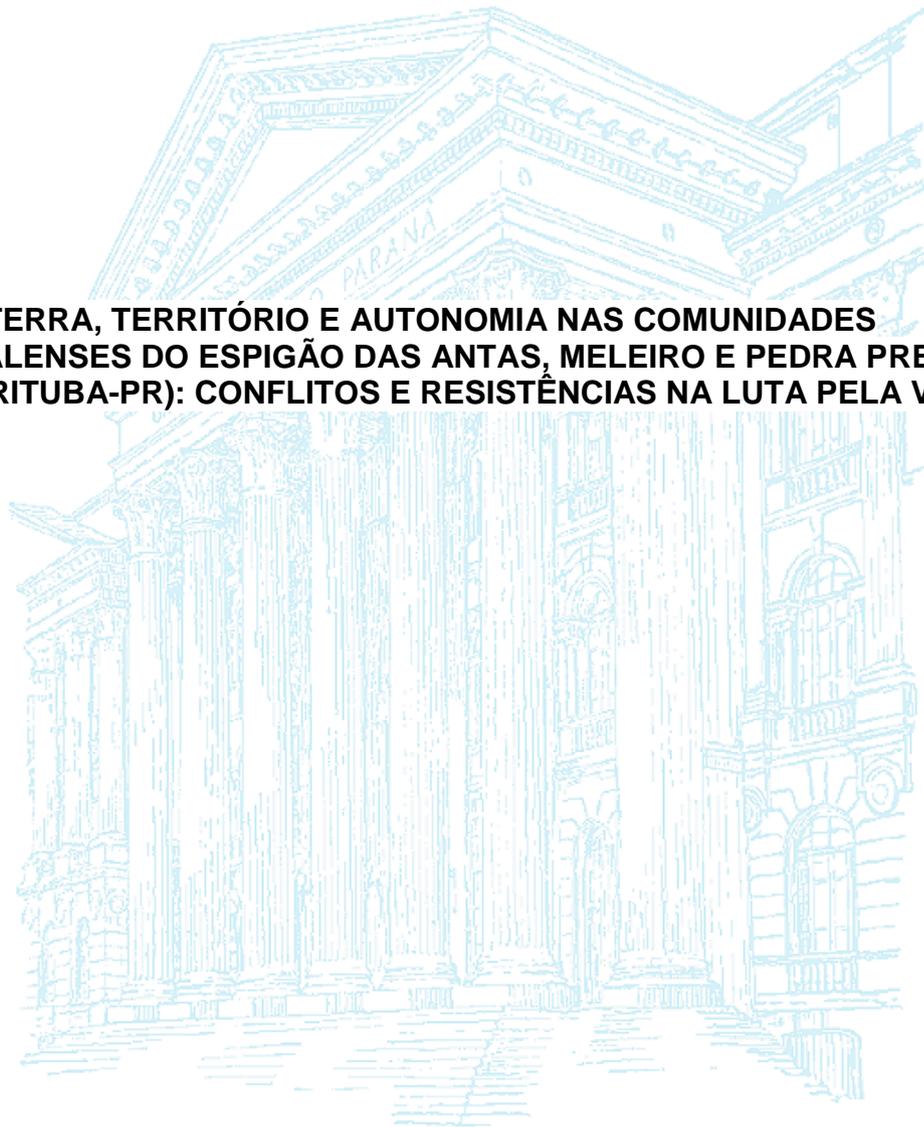


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

GUSTAVO FELIPE OLESKO

**TERRA, TERRITÓRIO E AUTONOMIA NAS COMUNIDADES
FAXINALENSES DO ESPIGÃO DAS ANTAS, MELEIRO E PEDRA PRETA
(MANDIRITUBA-PR): CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA LUTA PELA VIDA**



**CURITIBA
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

GUSTAVO FELIPE OLESKO

**TERRA, TERRITÓRIO E AUTONOMIA NAS COMUNIDADES
FAXINALENSES DO ESPIGÃO DAS ANTAS, MELEIRO E PEDRA PRETA
(MANDIRITUBA-PR): CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA LUTA PELA VIDA**

Dissertação de Mestrado em Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR, do Setor de Ciências da Terra.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez.

**CURITIBA
2013**

Olesko, Gustavo Felipe

Terra, território e autonomia nas comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta (Mandirituba-PR): conflitos e resistências na luta pela vida / Gustavo Felipe Olesko. – Curitiba, 2013.

182 f. : il.; graf., tab. + mapas

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Orientador: Jorge Ramón Montenegro Gómez

1. Conflitos de terra - Curitiba, Região Metropolitana de (PR).
I. Montenegro Gómez, Jorge Ramón. II. Título.

CDD 363.32



PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pelo (a) candidato (a) **GUSTAVO FELIPE OLESKO** intitulada "**TERRA, TERRITÓRIO E AUTONOMIA NAS COMUNIDADES FAXINALENSES DO ESPIGÃO DAS ANTAS, MELEIRO E PEDRA PRETA (MANDIRITUBA-PR): CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA LUTA PELA VIDA**", para obtenção do grau de Mestre em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**, Linha de Pesquisa **Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional**.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido o (a) candidato (a), são de parecer pela APROVAÇÃO* da Dissertação.

Curitiba, 5 de abril de 2013.

OBS: este documento tem a validade de 60 dias a contar desta data

Nome e Assinatura da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez - Orientador

Profa. Dra. Guiomar Inez Germani (PPGGeo/UFBA)

Prof. Dr. Roberto Martins de Souza - IFPR

* COM RECOMENDAÇÃO PARA A PUBLICAÇÃO NA ÍNTEGRA.

AGRADECIMENTOS:

Em primeiro lugar agradeço aos faxinalenses das comunidades Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta, do município de Mandirituba, Paraná. Sem a permissão, auxílio, conversas, nada disso seria possível. Estes sujeitos me receberam fraternalmente sempre, me chamaram para as rodas de chimarrão, para o jogo de bocha, para o café da tarde, para jogar conversa pro alto, enfim, todos são pessoas demasiadas especiais para mim, para sempre. Este trabalho é, antes de tudo, para eles, e não para eu ganhar o título de mestre.

Em segundo lugar agradeço toda a classe trabalhadora deste país, a qual pagando seus impostos com seu suor, sangue, tempo e vidas proporcionou que eu pudesse ser bolsista por dois anos. É minha obrigação retribuir, escrevendo uma pesquisa que consiga, no mínimo, escancarar os conflitos e sofrimentos da população brasileira, no caso, a população do campo.

Agradeço fortemente minha companheira, Juliana Rodrigues, que suportou todas as crises que tive ao longo de dois anos, se não desisti de tudo e larguei a pesquisa foi por ela e por todo o amor e confiança que ela deposita em mim. Além disto, todas as conversas, discussões e auxílios na pesquisa foram essenciais para que a mesma pudesse ser levada a diante, ainda mais, agradeço profundamente pela elaboração dos mapas.

A meus grandes amigos, os camaradas Otávio Rocha e Angelo Menegatti, companheiros de AGB, que além de ajudas pontuais nos capítulos, também ajudaram sempre com nossas discussões sensacionais sobre Geografia, política, AGB, e até mesmo futebol. Dá-lhe GeoNóia!

Ao companheiro Alexei Nowatzki, irmão para todas as horas, parceiro dos cafés no Politécnico, das conversas jogadas fora, das normas da ABNT, enfim, um amigo para todas as horas.

Ao companheiro Gilson B. Schultz, meu parceiro de trabalhos desde os tempos da graduação, o qual sempre foi um ombro amigo para as lamurias da vida, da academia, além das risadas e cervejas revigorantes nas noites frias de Curitiba, ou ainda ao café do Politécnico ou ao chá com bolachas de seu lar.

Outra pessoa sem a qual a dissertação não estaria completa é Fernando Heck, que me repassou praticamente todo o material do capítulo 2, sobre as granjas, prontamente e sempre esteve aberto a me ajudar.

Aos professores Nilson César Fraga, essencial ao me fazer continuar na vida acadêmica, sempre amigo e companheiro, e grande inspiração acadêmica, e Alfio Brandenburg, o qual me ajudou, e muito, sempre que precisei, fornecendo material fantástico sobre o campesinato, fazendo com que eu expandisse meu conhecimento de modo extraordinário. Ao camarada de luta, banca de qualificação e amigo, Roberto, Martins de Souza, que sempre forneceu material e ajudas, quando pedi, ao geógrafo Luis Almeida Tavares, que auxiliou no início da pesquisa e no “o que é ser pesquisador” e a Prof.^a Guiomar Germani, com belas pontuações na qualificação ajudou muito a alcançar esse resultado final.

A meu orientador, Jorge R. Montenegro Gómez, que ao longo dos últimos sete anos me auxiliou em tudo no que toca o meio acadêmico e dos movimentos sociais e sempre me incentivou (no início forçou) a por o pé na estrada e ir a campo. Meu sincero obrigado.

Agradeço também aos camaradas Michelle Correa, Márcio Grochocki, Liana Lopes, Lineu Marques, Guilherme “Arrudinha” Scheer, Gabriel “Caiçara” Ferreirinha e a piázada do GeoNóia. Agradeço profundamente a minha família, nas figuras da minha mãe, Irene, minha tia, Ivete, minhas primas Dryelle e Patryne e do meu afilhado, Gabryel, além de todas as entidades e a meu fiel escudeira, o velho Spike.

Aos institucionais CAPES, pelo auxílio financeiro, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e à UFPR, universidade a qual por oito longos me forneceu educação de qualidade, conhecimento, luta e vivência, a qual é forjada pela luta e deve permanecer pública, sempre.

Os agradecimentos são tantos, pois não sou fascista em pensar que fiz sozinho todo este trabalho, na realidade, sou uma construção social, histórica e geográfica, da qual estas pessoas são parte essencial e indissociável, o conhecimento não é dádiva de alguns sujeitos iluminados, mas sim uma construção a partir do todo.

*Aos meus avôs, Thadeu Olesko e Sebastião Alves dos Santos,
O primeiro me inspirou a pensar, lutar, conhecer e ser humilde;
O segundo que sempre me incentivou a geografar*

Libere-se das velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, a castração, a falta, a lacuna), que o pensamento ocidental, por um longo tempo, sacralizou como forma do poder e modo de acesso à realidade. Prefira o que é positivo e múltiplo; a diferença à uniformidade; o fluxo às unidades; os agenciamentos móveis aos sistemas. Considere que o que é produtivo, não é sedentário, mas nômade;

- Não imagine que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que a coisa que se combata seja abominável. É a ligação do desejo com a realidade (e não sua fuga, nas formas da representação) que possui uma força revolucionária

*(Michel Foucault,
Prefácio de "O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia"
de Gilles Deleuze)*

RESUMO

A pesquisa trata dos conflitos e as resistências existentes nas comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta, localizadas no município de Mandirituba, Paraná, na porção sul da Região Metropolitana de Curitiba. O agronegócio, nas figuras do monocultivo de pinus e eucalipto, e nas granjas de frangos contratualizadas, além do conflito com os chacreiros, são os conflitos analisados profundamente na pesquisa. A partir de entrevistas, coletas de narrativas, visitas constantes ao campo, se centrou a discussão a partir dos sujeitos faxinalenses, os quais foram essenciais na delimitação de seus principais conflitos. Assim sendo, se entende a pesquisa a partir de um olhar crítico e a partir de uma metodologia de pesquisa participante. O entendimento e análise das práticas faxinalenses auxiliou constantemente na construção conjunta dos objetivos da pesquisa, discutida em conjunto com os membros da comunidade. Assim sendo, delimitados os conflitos, foi focado na questão da autonomia destes sujeitos, fato que é analisado a partir dos conflitos identificados. O espaço rural brasileiro é marcado profundamente por embates entre os sujeitos do campo e seu modo de vida diferenciado, tradicional e relativamente autônomo, perante a expansão do capital, que se dá geograficamente, e que impõe de diversas maneiras o modelo hegemônico a tais sujeitos, dilacerando territórios e vidas. Indo além, a pesquisa busca mostrar a importância não só da luta pela terra, mas também da luta por território, fato que ganha importância e relevância na realidade agrária brasileira e latino-americana, a qual ganha, igualmente, força dentro das pesquisas acadêmicas. Percebe-se então que a luta por território é ligada intrinsecamente a questão da autonomia dos sujeitos que constroem esses territórios não totalmente inseridos no modelo do capital, o modelo hegemônico. Por fim, a espacialização dos conflitos em mapas se torna útil tanto para a pesquisa quanto para os sujeitos faxinalenses, os quais podem ver e ter em suas mãos um grande instrumento de luta e reivindicação.

Palavras-chave: faxinalenses; território; conflitos; resistências, autonomia; agronegócio.

ABSTRACT

The research deals with conflicts and resistances existing in the faxinalenses communities of Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta, located in the municipality of Mandirituba, Paraná, in the southern portion of the Metropolitan Region of Curitiba. The Agribusiness, in the figures of monoculture of pine and eucalyptus, and in the chickens farms chickens, and the conflict with the country house owners, are the analyzed conflicts deeply in the research. From interviews, collections of stories, constant visits to the country, focused the discussion from the faxinalenses individuals, which were essential in the delimitation of they major conflicts, therefore, is meant to research from a critical eye, and from a research participant methodology. The understanding and analysis of faxinalenses practices helped constantly on the joint construction of the research objectives, discussed in conjunction with community members. So, was focused in the delimited conflicts on the issue of autonomy of these individuals, a fact that is attacked from conflicts delimited. The Brazilian rural space is profoundly marked by clashes between the field peasants and their distinctive way of life, traditional and relatively autonomous, towards the expansion of capital, which takes place geographically, and imposes a number of ways the hegemonic model of such individuals, tearing lives and territories. Going forward, the research aims to show the importance not only of the struggle for land, but also the struggle for territory, a fact that gains importance and relevance in Brazilian and Latin American agrarian reality, which won also force within academic research. It can be seen then that the struggle for territory is intrinsically linked to the issue of autonomy those individuals, who build these territories not fully entered into the capital model, the hegemonic model. Finally, the spatiality of conflict in maps is useful both for research and for the faxinalenses individuals, which can see and get their hands on a great instrument of struggle and claim.

Keywords: faxinalenses; territory; conflicts and resistances; autonomy; agribusiness

SIGLAS

APF – Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

ICMS ecológico - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ecológico

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná

MDF – *Medium-Density Fiberboard*

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

RMC – Região Metropolitana de Curitiba

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização das Comunidades Faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta. Mandirituba – PR.....22

Mapa 2 – Perímetro das Comunidades Faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta. Mandirituba – PR.....23

Mapa 3 – Localização das Granjas nas Comunidades Faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta. Mandirituba – PR.....67

Mapa 4 – Localização das Plantações de Pinus e Eucalipto nas Comunidades Faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta. Mandirituba – PR96

Mapa 5 – Localização e Perímetro das Chácaras nas Comunidades Faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta. Mandirituba – PR101

Mapa 6 – Síntese dos Conflitos nas Comunidades Faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta. Mandirituba – PR.....154

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários por espécie de efetivo (aves)- série histórica (1970/2006).....70

TABELA 2: – Abates de frangos de corte com Serviço de Inspeção Federal (SIF), segundo os principais Estados produtores, 2006.....71

TABELA 3: Produção de Madeira no Estado do Paraná. Série Histórica.....94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Área de dentro do criadouro comunitário.	24
Figura 2: Área vizinha do criadouro comunitário.	25
Figura 3: Ausência do estrato intermediário e primário em área da mata próximo a comunidade Pedra Preta.	26
Figura 4: Ausência do estrato intermediário da mata no criadouro	27
Figura 5: Esquema de Casa Faxinalense	42
Figura 6: Galpão aonde se realiza a feira	47
Figura 7: Mapa do Fascículo 5 da Nova Cartografia Social. Faxinalenses do Núcleo Metropolitano Sul de Curitiba.	52
Figura 8: Aproximação ao Criadouro analisado a partir da Cartografia Social.	53
Figura 9: Legenda do fascículo 5 da Nova Cartografia Social. Faxinalenses do Núcleo Metropolitano Sul de Curitiba	54
Figura 10: Interior da Granja	75
Figura 11: Exterior da granja com entrada para caminhão	76
Figura 12: Vista a partir do criadouro com direção às terras de plantar (limitadas pelo traço vermelho).....	80
Figura 13: Ampliação da área limítrofe entre terras de plantar e monocultura de pinus.....	81
Figura 14: Diferenciação na paisagem.....	83
Figura 15: Área desmatada para plantação de pinus.....	84
Figura 16: Principais destinos dos produtos florestais paranaenses em 2011	92
Figura 17: Produção de toras de pinus/eucalipto para laminação no Estado do Paraná.....	93
Figura 18: Eucaliptos de Chacreiro logo na entrada do criadouro.....	95
Figura 19: Plantação de Eucalipto nas entradas de uma das matas do criadouro	98
Figura 20: Chácara cercada dentro do criadouro.	100
Figura 21: Granja dentro de uma Chácara dentro do Criadouro Comunitário	102
Figura 22: Nova Cerca sendo construída em terreno recém comprado por chacreiro.....	102

Figura 23: Chácara.....	117
Figura 24: Casas faxinalenses	118
Figura 25: Casa faxinalense.....	118
Figura 26: Tempos diferentes em presentes num mesmo território.	122
Figura 27: Ao fundo, Pequena Cerca no entorno da casa de sujeito faxinalense	146

Sumário

INTRODUÇÃO:	14
1. OS FAXINALENSES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS FAXINALENSES DE ESPIGÃO DAS ANTAS, MELEIRO E PEDRA PRETA E SUA CONSTRUÇÃO TERRITORIAL	21
1.1 As comunidades tradicionais de Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta: a construção de sua paisagem.....	21
1.2 – Práticas faxinalenses: definindo o que é faxinal	37
1.3 – Os Conflitos Existentes nas Comunidades: um Panorama.....	48
2. A EXPANSÃO DO CAPITAL NO CAMPO: O AGRONEGÓCIO EM SUAS DIVERSAS FACES E SEUS IMPACTOS NAS COMUNIDADES FAXINALENSES DO ESPIGÃO DAS ANTAS, MELEIRO E PEDRA PRETA.	59
2.1 – O Agronegócio e a Expansão do Capital no Campo: A Modernização do Campo à Brasileira.....	60
2.2 – As granjas e os Faxinalenses – Uma Relação Conflituosa e Contraditória.....	66
2.3: Pinus e Eucalipto: O Terror do Reflorestamento.....	82
3. FAXINALENSES EM LUTA: CONFLITO COM AS CHÁCARAS DE LAZER E SEUS DESDOBRAMENTOS MATERIAIS E IMATERIAIS	99
3.1. Uma Questão de Território: Conflitos Fundiários com os Chacreiros.....	100
3.2 – Conflitos com os Chacreiros em seu Âmbito Simbólico: Racionalidades Distintas, Confrontos Diretos.....	113
3.3 – As relações campo – cidade e os faxinalenses: Indo Além, Até a Expansão Geográfica do Capital.....	123
4. FAXINALENSES, AUTONOMIA E COLONIALIDADE: A EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS	130
4.1 – Faxinalenses e a luta pela manutenção da sua autonomia.....	131
4.2 – Terra e Território: os avanços do capital e a colonialidade do saber.	142
CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NAS COMUNIDADES FAXINALENSES DO ESPIGÃO DAS ANTAS, PEDRA PRETA E MELEIRO:	156
REFERÊNCIAS	159
ANEXOS	171

INTRODUÇÃO:

A emergência da luta de povos e comunidades tradicionais, no caso dos faxinalenses do estado do Paraná, traz à tona diversas nuances que complementam os estudos da questão agrária, somando aos temas da concentração fundiária ou da luta pela terra, os conflitos pelo território que esses sujeitos sofrem (MONTENEGRO GÓMEZ, 2010). Com esta mudança de foco, os estudos começam incorporar novos conceitos para entender a luta de povos e comunidades tradicionais, uma vez que a posse da terra já ocorre a estes sujeitos, porém, sua luta é não só pela manutenção da terra, mas também do território (ALMEIDA, 2006).

Partindo desse contexto, na nossa pesquisa, se recortam três comunidades faxinalenses da porção sul da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), situadas no município de Mandirituba: Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta. Devido à proximidade com Curitiba, as relações existentes entre as comunidades e a cidade de Curitiba são grandes e, na maioria das vezes, conflituosa. Essa situação foi fundamental na problematização que se deu através da elaboração da cartografia social¹ das comunidades acima citadas nos idos de 2010, aonde foi notado que o conflito com os chacreiros era muito forte e presente nas falas de quase todos os faxinalenses participantes das oficinas para o fascículo da cartografia, assim sendo, o objetivo do trabalho começou a ser traçado.

Isto posto, o que se objetiva nesta pesquisa são os conflitos pela terra e pelo território nas comunidades faxinalenses, focando o conflito com os chacreiros e os conflitos com o agronegócio (especificamente plantações de pinus e eucalipto e granjas de aves), além de tratar as resistências dos faxinalenses e sua autonomia em defesa nas comunidades.

Estes conflitos estão atrelados a questões mais amplas, não limitadas à especificidade local das comunidades faxinalenses e de seus sujeitos. Como apresenta Slavoj Žižek (2011), não se pode fugir das construções do todo e

¹ A elaboração do fascículo 5 do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, coordenado pelo Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, contou com a participação do Coletivo ENCONTTRA (Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra, da UFPR, coordenador pelo Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez..Esse processo se deu através de encontros com a comunidade e proporcionou a construção de uma cartografia dos conflitos existentes nas comunidades por parte dos próprios faxinalenses.

explicações gerais que o marxismo traz, contudo, não se pode também fugir das especificidades. Em outras palavras, o que Zizek enumera e nos serve de orientação nesta pesquisa geográfica é que não se pode cair no modelo monográfico *lablacheano*² e nem no modelo de macronarrativas que desconsideram o específico, se deve então ponderar entre ambas.

Como citado, a emergência, ocorrida já em meados dos anos 2000, da luta dos povos e comunidades tradicionais traz junto de si a questão do território, portanto, não se foca somente na luta pela terra ou pela manutenção da terra, entendendo esta somente como instrumento produtivo, elencando também, questões simbólicas, sociais e culturais, entre outras.

Assim sendo, durante a pesquisa, foram feitas diversas visitas a campo especificamente para o trabalho aqui elaborado, além da relação que já existia anteriormente³ com os faxinalenses das referidas comunidades, o que ajudou muito na coleta de entrevistas, informações e da própria construção da pesquisa. Além do mais, a participação no 4º Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses ajudou a selar entre faxinalenses e o autor as possibilidades da construção da pesquisa nas comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta.

Foi apresentado em reunião com a comunidade logo no início da pesquisa, já no mês de maio de 2011, o objetivo do estudo e debatido o que se queria pesquisar. Assim, foi apresentado o projeto de pesquisa, destacando, contudo, que o mesmo poderia ser modificado. Logo, o projeto foi tomando outros rumos em função das demandas dos sujeitos das comunidades, em especial o estudo dos pinus e eucaliptos⁴, assim como as chácaras.

² O modelo monográfico de Vidal de La Blache se aplicou na Geografia durante longo período, que vai desde o início dos anos 1910 até meados da década de 1950 com a ascensão da Geografia Quantitativa. Reside neste modelo a não compartimentação da ciência geográfica, cabendo a ela esmiuçar, de modo neutro, todos os parâmetros de uma dada região, sendo até certo ponto de caráter enciclopedista (CARVALHO, 1999).

³ Além da participação na elaboração da Cartografia Social, se pesquisou desde a Iniciação Científica, iniciada em 2007 o tema dos faxinalenses, o qual foi retratado também na monografia de conclusão de curso, que buscou as origens dos faxinais, uma síntese do que é um faxinal e os conflitos existentes entre 5 comunidades faxinalenses da porção sul da Região Metropolitana de Curitiba com as chácaras.

⁴ Importante destacar que na reunião inicial, em conjunto, as granjas não surgiram como um conflito, contudo, foi no decorrer da pesquisa que se percebeu como estas granjas causam problemas tanto para seus donos quanto para o restante dos faxinalenses.

Assim foram feitas diversas reuniões ao longo da pesquisa, aonde estavam presentes diversos faxinalenses, lideranças ou não, ou seja, uma conversa entre os faxinalenses e o pesquisador. Para tanto, utilizou-se da metodologia proposta por Jovchelovitch e Bauer (2002) na qual a entrevista narrativa é o instrumento para o trabalho de campo e, além deste instrumento, utilizou-se de Sayad (1998), o qual trata dos cuidados durante uma entrevista, pensando sempre na condição vivida pelo entrevistado.

A entrevista narrativa é um método de pesquisa qualitativo (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 6), onde não há um modelo estruturado de entrevista, mas sim um modelo aonde os entrevistados contam sua história a partir de um ponto de vista lançado pelo pesquisador, aqui tal ponto é são os conflitos. Durante esta narrativa coletiva, muito se diz, uma história é contada segundo um ponto de vista, visto que a linguagem não é neutra (IDEM, p. 9), contudo, cabendo ao pesquisador o analisar e criar filtros para inverdades ou fatos que não cabem à pesquisa.

Além de contar uma história, contar seu espaço, contar o território, com seus conflitos, tradições e construções identitárias, uma questão importante foi o tom durante as produtivas reuniões para discussão do trabalho. Tendo em vista um tópico inicial, o qual foi construído em conjunto com os faxinalenses, as narrativas sobre os conflitos contra os pinus e eucaliptos (tratados com ar de novo “problema”, visto sua “recente aparição” nos arredores das comunidades) e contra os chacreiros se davam de maneira quase autônoma, sem interrupção do pesquisador, seguindo o que os autores tratam como premissa básica para esta metodologia (IBIDEM, p. 16) e que leva em conta o todo, não direcionando a narrativa em momento algum. Este modelo é ideal para construção de fenômenos sócio-históricos, aonde os sujeitos têm papel de enraizamento muito forte, como afirmam Jovchelovitch e Bauer (IBIDEM, p. 17) e, ainda mais, quando a construção está embrenhada em uma abordagem territorial (SAQUET, 2011, p. 223).

Para complementar a pesquisa, foram utilizadas também entrevistas, igualmente baseadas nos termos de Jovchelovitch e Bauer (IDEM), consoante reflexões de Bourdieu (1999), as quais eram conduzidas pelos faxinalenses, normalmente após tais reuniões, ou seja, alguns sujeitos faxinalenses vinham e queriam falar mais, porém a sós com o pesquisador. Assim sendo, se seguiu o

que Bourdieu (1999) e sua equipe traçam ao longo da obra a Miséria do Mundo, uma construção próxima e conjunta com o entrevistado, aonde todo o cuidado é necessário e, aonde quem conduz a entrevista é o sujeito e não o pesquisador. Isso gera diversas críticas no campo teórico metodológico, como a de Mayer (1995), que elenca a possibilidade de o pesquisador-entrevistador conduzir a entrevista para o lado que este deseja, levando-a até o encontro de seus pressupostos teóricos. Refuta-se isto desde o princípio: a entrevista foi ponto inicial da pesquisa, não o contrário. Entende-se aqui que a teoria está sempre em perseguição à realidade, e que a teoria se adequa a realidade, não o contrário, portanto, a construção conjunta do plano e objetivos da pesquisa levou a mesma ideia a cabo, seguindo a toada dos faxinalenses e não do pesquisador.

Sobre o cuidado a ser tomado durante o campo e a coleta de dados, visto a condição do faxinalense perante todos os conflitos que se manifestam contra sua construção de vida e cultura, baseados em Sayad (1999), o qual trata da condição do migrante, se constrói aqui a certeza de que a pesquisa se dá com sujeitos sociais, com seres humanos, e não com objetos de estudo, os quais estão simplesmente nas comunidades, esperando um ente de fora ir analisa-los. Por isso, toda a preocupação desde o início do trabalho em construir conjuntamente com os faxinalenses o objetivo da pesquisa.

Foram entrevistados aproximadamente 26 pessoas, das quais 8 eram mulheres, e 18 homens. A idade mínima para as mulheres foi de 22 anos e a máxima de 70, enquanto no caso masculino a mínima foi de 18 e a máxima de 82. Utilizou-se somente 16 faxinalenses entrevistados devido a maior pertinência de suas falas, contudo, as outras entrevistas tiveram importância vital na construção e entendimento dos conflitos e resistências destes sujeitos. As entrevistas narrativas, iniciadas nos idos de julho de 2011 e findadas em dezembro de 2012, com 11 realizadas, contou com a participação mínima de 8 pessoas, e a máxima de 35. Contudo, é importante ressaltar que a rotatividade nas reuniões realizadas para tais entrevistas narrativas era grande, tanto no decorrer de uma para outra quanto na realização de uma mesma, por vezes, começando com certos faxinalenses e se encerrando com outros, e, também, não houve critério para a seleção das idades dos entrevistados, uma vez que se almejou construir do modo mais orgânico possível a pesquisa.

Tendo esta construção da pesquisa enquanto metodologia, entende-se que a construção da ciência também segue o mesmo modelo, ou seja, feita não através da verticalização pesquisador-objeto de pesquisa, mas sim através da horizontalidade pesquisador-sujeito da pesquisa, aonde se constrói em conjunto o produto da pesquisa, levando em conta a responsabilidade com os sujeitos necessária à ciência (BOMBARDI, 2003). Logo, para a construção de uma pesquisa horizontal, aonde as ações do pesquisador para os sujeitos seja sempre abertas ao diálogo e a reflexão, o mesmo se deve fazer com o entendimento da ciência, que não deve ser posta como superior a outros saberes

Tal debate se localiza dentro da ciência geográfica em um ponto muito conflitante, diverso e já histórico. A Geografia se institucionaliza a partir da Geografia alemã, que nasce para ajudar na construção do ideário da recém unificada Alemanha, triunfando o possibilismo e o naturalismo como elementos condutores de seu modo de ser e fazer ciência, como enumera Capel (1981). Ainda em Capel, este modelo alemão serve para toda a construção da ciência geográfica, a qual é acrítica e quase sempre instrumento estatal de controle a partir da década de 1870. Porém, Kropotkin (1986) critica tal modelo, que serve, segundo o mesmo, para alastrar e legitimar a desigualdade social.

No que toca à Geografia Agrária, Reclus (1985) esmiúça tal vertente da ciência, criticando-a por ser conduzida por agrônomos a serviço de grandes proprietários de terra, que buscando somente entender a produtividade das terras, deixando de lado as populações presentes nestas terras e a própria natureza das análises elaboradas por estes pesquisadores.

Assim sendo, Bombardi (2003, p. 45) remonta que a Geografia Agrária brasileira nasce do historicismo alemão, meramente descritivo. Deixou-se de lado a recomendação de Reclus (1985) de pesquisar a inter-relação entre a questão social e a agricultura.

Por fim, Bombardi, (2003, p.50-53) trata de fato o que se segue aqui de modo incisivo: a ciência produz informação e conhecimento, muitas vezes usados por e a favor do capital e suas diversas faces e, portanto, cabe ao pesquisador com responsabilidade para com a sociedade produzir informação e conhecimento por, para e a partir dos sujeitos afetados, no caso os sujeitos do campo, camponeses para a autora, para fortalecer e legitimar as lutas

destes. Os conceitos não são de modo algum, portanto, neutros e carregam junto de si construções ideológicas muito fortes, que tentam naturalizar o capital e suas contradições (BOMBARDI, 2003, p.53) e cabe ao pesquisador ter senso crítico para construir alternativas a este modelo, pensando para quem serve sua pesquisa e o conhecimento por ele construído.

Ainda que se considere aqui não todos os faxinalenses como camponeses, uma vez que, seguindo Ploeg (2009, p.39-40) as diversas homogeneidades dos sujeitos não podem excluir um ou outro sujeito e criar dicotomias inexistentes, considera-se nesta pesquisa que os faxinalenses tem uma condição camponesa, mesmo os sujeitos faxinalenses que trabalham na cidade mas moram no faxinal. Isso se dá, pois toda a concepção de mundo, simbologias, cultura, sociabilidade destes sujeitos está muito próxima da do campesinato, levando estes a terem uma condição camponesa ou uma campesinidade, nas palavras de Woortmann (1995).

Doravante, o entendimento dos sujeitos faxinalenses na condição camponesa é marcante na pesquisa, e isso se dá não como uma delimitação pré-estabelecida pelo pesquisador, mais sim como constatação a partir das entrevistas e das visitas às comunidades. Partindo do entendimento que se notam desde a ciência geográfica como elementarmente produtora de conhecimento e informação, e que socialmente deve se produzir informação os invisibilizados, e desconstruir naturalizações, como já citado, o que vai ao encontro da metodologia utilizada para as entrevistas.

Assim sendo, os sujeitos faxinalenses têm toda uma ligação com o campo e o espaço agrário, constroem seu território e sua territorialidade baseados nestas premissas camponesas, o que lhes dá traços de campesinidade, uma condição camponesa forte que os faz almejar o direito a sua expressão cultural e social, entendida aqui como autonomia relativa.

A pesquisa, então, apresenta estas faces metodológicas e estes entendimentos teóricos da ciência geográfica. Para desenvolver estas argumentações e debate-las, divide-se a pesquisa em quatro partes. Primeiramente, se apresenta e analisa as comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta no tocante de sua paisagem, sua caracterização, suas práticas e conflitos. No segundo momento, se foca no conflito com as culturas de pinus e eucalipto, remontando à própria questão

mas genérica do agronegócio e do monocultivo. Na terceira parte centra-se a análise no conflito com as chácaras de lazer, examinando o modelo de uso da terra e os conflitos existentes por e a partir destas chácaras. O quarto capítulo busca articular o singular das comunidades faxinalenses analisadas com o universal, focando nos debates da autonomia relativa camponesa, da produção diferenciada do espaço, da expansão geográfica do capital e da atualização da questão agrária.

1. OS FAXINALENSES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS FAXINALENSES DE ESPIGÃO DAS ANTAS, MELEIRO E PEDRA PRETA E SUA CONSTRUÇÃO TERRITORIAL

Os faxinalenses das comunidades tradicionais Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta constroem, cotidiana e historicamente, seu território e sua territorialidade. Situadas dentro de um mesmo criadouro comum, as três comunidades têm uma história conjunta, a qual remete a duzentos e cinquenta anos, segundo os próprios faxinalenses, contudo, no decorrer deste período as comunidades não ficaram estáticas, seja no que toca aos seus moradores ou seja no que tange ao seu território, suas práticas e seus conflitos.

Esta pesquisa leva em conta que há uma produção diferenciada do espaço (SOJA, 1996, p. 106) por parte desses sujeitos faxinalenses, sendo necessário apresentar desde o início como tal produção se dá e porque se considera que a produção do espaço por estes sujeitos ocorre de maneira diferenciada. Assim sendo, dividi-se em três partes este capítulo, fazendo primeiramente uma descrição das comunidades, em seguida explicitando como as práticas desses sujeitos moldam seu território e por fim, como os conflitos também fazem parte da construção territorial diferencial faxinalense.

1.1 As comunidades tradicionais de Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta: a construção de sua paisagem

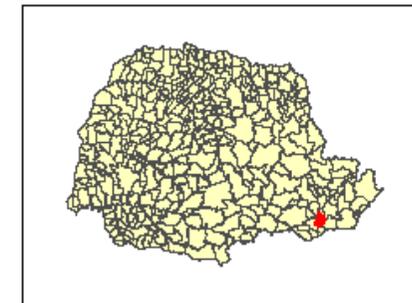
Situadas no município de Mandirituba, situado na porção sul da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), as três comunidades analisadas estão inseridas dentro de um mesmo criadouro comunitário. Segundo os próprios faxinalenses, no conjunto destas três comunidades vivem cerca de 220 famílias numa área de aproximadamente 200 alqueires de terra (MAPA 1 e MAPA 2).

**MAPA 1
LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES
FAXINALENSES
DO ESPIGÃO DAS ANTAS,
MELEIRO E PEDRA PRETA,
MANDRITUBA - PR**



S

UTM
22 S



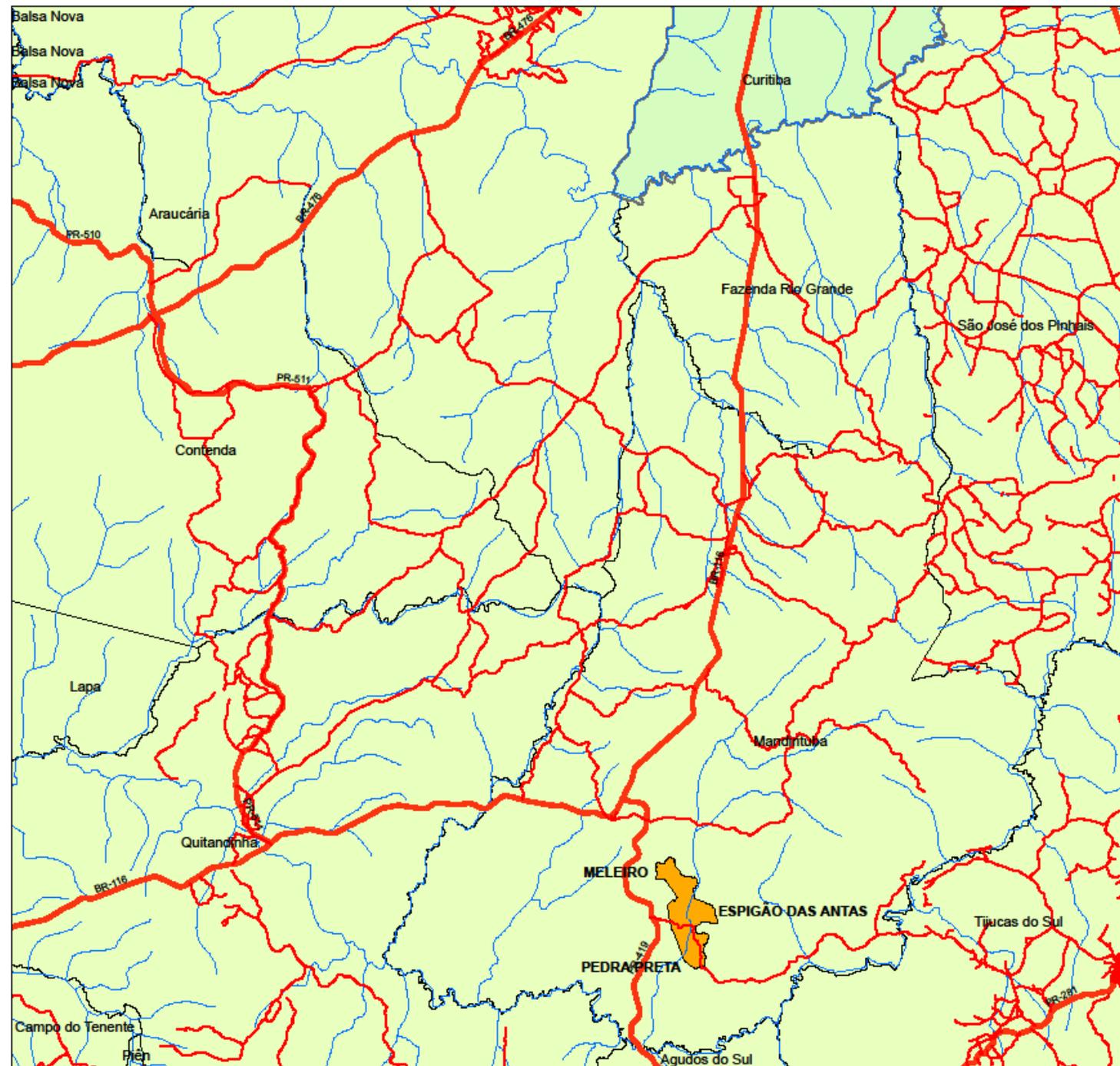
ESCALA
1:150.000



Legenda

-  Estradas Secundárias
-  Estrada Principais
-  Hidrografia
-  Perímetro do Faxinal
-  Curitiba
-  Municípios do Paraná

Organização: Juliana Rodrigues Cordeiro
Fontes: Imagem de satélite: Google Earth, 2008
Hidrografia: ITCG, 2010
Estradas: SEMA, 2010



MAPA 2
PERÍMETRO DAS COMUNIDADES
FAXINALENSES
DO ESPIGÃO DAS ANTAS,
MELEIRO E PEDRA PRETA.
MANDIRITUBA - PR



S

UTM
22 S



ESCALA

1:16.500



Legenda

-  Estradas Secundárias
-  PR 419
-  Hidrografia
-  Perímetro do Faxinal

Organização: Juliana Rodrigues Cordeiro
Fontes: Imagem de satélite: Google Earth, 2008
Hidrografia: ITCG, 2010
Estradas: SEMA, 2010

A área de criadouro comunitário, onde moram as comunidades, conta com um mata nativa exuberante. O domínio fitogeográfico predominante na região na qual estão inseridas as comunidades é a floresta de araucária, ou floresta ombrófila-mista, a qual conta com chuvas o ano todo e tem como principais espécies arbóreas a Bracatinga (*Mimosa scabrella*), a Araucária ou Pinheiro do Paraná (*araucária angustifólia*) e a Imbuia (*Ocotea porosa*) (RODERJAN, GALVAO, KUNIYOSHI, HATSHBACH, 2002). É importante ressaltar que esta configuração fitogeográfica se mantém nas comunidades até certo ponto, não sendo encontradas as imbuias no caso específico das comunidades aqui trabalhadas, uma vez que as mesmas foram exploradas, no passado, principalmente por serralherias, o que levou ao fim destas na localidade. Ainda no que tange à mata presente nestas comunidades faxinalenses, é notável que sua presença seja muito maior quando comparada com o entorno do faxinal, como se vê no comparativo entre a Figura 1 e a Figura 2:

Figura 1: Área de dentro do criadouro comunitário.



Fonte: Faxinalenses, 2011

Figura 2: Área vizinha do criadouro comunitário.



Fonte: Faxinalenses, 2012⁵

Existe uma relação de interdependência entre o faxinalense e a mata nativa, como Tavares (2008) mostra ao tratar de como a identidade faxinalense como uma construção dialética face a luta pela manutenção de seu território de vida, como foi possível encontrar nas idas a campo e nas entrevistas. Contudo, é necessário destacar dois fatos: o primeiro é a ‘ausência’ do estrato inferior em diversas partes da mata, existindo nesta somente o estrato superior e o intermediário devido ao trânsito dos animais (ainda que existam áreas de mata mais fechada em que os estratos estão completos); em seguida, outro fato a ser levantado é a ausência de Imbuías dentro da área do criadouro delimitada pelos sujeitos faxinalenses, uma vez que, devido ao elevado valor de sua madeira, a mesma foi extraída com afinco ao longo dos tempos, principalmente no século XX, por sujeitos de fora das comunidades, em especial de Santa Catarina, segundo os faxinalenses, fazendo com que esta

⁵ As imagens em que a fonte se refere a “Faxinalenses” o faz uma vez que tais fotos foram fornecidas pelos faxinalenses para a pesquisa com intuito de mostrar seus conflitos ou práticas de vida.

desaparecesse, não só deste recorte analisado, mas também entrando na lista de espécies ameaçadas de extinção (INOUE, PUTTON, 2007; IBGE, 1990).

Ainda com o uso da mata por homens e animais, é importante ressaltar a presença ainda considerável das Araucárias, que se destacam no dossel da mata, como se pode ver na Figura 3, seguindo então a característica maior da floresta ombrófila mista, ou seja, o predomínio na paisagem destes pinheiros (IBGE, 1990). Algumas áreas se encontram se a presença do estrato primário, como se vê na Figura 4, contudo, tais áreas são poucas dentro do criadouro, existindo somente nas proximidades das casas, nos locais aonde os porcos dormem com suas ninhadas ou costumam descansar durante o dia.

Figura 3: Ausência do estrato intermediário e primário em área da mata próximo a comunidade Pedra Preta.



Fonte: Faxinalenses, 2012

Figura 4: Ausência do estrato intermediário da mata no criadouro



Fonte: Autor, 2012

Outros autores tratam da relação entre as áreas do criadouro dos faxinais e a permanência da mata de araucária. Destarte, Grzebieluka e Löwen-Sahr (2009, p. 44-45) citam como a relação de interdependência dos sujeitos faxinalenses para com o ambiente resultou na necessidade de manutenção dessas matas, as quais, através do modelo de desenvolvimento rural imposto pelo Estado, acaba por deixar de lado e segregar o ambiente da relação com o camponês, transformando o campo em meio de produção nos moldes urbanos, ou seja, sem a interrelação que ainda existe ali.

Sobre a mata, Márcio da Silva (2005) trata, a partir das definições de Chang (1988) do sistema faxinal, assinalando como este sistema é ecológico e “sustentável” do ponto de vista ambiental e econômico, que a partir da presença destes faxinais, com talhões de mata muito bem manejados, porções florestais com espaçamento significativo dentre as árvores, mas com dossel preservado quase que na totalidade (IDEM, p. 63-65), a mata segue preservada e tem seu desenvolvimento nos padrões normais. O mesmo autor (IBIDEM, p.95) considera que a presença disto que ele denomina de sistema

faxinal acaba por ajudar na reconstituição da biodiversidade natural, graças ao modelo de uso comum existente neste sistema.

Aqui se refuta a ideia de sistema faxinal advindo de Chang (1988), uma vez que não se concorda com a constatação de que o faxinal consiste em um sistema, deixando de lado o fato de que este é formado por e a partir de sujeitos, os quais constroem sua identidade e seu território (SOUZA, 2008) a partir de relações conflituosas que se dão de maneira pluridimensional. Todavia, ainda que indo contra a essência do trabalho de Chang (1988), o mesmo ajuda na legitimação do fator de que graças aos faxinalenses e a seu modo de uso comum da terra, a biodiversidade é preservada e até mesmo reconstituída em áreas degradadas.

Ajudando na conclusão desta análise, o próprio autor (SILVA, 2005) e outra autora, Ana Luiza Assis (2011), consideram o fator do manejo dos sujeitos na mata não ser grande determinante de depredação do ambiente, pelo contrário, apesar de contar com pontos que em certos extratos da mata inexistem ou são esparsos, como se pode notar nas figuras 4 e 5 (p.11-12) no caso aqui analisado, tais acontecimentos são consequência do manejo, o qual é, mesmo assim considerado sustentável do ponto de vista ambiental. Ainda em Assis (2011), a questão dos faxinalenses em relação ao ambiente ganha importância e relevância, uma vez que a mesma legitima a afirmação faxinalense de que estes ajudam na ampliação e preservação dos resquícios de mata de araucária no estado do Paraná, graças a suas práticas de uso comum da terra e as suas práticas sociais relacionadas com o seu território, pluridimensional, mantido na defesa de suas práticas sociais, que abarca tanto o território material quanto o imaterial. Isso tudo é um exemplo de como a paisagem faxinalense é construída pelos sujeitos e não algo dado naturalmente.

Cabe ressaltar que a natureza aqui apresentada não é simplesmente para contemplação ou algo intocável e sem sujeitos, como Diegues (1996) ressalta, ou seja, a natureza tem uso tanto econômico, quanto simbólico, social e histórico, ficando, inclusive, a cargo destes sujeitos a manutenção ou quiçá a ampliação dessa vegetação (DIEGUES, 1996, p. 70-71), como fica evidenciado no caso dos faxinais nas pesquisas de Silva (2005) e Assis (2011).

O faxinalense utiliza-se da mata de araucária, assim como seus animais criados à solta também o fazem, logo, a mata não é intocável, nem completamente 'preservada' nos moldes mais extremos, de uma natureza sem sujeitos, contudo, a mesma mata só existe com pujança dentro dos criadouros faxinalenses, devido ao seu uso por parte dos faxinalenses, uso este que se dá de modo conjunto, ou seja, a prática social destes sujeitos os coloca em proximidade com a mata, e graças a isso a mesma resiste como já foi mencionado anteriormente, especialmente por Silva (2005). Diegues (2001, p. 98-100) reforça isto, trazendo exemplos de casos brasileiros aonde graças ao manejo sustentável do ambiente das comunidades tradicionais que conseguem ajudar na reconstituição da biodiversidade ou no mínimo a manutenção desta diversidade. O autor francês Henri Mendras (1978) apresenta traço muito semelhante ao tratar do campesinato, quando mostra que tais sujeitos têm uma relação muito próxima e de interdependência com a mata, tratando, assim, a natureza como um todo, que engloba tanto os sujeitos quanto à fauna e a flora. Ou seja, enquanto alguns sujeitos necessitam de se reapropriarem da natureza, como no caso de assentados advindos da cidade, ou mesmo camponeses que já perderam a relação com a natureza, a luta faxinalense é para manter sua apropriação do território e dos recursos naturais que lhes é característica.

Assim sendo, a mata de araucária constitui um importante elemento na construção identitária e territorial faxinalense, tanto nas comunidades analisadas quanto nas restantes, espalhadas pelo estado do Paraná, visto todo o significado econômico, social, cultural, simbólico e territorial que tal mata têm. Para tanto, garantir a própria reprodução de vida através da possibilidade de viver com certa autonomia perante a sociedade do capital⁶ é viável graças a esta simbiose da mata, que fornece aos sujeitos pinhão, lenha e alimento para seus animais, sendo essencial para sua reprodução econômica. Fornece esta mata, também, elementos de união e amizade, ou seja, uma agregação social, uma vez que entre estes sujeitos existe também certa interdependência, principalmente através dos mutirões (chamados de puxirões pelos

⁶ Utiliza-se o termo sociedade do capital a partir de David Harvey (1993), que o mesmo utiliza para designar a sociedade hegemônica, aonde o individualismo, a concorrência, e o trabalho assalariado predominam, em detrimento de outras lógicas.

faxinalenses) que se fazem para a construção de cercas, lida na lavoura ou organização de festas. Isto tem relação com a construção cultural dos mesmos, que conta muito com a presença animais soltos e sua relação com a natureza, aonde há toda uma religiosidade que congrega religião, floresta, animais e amizade. Por fim, a floresta ajuda na simbologia destes sujeitos, que a veem muitas vezes como símbolo de sua resistência. Muito se escuta entre os próprios sujeitos faxinalenses que a floresta só está de pé pela ação de todos eles em conjunto, que somente um não daria conta, assim, novamente, a simbologia da floresta, do confluem como símbolos destes sujeitos.

Nóis temo um jeito, o feito nosso, do interior... é ouvir e cantar moda de viola, comer o pinhão, tomar o mate, fazer sapecada, essas coisas que a mata dá pra nós, né? Pra mim a marca nossa é a pinherada... antes até que os porco é o pinheiro, porque nem todo mundo tem porco, mas pinheiro daqui é de todo mundo. (FAXINALENSE 16, 2013)

A manutenção desta mata em relativa harmonia com os faxinalenses é um elemento muito característico dessas comunidades. Alguns faxinalenses contaram durante as narrativas coletadas para a pesquisa que plantavam araucárias por conta própria, ou por acharem bonito, ou para cortarem quando os filhos casassem ou ainda para aumentar a quantidade e deixar a mata mais cheia.

Outra particularidade muito marcante é a presença de porcos, cabras, cavalos, galinhas criados a solta no criadouro comunitário aonde, se inserem também moradias dos faxinalenses. A delimitação do criadouro é feita através de valas na terra ou cercas dependendo a área, que impedem a saída de animais, assim como a presença de mata-burros nas entradas dos criadouros, que também servem para conter a saída dos animais. Assim é possível criar os animais soltos acima citados, com estes se alimentando das frutas que caem no chão e tento isto como base de sua alimentação.

O criadouro comunitário faxinalense segue o mesmo modelo de terras de uso comum analisadas por Edward Thompson (2005), no período que vai dos séculos XVIII ao XIX. As terras de uso comum são, logo, diferenciadas das terras comunais devido ao fato das primeiras serem de propriedade de alguém, (THOMPSON, 2005, p. 105-107). Seja uma paróquia, algum grande

proprietário ausente com diversos arrendatários, a municipalidade ou até aos que utilizam esse espaço através da posse, acabam sendo, *de jure*, donos do mesmo e fazem o uso comum das propriedades através de acordos construídos consensualmente pelos membros do grupo (IDEM, p. 108). Como destaca Bertussi (2010) a questão dos proprietários é demasiado complexa não só nos faxinais como em outros povos e comunidades tradicionais. No caso, ainda segundo a autora, é quase impossível se elaborar um mapa fundiário das três comunidades, devido a diversidade e fragmentação existente tanto no que condiz a documentos, quanto no própria divisão de terras, logo, é possível notar ao perguntar a diversos sujeitos faxinalenses, que um lote pode vir a ter quatro, seis casas e pertencer a uma única pessoa, que permite de bom grado esse uso consuetudinário da propriedade, tanto da parte voltada para a moradia quanto a porção destinada a circulação de animais ou extração vegetal.

A natureza e seu uso e o criadouro aonde se tem os animais criados soltos são partes indissociáveis da construção do uso comum da terra e, deste modo, do criadouro comunitário. Este criadouro tem características muito marcantes, uma vez que é nele que se encontram as casas dos faxinalenses, ou seja, as comunidades, a horta para consumo próprio e suas criações soltas partilhando de quase todo o criadouro de modo comum, excetuando as áreas de mata muito densa e as áreas cercadas por chacreiros.

O uso da terra é, portanto, comum. Apesar de grande parte dos faxinalenses terem a propriedade de suas terras todas estas são colocadas ao para o uso de toda a comunidade e de suas criações, fazendo um uso consuetudinário, como elenca Tavares (2008), deste território, território o qual é tradicionalmente ocupado por estes sujeitos.

A paisagem do território faxinalense é constituída destas particularidades, as quais se exprimem no espaço de modo marcante. A preservação da mata se dá em conjunto com o local de vida destes sujeitos, a mata e as casas existem em proximidade, não existindo dicotomias muito bem marcadas, ou seja, não existe uma área totalmente desmatada para a construção de casas, mas sim uma paisagem que dosa elementos tanto naturais quanto humanos. Além da mata, é muito marcante a ausência de delimitações por cercas de grandes espaços de terra, de um lote todo, por

exemplo. Isto ocorre somente no caso das chácaras de lazer existentes dentro do faxinal, as quais vão na contra mão das regras de uso faxinalenses, e acabam por cercar toda a área que lhes pertence. Uma dicotomia muito notável nas terras de faxinais em que se inserem as comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta é a diferenciação da paisagem entre o criadouro comunitário e as terras de planta. Enquanto nas terras de planta existe um predomínio dos cultivos alimentícios e de uma porção de mata muito limitada, dentro do criadouro, como citado acima, o que se dá é a abundância de mata, seja ela densa ou mais aberta, pela ação do homem, no caso.

A paisagem do faxinal ainda apresenta toda uma junção de tempos e espaços, que convivem em relativa harmonia. É o caso de carroças em conjunto com carros, de antenas parabólicas juntamente com latrinas, de música sertaneja caipira com música eletrônica dos mais jovens. A paisagem também conta, como já citado, com uma abundância de mata nativa que é manejada tanto por sujeitos tipicamente campesinos como por jovens trajados com roupas largas e bonés, seguindo a moda da juventude brasileira. Isto tudo se faz presente num mesmo território, aonde granjas de frangos criados confinados contrasta com galinhas caipiras e porcos criados soltos. Os tempos e espaços se sobrepõe, as vezes em conflito, as vezes de modo paralelo.

O criadouro se mantém baseado em um acordo comunitário construído consensualmente que delimita os usos e práticas permitidas dentro deste. Um acordo é utilizado pelas comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta, visto que as mesmas estão inseridas em um mesmo criadouro. Este acordo regulariza a quantidade de criação que cada família faxinalense pode ter, visando a não degradação do criadouro, além de delimitar a quantidade de área que pode ser cercada por cada faxinalense (no caso 20% da propriedade de cada faxinalense, contudo, na prática, se tem o costume de cercar dentre 5 a 10 metros no entorno das casas [ACORDO, 2011]), uma vez que estas estão na grande maioria das vezes dentro da área do criadouro comunitário das terras de faxinal.

Tal acordo foi construído através do consenso dos moradores e não a partir de uma unanimidade ou de uma imposição. Dentre outras coisas, se destaca que no acordo está presente a intenção de padronização das cercas

tanto dos vizinhos do faxinal quanto para os de dentro do mesmo⁷. Outro ponto do acordo trata de regradar como se dá a extração de bens naturais e limites para tal extração, assim como restrições em relação ao número e tipo de criação⁸. Por fim, após meses de discussão, segundo os faxinalenses, se regrou o modo de como deve ser tratado e destinado o lixo, aonde cada morador deve zelar pela manutenção de uma área de 50 metros no entorno de sua casa, além de limites ao trânsito de carros, ficando os mesmos limitados a 30 km/h, o que é desrespeitado pelos ônibus da linha⁹ que cruza o faxinal e por diversos chacreiros. Isso tudo foi construído a partir dos sujeitos das três comunidades, além de, para melhor aplicar tal acordo, existir uma comissão eleita por assembleia. É importante ressaltar que o acordo é legitimado por lei e caso não seja cumprido, cabe ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) aplicar multas aos infratores, contudo, existe também um modelo de cobrança de multas dentro do próprio acordo, o qual ainda não precisou ser utilizado, segundo os próprios faxinalenses.

Feeny et al (2001, p. 30) fazem uma reflexão acerca de modelos de regulação do uso comum de terras, elencando que as populações destes espaços se organizam para criar regras e comportamentos que ajudem no manejo adequado dessas terras e para não as destruírem ao longo dos tempos. Novamente Thompson (2005) traz uma reflexão acerca destas terras de uso comum e a natureza que se preservou, graças à insistência, resistência e conflitos perante os que julgavam suas práticas antiquadas:

Londres e seus subúrbios não teriam parques, hoje em dia, se os *commoners* não tivessem reivindicado seus direitos. À medida que o século XIX se aproximava, os direitos de recreação se tornavam mais importantes do que os direitos de pastagem, sendo diligentemente defendidos pela Sociedade de Preservação das Terras Comuns. Devemos a esses ‘verdes’ prematuros os pulmões urbanos que temos atualmente (p. 105)

Isto remete à racionalidade camponesa. Mendras (1978, p. 190-191) mostra que o suposto ‘amor a terra’ por parte do camponês, é, na realidade, uma construção de interdependência e necessidade, uma relação moldada na

⁷ Entende-se Faxinal no acordo somente como o criadouro

⁸ Com a proibição de criar cabrito dentro do faxinal, visto que este animal é “imparável” segundo os faxinalenses, não existindo cerca que limite sua circulação.

⁹ Ônibus da linha Metropolitana, que sai do terminal do Pinheirinho, ao sul da cidade de Curitiba, linha Pinheirinho/Lagoa dos Ferreiras.

autonomia relativa, na economia e na cultura que esta relação com a natureza traz, algo que é semelhante ao encontrado nos sujeitos faxinalenses.

Os laços de união, companheirismo, amizade e compadrio entre os faxinalenses são muito marcantes na construção da identidade faxinalense, exemplo disto é a constante realização de festas, além de mutirões¹⁰ para ajuda na lavoura do vizinho, ainda que estes venham perdendo força com o passar dos tempos.

Estes laços são marcantes nas falas dos sujeitos faxinalenses de maneira a ganhar destaque. Apesar de existirem alguns membros da comunidade que são contra o criadouro comum e, por consequência, não querem manter o uso comum da terra para a criação de animais a solta, a maioria é a favor e segue sua luta pela manutenção de sua cultura e modo de vida próprios. Um dos dispositivos que ajuda nesta luta é o acordo comunitário que é construído através do consenso e não da unanimidade, portanto, é possível existir sujeitos que são contra o modo de vida mas ainda assim existe o acordo que ajuda na manutenção deste.

Sobre estes sujeitos que são contra o faxinal, contra o modo de vida e o uso comum da terra, característicos a estes sujeitos e que não se autoidentificam como faxinalenses, que segundo os faxinalenses se limitam a 10% dos moradores, algo em torno de 18 á 20 famílias, a grande maioria destes tem em seu modo de vida a ideia da propriedade privada. Donos de pequenos lotes, os quais não são repartidos com outras famílias para moradia, tendo, em algum desses, a permissão para o uso dos animais e do extrativismo, mas na grande maioria, com lotes cercados desrespeitando o acordo comunitário, acabam não necessitando mais da criação dos animais para o complemento da renda, devido a serem empregados no núcleo urbano do município de Mandirituba, tendo o faxinal serventia somente para moradia, logo, não utilizando das benesses produtivas que o uso comum da terra proporciona.

Estes sujeitos, em alguns casos, ainda têm relações até certo ponto amistosas com os sujeitos autodeclarados faxinalenses, contudo, sua lógica de

¹⁰ Chamados pelos mais velhos de *puxirões ou puxirum* é tão marcante na construção da identidade faxinalense que este termo é utilizado no movimento social destes sujeitos, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses.

vida não está intrinsecamente ligada ao modelo de uso comum da terra, animais criados a solta, perdendo inclusive a campesinidade presente nos sujeitos faxinalenses. Isso ocorre, uma vez que, mesmo os faxinalenses que trabalham no núcleo urbano de Mandirituba, ou na cidade de Curitiba, mantém traços culturais e práticas ainda campesinas, como o apego a família, o uso manejado da mata e o respeito à terra, e a luta pela manutenção de uma autonomia relativa, como Mendras (1978) trata como características do camponês, e que Woortmann (1997) retrata como presente também em sujeitos que não podem ser entendidos como camponeses *ipsis litteris*, mas sim como portadores de uma condição camponesa. Seu conflito difere dos chacreiros uma vez que tais sujeitos não são intrusos mas sim pessoas que não necessitam mais do criadouro, que arrendam suas terras de planta (caso tenham) e que entram em conflito, uma vez que se desvinculam socialmente do grupo, fazendo o que bem entendem com sua propriedade. Com isso, acabam passando por cima dos limites e normas acordados pela comunidade, uma vez que a grande maioria destes sujeitos contrários tem poder aquisitivo muito maior que o do restante da comunidade, deixando de lado a solidariedade tão presente nos faxinalenses. Ainda assim, o que predomina são as relações de compadrio, amizade e solidariedade no restante da comunidade. À primeira vista é difícil perceber tal conflito interno com estes sujeitos, chamados de os *contra* pelo restante da comunidade, ficando mais evidente as relações de resistência, manutenção e construção da autonomia, do território e da identidade faxinalense.

Um fato curioso nessas relações amistosas é que mesmo existindo católicos e evangélicos dentro das comunidades, tal característica que poderia vir a ser um ponto de conflito, não toma grandes proporções, sendo deixada para o âmbito individual, inclusive, tendo festas e encontros com dois nomes distintos, um para católicos e outro para evangélicos, como é o caso da pequena festa para os primeiros pinhões do ano, os pinhões de Santo Antonio para os católicos ou os pinhões de 25 de maio, para os evangélicos.

A família ainda tem papel muito importante nas construções sociais dos faxinalenses. Assim como Mendras (1978, p.70-72) traz no que tange a família camponesa, que trata da família como centro de decisões, decisões às vezes arbitrárias, o mesmo se aplica às famílias faxinalenses. Ainda com um papel

central e decisivo na vida destes sujeitos, a família vem a ser contraditória em sua formação, visto que mesmo pregando a “liberdade” que o campo fornece, e a divisão igual de terras (ou casas) entre os herdeiros, a mesma ainda é patriarcal, ligada a ancestralidade e conservadora, especialmente com as mulheres (p. 72).

Indo ao ponto sobre a história das comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta, os faxinalenses ali situados reclamam que estão presentes nesta área a cerca de 250 anos e que ali construíram suas vidas e, conseqüentemente, seu território. O que se nota vai ao encontro do que Tavares (2008, p. 395) traz ao tratar da origem das comunidades faxinalenses e que também tem ligação com a construção dos sujeitos existentes em tais comunidades, ou seja, o que propõe Tavares é que o sujeito faxinalense, no início, era a mistura dos indígenas inseridos nas reduções jesuíticas, negros fugidos que se abrigaram nas matas de araucária e imigrantes ibéricos, e, após certo tempo, se acrescentou nesta mescla, camponeses fugidos da Guerra do Contestado e imigrantes europeus, em sua gigantesca maioria, poloneses e ucranianos, povos mais ligados à ideia do uso comum¹¹ e menos preconceituosos em relação aos antigos ocupantes.

Tal constituição tão diversa de sujeitos acaba por ajudar na criação de uma cultura própria faxinalense, a qual é essencial na criação da própria identidade faxinalense, que é vinculada fortemente ao seu território e à autonomia relativa que os mesmos têm, uma vez que tal identidade não se limita a tipificações étnicas, ao contrário, o que ocorre é a junção do pão de mandioca tipicamente caboclo, com o chimarrão, advindo de costumes gaudérios de origem indígena, com o pastelzinho de batata eslavo¹², ou ainda na própria união de todos os sujeitos, não importando a cor da pele, mas sim a questão do uso comum da terra, a criação solta de animais e o bem-estar familiar. Portanto, estes elementos, mais a mobilização política auxiliam na construção do território e da identidade faxinalense, não sendo estas construções somente formas históricas.

¹¹ Vide os Cossacos Ucranianos e suas diversas revoltas camponesas e seu uso coletivo da terra, o movimento anarquista de Nestor Makhno no oeste ucraniano, sem contar o movimento Terra e Liberdade que visava a independência da Polônia, reforma agrária e uso comum da terra (HOBSBAWN, 2010)

¹² Pierogui para os poloneses, Varanek para os ucranianos.

Tais sujeitos diversos, fala Tavares (2008), são encontrados nas comunidades analisadas. É possível observar a existência de famílias de negros, caboclos, descendentes de poloneses e ucranianos além de sujeitos com evidente ascendência indígena nas comunidades faxinalenses analisadas, fatos que caracterizam esta diversidade que Tavares apresenta ao retratar os sujeitos faxinalenses e que causam estranheza para muitos dos que pensam encontrar, nas comunidades faxinalenses, certa unicidade étnica.

Portanto, existe uma cultura própria faxinalense construída ao longo dos anos. Tal cultura é vital para sua constituição identitária faxinalense, marcada pela amizade, compadrio e laços de união destes sujeitos e também é importante na construção territorial, uma vez que o território faxinalense é construído em conjunto por estes sujeitos, sendo o território pluridimensional e construído a partir de práticas comuns pelos faxinalenses. Esta construção se dá a partir da identidade e do conflito. Assim como Tavares (2008) menciona, a origem faxinalense é diversa porém não é estática, Bertussi (2010) e Souza (2009) mostram como a identidade faxinalense se constrói quotidianamente por estes sujeitos e como esta identidade é atrelada a territorialidades específicas e a conflitos e lutas que marcam a construção da identidade e do próprio território (SOUZA, 2009, p.10-11), não se limitando, portanto, ao uso comum da terra e aos acordos a construção desta identidade.

1.2 – Práticas faxinalenses: definindo o que é faxinal

As práticas dos sujeitos faxinalenses são pontos-chave na compreensão de como se dá a construção da identidade faxinalense e de seu território. Para tanto, se fixam aqui quatro elementos da prática faxinalense que melhor os definem e, também, ajudam a caracterizar a comunidade: terras de planta; a criação solta de animais – a qual já se apresentou no subitem anterior –, a família faxinalense e por fim, a construção da feira de produtos livres de veneno por parte dos faxinalenses das comunidades analisadas.

Uma das características mais particulares dos faxinais é a diferenciação entre as terras de planta e o criadouro comunitário, ambos englobados no conceito de terras de faxinais. Destarte é necessário fazer uma distinção entre o criadouro comunitário, as terras de planta e o faxinal. Alguns

autores tratam os faxinais como sinônimo do criadouro, deixando de lado as terras de planta, porquanto essas são de uso costumeiramente restrito do seu dono. Todavia, aqui consideramos faxinal como o conjunto do criadouro comunitário e das terras de planta, ainda que estas sejam mutáveis no que toca a extensão territorial, uma vez que sua inserção no mercado de terras se dá de modo mais agudo, não existindo muita restrição para a sua venda, arrendamento ou troca.

Muitos faxinalenses acabam por considerar somente o criadouro como faxinal, como se pode notar nas passagens a seguir:

Faxinal é um território de uso comum, aonde o pessoal ter por hábito o uso das terras do território, aonde se cultiva, se produz, faz a troca, a integração do homem do campo com a natureza. – Faxinal Pedra Preta

Acho que, faxinal, no caso, que a gente vem conhecer como o antigo criador de ser... Pra nós, lá é cultivar as origens dos passados, que já começaram há bastante anos atrás. – Faxinal Mato Branco dos Andrade (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2010, p. 3)¹³.

As terras de plantar, estariam ainda contíguas em relação ao criadouro comunitário não fosse à expansão predatória do capital no campo paranaense, que grilou terras, destruiu a mata, extraiu imprudentemente Pinheiros e Imbuías, matou e desalojou diversos sujeitos do campo, no caso, faxinalenses como trata Tavares (2008). Apesar de para muitos faxinalenses a sua construção identitária estar ligada muito às terras de uso comum, em entrevistas elaboradas durante as idas às comunidades, se notou que o mutirão, que ainda resiste entre alguns faxinalenses para o trabalho nas terras de plantar de seus amigos, é muito citada como característica do faxinal e do sujeito faxinalense, além da criação a solta que ocorre em áreas de uso comum.

Quando a coisa aperta a gente chama o cumpadre pra ajudá, ajudá lá na lavoura, né... quando ele precisa, eu ajudo lá também, é mei que uma troca, né? Mais isso é coisa nossa,

¹³ Os depoimentos retirados dos fascículos do Projeto da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil trarão somente a localidade do entrevistado, não citando seu nome, ainda que o mesmo esteja presente no referido fascículo.

essa coisa da amizade, da ajuda, coisa do rural.
(FAXINALENSE 1, 2011)

Outra prática recorrente e interligada com as terras de planta é a criação solta de animais. Edward Thompson traz um debate essencial para a compreensão deste fato, além de Woortmann e Woortmann (1997), Diegues e Moreira (2000), os quais incluem no debate da questão agrária as terras de uso comum e os sujeitos inseridos dentro delas, sejam camponeses ou não. A questão das terras de uso comum está muito marcada como um território para o pastoril de animais, sejam estes de pequeno ou grande porte, os quais devem respeitar uma série de normas construídas pelo conjunto de sujeitos (THOMPSON, 2005, p. 105) para não degradar este espaço destinado ao uso comum.

Indo além de Thompson (IDEM) outros autores como Marc Bloch (2001), Almeida (2004, 2005, 2006, 2008) e Bertussi (2010) corroboram para este ponto, de que as porções de terra utilizadas para o uso comum são mais preservadas, e que isso se dá não naturalmente, mas por construções históricas e sociais dos sujeitos que utilizam tal território, uma vez que os mesmos tratam de construir mecanismos de controle e regulação do uso, visando um manejo não destrutivo. Em especial Almeida (2005) retrata como diversos povos e comunidades tradicionais autorregulam o uso de suas terras tradicionalmente ocupadas, e como o uso comum das mesmas funciona de modo regulado, seja por acordos comunitários escritos, seja por acordos verbais entre os sujeitos das comunidades.

Nas comunidades analisadas a presença de animais de grande porte é limitada a pouquíssimos bois e vacas leiteiras, a chamada criação 'grossa', e alguns cavalos, concentrando-se assim em animais de pequeno porte, em especial porcos. As vacas se limitam a no máximo duas ou três por família, enquanto os bois chegam a no máximo dois por família, lembrando que segundos os sujeitos faxinalenses existem cerca de 220 famílias ao todo nas comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta. O caso dos cavalos é curioso, assim como Bertussi (2010, p.51) assinala, ainda que a serventia destes animais para a tração tanto de carroças quanto do arado seja muito importante, o que se notou tanto na paisagem quanto nas narrativas obtidas dos faxinalenses é que na maioria das vezes tais animais

estão no criadouro pela apreço que seus donos têm pelos mesmos. Segundo os sujeitos, a criação solta lhes é muito própria e define sua identidade e marcam seu território:

No meu entender acho faxinal é um lugar onde tem criação solta, onde você pode trabalha em comunhão, tudo junto, tudo unido, faz o puxirão pra trabalhar na cerca, onde é tudo cercado, você tem cabrito, porco, gado, galinha, ali é tudo solto, então acho que isso aí pra mim é um faxinal [...] o uso da terra no faxinal é todo mundo tem um pedacinho, lá o que é sem-terra planta na terra do outro, se puder pagar aluguel paga, se não puder não tem problema, desse jeito que usa, a criação também pisa na terra de todo mundo, não tem divisão, solto mesmo o uso da terra – Faxinal dos Seixas

O faxinal é onde existe uma área onde o pessoal vive em comum né, porque ali mora as famílias e elas criam em comum [...] –Faxinal Marmeleiro de Baixo (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2008, p.3).

Olha... Faxinal é tudo isso. Aqui é um criador com três comunidade. Um faxinal com três comunidade, entende? Vamo dizê que são três vilinha que tem aqui... ma o acordo [comunitário] é um só, os bicho andam solto por tudo, não ficam só por perto da comunidade que o dono dele vive. (...) faxinal é isso, os bicho solto, a amizade de nós e essa coisa de ter um pedaço de terra onde todo mundo tem as casa. (FAXINALENSE 15, 2013)

Fica destacado como a identidade faxinalense e o entendimento destes do que vem a ser um faxinal é muito marcado pelo costume de criar animais soltos, os quais, segundo se pode comprovar durante as idas a campo, reconhecem os seus donos, e não o contrário, visto a ausência de marcas e afins, retornando ao anoitecer para dormir na suas respectivas coxias e no período do meio dia para receber ração, ou seja, os animais que sabem quem são seus donos. Durante as entrevistas muito se ouviu da liberdade de criar os 'porquinhos' soltos dentro do criadouro, que isso resultava em uma renda extra e permitia certa liberdade no que tange às relações com atravessadores para a venda de sua produção advinda das terras de planta, uma vez que os porcos são vendidos diretamente ao comprador, dando assim, certo poder de barganha, ou seja, possibilitando certa autonomia relativa perante a sociedade do capital. Um faxinalense, trouxe a seguinte reflexão acerca do criadouro:

(...) A gente tem a liberdade com isso tudo, não temo o risco de passar fome, e as veis dá pra fazer um dinheiro extra cos porquinho e os ovo caipira, mas tudo na parceiragê [parceiragem], cos amigo (...) e essa coisa de criar solto é

nosso jeitinho de viver, nossa cultura como vocês chamam –
(FAXINALENSE 1, 2012)

O que se evidencia aqui é o fato da criação a solta de animais ser marco cultural faxinalense e motriz de uma autonomia relativa possível por parte destes sujeitos, uma autonomia do seu modo de pensar em relação ao modelo vindo de fora. A estrutura do criadouro, em conjunto com as terras de planta, se dá da seguinte maneira:

(...) nos criadouros comunitários não existem cercas internas e o uso é comum, apesar destes se constituírem de propriedades particulares contíguas. Os animais pertencentes às famílias faxinalenses são criados livremente nesta área, buscando seu alimento na Floresta com Araucária. É, portanto, nos criadouros comunitários que se encontram os ervais nativos, junto de outras espécies vegetais. As terras de plantar constituem porções onde se plantam alimentos para a subsistência, e em alguns casos para o mercado local/regional. Elas encontram-se separadas dos criadouros por meio de cercas ou valos. (BARRETO; LÖWEN SAHR, 2006).

E, ainda sobre o criadouro, como já citado, o mesmo abriga toda a exuberância da mata de araucária – modificada sim, e construída muitas vezes pelos sujeitos ali presentes –, os animais e as casas dos faxinalenses, assim sendo:

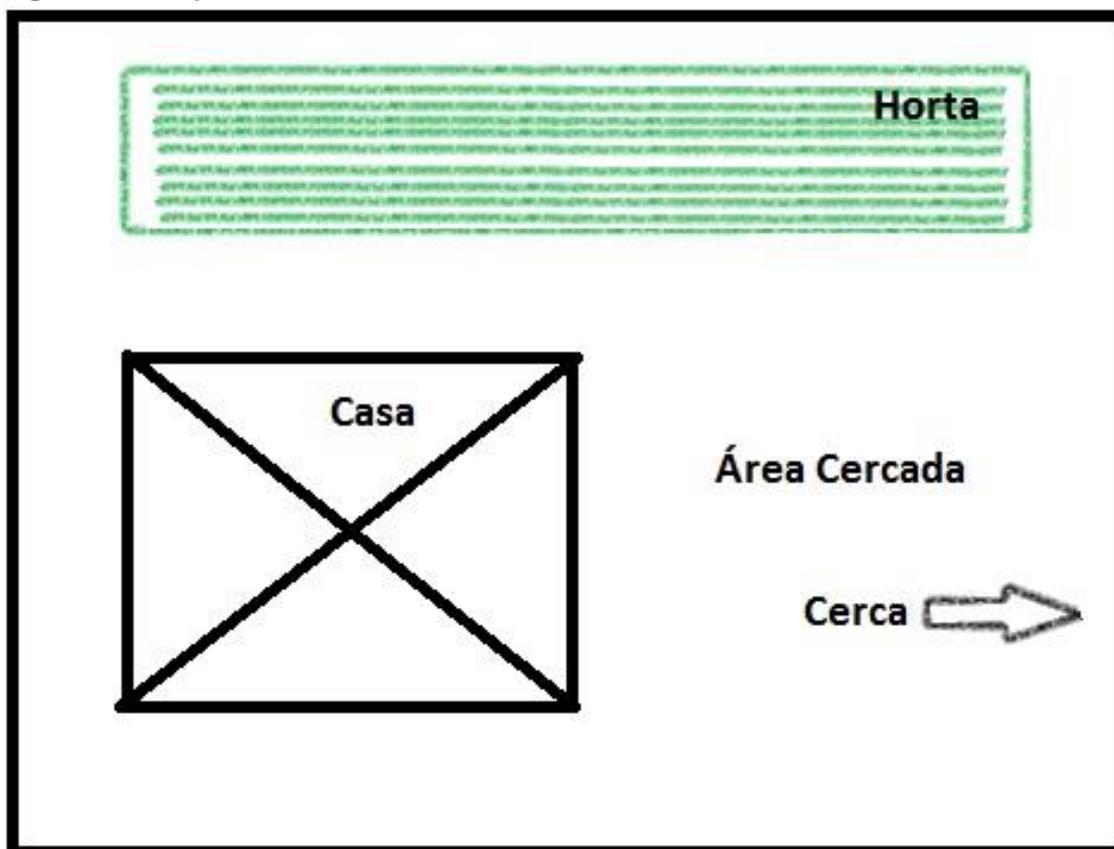
[o] Criadouro Comum, (...) costuma se localizar em vales com relevo suavemente ondulado e presença de cursos d'águas. Essa área é coberta por floresta ombrófila mista alterada pela criação de animais soltos, gado de pequeno porte e gado de grande porte, sendo que neste local, se localizam também as moradias dos povos faxinalenses e nesse ambiente acontecem muitas de suas relações sociais, como festas religiosas e pagãs, rodas de conversa e chimarrão(...).(PRIETO; CUNHA; LÖWEN SAHR 2006, p. 2-3,)

Estas estruturas que os autores levantam se encontram nas comunidades do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta. Internamente, no criadouro, as cercas delimitam somente pequena porção de terras. 20% do lote, decreta o acordo comunitário, os animais se encontram soltos e o limite do criadouro se dá tanto por valos, quanto por diversos modelos de cerca. Ou seja, existem cercamentos permitidos dentro do território faxinalense, o qual é o do entorno das casas, para proteger as hortas destinadas ao consumo

próprio dos animais (FIGURA 5). O criadouro aonde se inserem estas três comunidades está situado no início de um pequeno vale, ficando a comunidade Espigão das Antas situada mais acima deste vale¹⁴, Meleiro na porção central e Pedra Preta no fundo do vale, sendo esta porção de terra cercada em sua maior parte por cercas.

Figura 5

Figura 5: Esquema de Casa Faxinalense



Org: Autor, 2013

O criadouro analisado aqui, que abriga as três comunidades, é cercado. Devido a sua extensão um tanto quanto limitada, acaba por não ter muita criação de animais grandes soltos, como já citado, se limitando a animais de pequeno porte. Souza (2009, p. 91) traça quatro modos como se dão os criadouros, o “criador comum aberto”, o “criador comum cercado”, o “criador com criação grossa” ou “alta” e os “mangueirões” ou “potreiros”, ou seja, não considera o criadouro comum como modelo fechado e único para todos os

¹⁴ Por isso do nome Espigão, uma vez que um espigão é uma elevação alongada que tem origem em um contraforte, ou seja, na curva de nível da porção elevada de um vale.

faxinais contudo, no caso pesquisado, algumas características são muito semelhantes às apresentadas pelo autor, como pode se ver:

Primeiro, os Faxinais com 'criador comum aberto', os quais têm grande extensão territorial (mais de 1000 ha.), possuindo uma paisagem natural bem definida além de criação de animais soltos, independente de seu porte; depois, os de 'criador comum cercado', onde os animais são criados cercados, tendo o conflito por terra muito grande, visto pressões externas, tanto governamentais quanto privadas; a seguir, o modelo de 'criador com criação grossa ou alta', o qual tem uma limitação bem definida em quanto a recursos naturais, além de uma quase que total predominância de gado graúdo; e, por fim, os 'mangueirões' ou 'potreiros', que são, no fundo, resquícios de Faxinais, uma vez que a criação é de gado de pequeno porte em grupos familiares, sendo o livre acesso aos recursos naturais privatizados. (SOUZA, 2009, p. 91)

Ainda que se apresentem de diversas maneiras, os criadouros são característicos tanto quanto em modelo produtivo (criação solta), territorial e identitário, sendo, portanto, essenciais para a vida faxinalense. No caso do criadouro das comunidades analisadas aqui, o mesmo possui cerca de 200 alqueires de terra, cerca de 450ha, se encaixando na segunda categoria que Souza (IDEM) enumera, a de criador comum cercado.

O terceiro aspecto recorrente aos faxinalenses é o zelo e a luta pela manutenção da família, como já citado no subitem anterior. No que tange à família camponesa, tem traços ainda fixos¹⁵, e que buscam uma continuidade permanente, ou seja, de herdeiros, além de ser muito bem enraizada numa construção doméstica:

(...) contrastando com todas as outras sociedades, parece característico das sociedades camponesas que toda a vida econômica seja organizada no seio dos grupos domésticos e que a repartição das tarefas entre sexos e idades se faça no interior do grupo doméstico (...) Essa importância crucial e estrutural do grupo doméstico deve ser relacionada com o fato de que a agricultura camponesa se baseia na apropriação relativamente estável de um território limitado e em um sistema de produção relativamente complexo (...) (MENDRAS, 1978, p.80)

¹⁵ A fixidez, para Mendras (1978), se dá no modelo patriarcal de família a qual acaba por ter, inclusive, "uma vocação totalitária" (p. 72) em relação ao respeito ao indivíduo, em especial a mulher.

Neste sentido, o entendimento da família como central é entendido como típico de sociedades camponesas, devido a seu modo de produzir e se fazerem sujeitos no dia-a-dia para a família, o território – que é um território de vida e de produção, e a construção identitária, não se dão como um resquício de algo primitivo, mas sim como algo construído ao longo do tempo, e que continua a ser territorializado ou desterritorializado.

Diferentemente de alguns outros modelos camponeses, que têm um distanciamento geográfico entre as famílias e que acaba por gerar um aparente isolamento por parte dos sujeitos¹⁶, dentro das comunidades faxinalenses a proximidade acaba por gerar uma centralidade não só nessas famílias mais próximas (pai – mãe – filhos), mas também em toda a comunidade, sejam por laços familiares com a vizinhança através de casamentos ou ainda a própria camaradagem e laços de compadrio, os quais são muito visíveis e característicos dos faxinalenses, como ficou registrado na seguinte entrevista:

O que mais marca aqui no faxinal é a amizade, a família, mas num é só a família da gente, de sangue, é tudo nós, tudo os vizinho junto... sempre tem uns que não presta, que não se dão, os contra, mas a maioria é tudo na irmandade, camaradagem como dizia no meu tempo. Não importa, sendo honesto e trabalhador é da família, tudo junto e solto no criador (FAXINALENSE 14, 2011).

A prática familiar faxinalense é chave em sua cultura e sua identidade, sendo inclusive trabalhada como elemento indispensável para a própria caracterização conceitual de um faxinal:

O faxinal é uma organização do pessoal que cria os seus porcos soltos em comum, tudo junto, tipo uma família só, tudo cria no terreno dos outros, tudo a criação junta, então é, vamos supor que isso fosse uma família só, tudo reunido, unido(...)

¹⁶ Fabrini (2006) retrata como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que o autor considera de camponeses, tenta através de suas práticas aproximar geograficamente as famílias camponesas para maior intercâmbio de informações e práticas para criar a possibilidade de existirem mais ações comunitárias e coletivas. Isso se faz necessário, quando no contexto do movimento, um dos entreves na constituição de ações conjuntas dos assentados é a distancia existente entre as casas dos mesmos, que dificulta a criação de laços entre os sujeitos, porque certos assentamentos são constituídos por sujeitos que só vem a se conhecer após sua instalação no mesmo. Cabe ressaltar que nas comunidades faxinalenses tal proximidade espacial já existe e que estas práticas comunitárias e comuns se dão de modo inclusive marcante na identidade destes sujeitos.

Ainda sobre a família, Bertussi (2010), ancorada em Ellen Woortman (1995) e Klaas Woortman (1990) levanta como a importância da família para o faxinalense é marcante na sua construção identitária, apontando que a família acaba por delimitar e balizar atitudes e práticas sócio-culturais dos sujeitos faxinalenses (BERTUSSI, 2010, p.84). A partir de Woortmann (1990) e Woortmann e Woortmanann (1997) é possível compreender, assim como Bertussi (2010) faz a partir dos mesmos autores, como existe, nas comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta, uma tríade família – terra – trabalho, aonde a família norteia, delimita e comanda a relação com a terra e com o trabalho. Ou seja, é a partir da família que se constrói e legitima-se o uso comum da terra, visto que a família camponesa prega o comum acima do individual (WOORTMANN, 1990, p.32-33) e, portanto, constrói tal elemento a sua maneira, materialmente e simbolicamente (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997).

Com isto, se pode concluir que, a prática do zelo pela família é característico nas comunidades e é essencial para demarcar a identidade faxinalense¹⁷. Contudo, diversas outras práticas permeiam o dia-a-dia faxinalense, sendo importante ressaltar, conseqüentemente, a feira de produtos sem veneno¹⁸, recém-criada na comunidade faxinalense Espigão das Antas, uma das três analisadas, a qual ganha cotidianamente mais força e passa a ser incorporada pelos faxinalenses como algo que lhes pertence.

A ideia da produção sem veneno levou os que organizam a feira a buscarem conversar com produtores de orgânicos da cidade da Lapa (PR), planejando uma visita à propriedade de um destes produtores, que tem certificação para produção de alimentos orgânicos e vendem sua produção em uma feira no centro da cidade da Lapa. Esta feira é organizada em conjunto

¹⁷ Outros autores trabalham com a perspectiva da família como essencial para a construção camponesa, como Chayanov (1966) Woortmann (1995).

¹⁸ Esta feira acaba por unir quatro famílias faxinalenses, as quais produzem alimentos não todos, mas uma parcela sem veneno e que vendem seus produtos dentro do próprio criadouro para seus vizinhos faxinalenses. A mesma se realiza todos os sábados, das 14 às 18 horas. Ainda que recente tal iniciativa já cria frutos, como a possibilidade de uma renda extra para os mesmos, além de conseguirem propagar o ideário de produção sem veneno.

pela família deste produtor de orgânicos com outras três famílias, também produtores orgânicos certificados da referida cidade. Tal visita gerou expectativas entre os faxinalenses, tanto nos que produzem alimentos sem veneno quanto nos demais, que ficaram interessados em conhecer mais sobre tal modelo de produção e de vida.

Esta ação por parte dos faxinalenses se deu através de motivações próprias, em especial de levar, para seus filhos, alimentos sem veneno, contudo, os mesmos vendem tais produtos na Central de Abastecimento do Paraná (CEASA), localizada em Curitiba, sem a menor distinção, ou seja, em conjunto com produtos advindos de lavouras convencionais, logo, a feira é uma tentativa de se desvencilhar, aos poucos, das lógicas de dependência para com o CEASA. Apesar de suas motivações serem outras – uma vida sem agrotóxicos, mais saúde para sua família e a possibilidade de melhorar a renda com a venda direta – a feira trouxe outros benefícios para as comunidades.

Primeiramente, os laços que estavam se perdendo com o passar do tempo ganham força, uma vez que na feira há a possibilidade de faxinalenses de diversas comunidades, não somente das de dentro do criadouro no qual está inserida a comunidade Espigão das Antas, comparecerem, trocam informações, conversas e, assim sendo, (re)criam laços de amizade e compadrio que estavam se findando, seja pela distância, seja pela falta de tempo dos mesmos. Cabe ressaltar também que a feira ajudou a impulsionar o clube de mães, o qual conta com reuniões nas quintas feiras, com rotatividade de locais, passando de comunidade por comunidade, e que, no ano de 2012, realizou, no mesmo local onde se dá a feira¹⁹, a primeira festa de São João/Junina²⁰ do Espigão das Antas, que se deu logo após a feira, em torno das 18 horas de sábado.

Evidencia-se então a relação familiar, de compadrio e amizade existente nestas comunidades, que contam com um intercâmbio cultural intenso, no sentido que a troca de experiências que se dá nas feiras é

¹⁹ A feira ocorre ao lado da casa de uma família que participa da organização da mesma, cedendo parte de seu galpão para tal feito.

²⁰ Tal diferenciação é sempre destacada nas falas dos sujeitos faxinalenses, para respeitar a diversidade religiosa das comunidades, as quais contam não só com católicos, mas com um número significativo de evangélicos.

constante, ou seja, a *prosa*, como os mesmos chamam uma conversa mais alongada, passa a ocorrer nas feiras.

Além dos produtos sem veneno, também se vendem sonhos, pasteis e cafezinhos na feira, contando ainda com diversas cuias de chimarrão que circulam durante a mesma, contando, às vezes, com uma roda de viola com canções sertanejas e também com uma já quase constante partida de bocha, disputada no gramado logo a frente da feira.

Figura 6: Galpão aonde se realiza a feira



Fonte: Autor, 2012

Interessante notar que, apesar de involuntário, a feira é um processo de resistência e fomento de uma prática que busca fortalecer a autonomia relativa existente nestas comunidades, como cita o Faxinalense 3:

Óia, essa feira é uma beleza, vejo gente que não via fazia tempo... A gente acaba só vendo os companheiro da própria comunidade, que vemo nas reunião da comunidade... agora vem amigo meu do Paraguai, Leão, Postinho, Ilha, Tronco, Gavião [outras comunidades faxinalenses próximas]... até uns

amigo que moram onde era faxinal, que vem aqui e lembram como era ter os bicho tudo solto... Vem ali do Tigre, que num é mais criador... Mas é bonita a feira, tem isso dos amigo e tem que conseguimos botar pra vender umas coisinha sem veneno, tentá mostrá pro povo que veneno num presta, e mostra como dá pra nós viver bem, vendendo as coisa aqui uns pros outro... Num precisa ficar só na mão dos muquirana do CEASA, deixar comida estragar... E ainda aproveita pra prosear, né? (FAXINALENSE 3, 2012).

Portanto, como ficou evidenciado, a construção da identidade faxinalense se dá, também, através de suas práticas de reprodução de vida. O dia-a-dia destes sujeitos se modifica e molda, seguindo a uma toada que almeja a sua sobrevivência, como se pode notar durante suas falas, perpassando nestas práticas elementos que remetem a autonomia relativa existente nestas comunidades, além de uma solidariedade entre os sujeitos e práticas sociais relacionadas com a natureza de modo muito extenso. Como Brandenburg (2010) ressalta, aonde a sua temporalidade, territorialidade e racionalidade, muito particulares a estes sujeitos, emerge e ganha maior visibilidade. O mesmo autor (2002) enumera como práticas destes sujeitos, antes vistas como ultrapassadas, como criar animais a solta, produzirem sem veneno, viverem em certa harmonia com a natureza, ganham novos rumos e se tornam bandeiras de luta e resistência, encontrando em si mesmos as possibilidades de resistência perante seus antagonistas.

As práticas faxinalenses constroem e marcam não só a identidade destes sujeitos, mas também seu território, que tem no conflito a chave de sua edificação. Estas práticas todas são muito particulares destes sujeitos e lhes dão características próprias que acabam por criarem ou alavancarem conflitos com antagonistas, como será visto no próximo subitem.

1.3. Os Conflitos Existentes nas Comunidades: um Panorama

As práticas antes apresentadas ajudam a dar o tom da construção do território e da identidade faxinalenses e a entender como se estrutura um faxinal e como se dão suas relações espaciais. Seguindo com essa construção, os conflitos – recorte principal deste estudo – merecem destaque, uma vez que estes conflitos são também demasiado importantes para a construção da identidade faxinalense e, principalmente, para a construção de seu território.

Para tanto, neste momento de forma breve, se trará os conflitos a partir das falas e narrativas obtidas com os sujeitos faxinalenses durante trabalhos de campo e a partir do fascículo da Nova Cartografia Social (2011), o qual foi construído ao longo de nove meses, com cinco oficinas realizadas, levantam não só, mas principalmente, os conflitos que abalam e encorajam as comunidades aqui analisadas.

Destarte, a cartografia social²¹ apresenta três categorias de conflitos principais, no caso as chácaras e os cercamentos dentro do criadouro comum, sendo uma delas de um faxinalense de uma comunidade que não está inserida dentro das três que se analisam aqui, e outras duas de sujeitos das comunidades selecionadas. Estas duas falas trazem dois pontos conflituosos importantes: o primeiro é a questão das chácaras de lazer e o segundo é a prática de cercar áreas²² dentro do criadouro comum, limitando o acesso dos animais, como se segue:

Desde a proibição digamos de... da passagem, do livre acesso, de uma comunidade a outra, ate mesmo de passar pra propriedade de outro vizinho, a não permissão que seja feita a manutenção de cerca... E aquela desavença, de ameaça, que isso não existe, que isso não pode... Aquele que quer preservar, mas do modo fechado, aquele que fecha, aquele que faz o cerco, que é o dono próprio, que o uso da área aberta não vale. Antônio Francisco Cardoso, 43 anos, Faxinal Pedra Preta (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2011, p. 5)

Ou seja, o cercamento de áreas dentro do próprio criadouro, e que acabam por limitar o uso comum da terra, é um conflito muito marcante para estes faxinalenses. Chamados de 'fechos' pelos próprios faxinalenses, tal prática acaba por criar verdadeiras barreiras para a livre circulação das criações dentro das terras de uso comum. Em entrevistas, quando perguntados por quê do cercamento, alguns faxinalenses que são contrários ao espaço comum, utilizaram dos mais diversos argumentos, contudo, três se destacam: primeiro é o fato destes animais invadirem sua horta com frequência, fato que

²¹ É o processo aonde os próprios sujeitos constroem, em comunidade, o mapeamento de seus territórios, aonde o próprio processo em si também auxilia na construção de sua identidade, fortalecimento de sua luta e legitimidade de suas demandas. (ACSELRAD; COLI, 2008)

²² Prática realizada tanto por faxinalenses contrários ao criadouro comum quanto por chacreiros.

seria contornado caso os mesmos sujeitos participassem dos mutirões para construção de cercas e cercados no entorno das casas e no perímetro do criadouro; o fato dos animais sujarem muito o entorno das casas com fezes; e por fim, o fato de considerarem que a propriedade lhes pertence e os mesmos podem fazer o que querem com a mesma. Ou seja, o problema dos fechos se entrelaça com diversas outras questões, que vão além do alcance dos faxinalenses, estão ligadas à lógica da sociedade do capital, como Thompson resgata ao tratar dos cercamentos nas terras inglesas a partir do século XVIII e XIX (THOMPSON, 1997; 2005), uma vez que as mesmas objetivavam fortalecer a ideia e a aplicabilidade da propriedade privada, em detrimento do uso comum.

No caso das chácaras, as quais terão discussão específica no capítulo 3 para maior e melhor contenda, o conflito é apresentado da seguinte maneira:

o maior conflito nós dizemos que é o chacreiro, né... Que vem de fora comprá terra aqui, primeira coisa que ele pensa é em cercá a área... Ele não se preocupa em descobrir como é a comunidade aqui... Tem uns que vem pra somar, mas infelizmente a maioria vem pra tentar destruir a forma de vida que nós... Que nós vivemos... O chacreiro que vem da área rural mesmo que onde ele morava não tinha o faxinal, ele chega aqui ele já procura conhecer melhor, e por ele ser da área rural já leva mais em conta... Agora os que vêm da área urbana já... A maioria é simplesmente pra cercar... Como se fosse uma área de lazer deles... Amantino Sebastião de Beija, 40 anos, Faxinal Meleiro (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2011, p. 5).

A discussão acerca do conflito com as chácaras é ampla e toca em aspectos que vão desde a luta pela manutenção do espaço comum, algo semelhante àquilo que Thompson (2005) mostra ao tratar que os espaços de uso comum não foram extintos graças à luta camponesa, passando pela própria expansão geográfica do capital em terras ainda não totalmente inseridas nesta lógica (HARVEY, 2005) e chegando até o ponto que mais se destaca, que é o intrusamento e violação de direitos dos chacreiros para com os faxinalenses, ignorando a lógica camponesa ali presente e buscando, se não inserir sua lógica, colocar a lógica já vigente em segundo plano, como “atrasada”. Isto vai ao encontro do que Lefebvre (1973) traz ao tratar da reprodução social do modo de produção capitalista para dentro de sociedades onde está não é a ordem vigente ou majoritária, imprimindo novas

características e padrões, como o individualismo, concorrência e a propriedade privada. Todavia, isso ganhará mais musculatura e será discorrido com maior afinco no capítulo 3, onde o foco da discussão e análise é o conflito com as chácaras.

Para além das falas presentes no quinto fascículo da Nova Cartografia Social (2011), que trata além das comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta das comunidades faxinalenses do Mato Branco dos Andrade e Campestre dos Paula²³, o mapa construído pelos faxinalenses na ocasião trouxe alguns outros conflitos que merecem ser citados: o descaso da prefeitura; desmatamento dentro do criadouro; envenenamento/matança/roubo de animais; eucalipto/pinus; extração de argila; poços particulares; utilização de agrotóxico dentro do criadouro. De tais elementos, dois deles serão melhor destrinchados a seguir, uma vez que compareceram nas falas dos sujeitos durante as entrevistas e narrativas obtidas em trabalhos de campo, que são o caso dos pinus e eucaliptos e o descaso com a prefeitura, ampliado aqui pela não adoção de políticas públicas e direitos constitucionais para os faxinalenses (FIGURA 7, 8, 9).

É notável a presença de somente uma chacara e uma caveira representando agrotóxico, por exemplo, contudo, isso se dá somente como uma simbologia e não com um padrão quantitativo. Os conflitos e práticas elencados na cartografia social foram construídos pela comunidade em oficinas e tal fato auxiliou os mesmos a melhor ver e compreender os conflitos.

²³ As comunidades faxinalenses do Mato Branco dos Andrade e Campestre dos Paula seguem o mesmo modelo das comunidades aqui trabalhadas, ou seja, são, no caso, duas comunidades inseridas em um mesmo faxinal. Sua divisão se dá uma vez que uma comunidade está situada no município de Quitandinha e a outra em Mandirituba. A proximidade entre tais comunidades para com as aqui trabalhadas é grande, ficando distantes por apenas sete quilômetros.

Figura 9: Legenda do fascículo 5 da Nova Cartografia Social. Faxinalenses do Núcleo Metropolitano Sul de Curitiba

Práticas			
	Benzedor		Horta Caseira
	Cemitério		Igreja
	Coleta de Pinhão		Organização do Núcleo
	Criação de Abelhas		Pedreiro
	Criação Mista		Pilão
	Erva-Mate		Poço Comunitário
	Festas Comunitárias		Ponte
	Granja de Frango		Portão
		Conflitos	
	Mata-Burro		Chacreiro
	Mata Nativa		Descaso da Prefeitura
	Monjolo		Desmatamento
	Músicos		Envenenamento / Matança / Roubo de Animais
	Mutirão de Cercas e Valos		Eucalipto/Pinus
	Nascentes		Extração de Argila
	Tração Animal		Fecho
	Uso de Plantas Medicinais		Poço Artesiano da Sanepar
			Poço Particular
			Utilização de Agrotóxico

A questão dos eucaliptos e pinus²⁴ têm dois pontos principais: o fator do agronegócio e sua expansão desagregadora através do campo brasileiro, destruindo lógicas camponesas e concentrando terra e renda, tudo isso com amparo estatal, através de financiamentos e incentivos (OLIVEIRA, 2001; 2010); e a questão ambiental, que pelas consequências negativas que a monocultura de pinus ou eucalipto traz para a biodiversidade local, através de

²⁴ Este ponto terá um capítulo específico, assim como no caso das chácaras de lazer.

uma tentativa de homogeneizar a paisagem (BRACK, 2007; BRACK et al, 2007).

Estes dois pontos retratam muito bem o que foi notado em campo, as principais críticas e questões que os faxinalenses trazem ao se referir à monocultura de tipos arbóreos se relacionava à possível dependência de algum fornecedor e ao estrago que a mata do criadouro e arredores sofreria. Para tanto, o faxinalense 1, 78 anos, diz:

Oh só, tem um homem vindo ae falando que dá 15 mil pra quem plantar uns litro de terra pra umas muda de 'calipto'... é um dinheiro bão, mas o povo não pensa no estrago que isso faz na terra, chupa toda a água, num nasce nada depois de cortar... sem contá que não sabemo de onde esse homem é, se é pra lenha pra indústria, se é pra papel... num sabemo, dá medo ficar na mão dos outros assim. (FAXINALENSE 1, 2012)

O criadouro é um território com uma diversidade produtiva considerável, a qual ficaria a mercê de mudanças bruscas e destrutivas, caso adentrasse a lógica do agronegócio, como apresenta Oliveira (2001, p.94), além de trazer para dentro de um território com um grau de mata de araucária grande espécies que viriam a competir com este bioma e, graças ao seu crescimento rápido e ao sombreamento provocado, levariam o bioma mesmo ao declínio ou estagnação (FRANCO, DILLENBURG, 2007).

Assim sendo, o conflito começa a ganhar importância nas discussões dos faxinalenses, os quais acusam existirem cerca de cinco ou seis pontos logo na divisa do criadouro com áreas já destinadas para a plantação de eucaliptos ou pinus. Ainda que sejam fora do criadouro, a influência destas plantações é evidente, devido a fatores ambientais e econômicos, ambos a serem discutidos no capítulo segundo.

Por fim, um último conflito a ser levantado é o descaso do poder público com os faxinalenses, o que é aqui considerado também como uma falta de políticas públicas específicas para os faxinalenses e para os povos e comunidades tradicionais como um todo, como os mesmos evidenciam (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2011, p.8). O descaso do Estado é evidenciado através de falas, as quais sempre destacam que a prefeitura de Mandirituba, na figura do prefeito, só aparece nas comunidades atrás de voto ou de favores e que quando se solicita algo para o poder público, os mesmos tratam com

desdém. O descaso chega a órgãos estaduais, como o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) que não atendem aos faxinalenses quando os mesmos pedem auxílio e quando o fazem, ainda criticam as práticas faxinalenses.

Tem um povo bom na EMATER, tem uns moço muito bom na parte produtiva, um deles é dos orgânicos, queríamos uma ajuda, mas não deu certo.

(...) Por que? Porque ele é contra o faxinal! Acha errado criar os animais solto, diz que não seguimos norma sanitária e que a falta de cerca faz tudo ser uma bagunça (FAXINALENSE 2, 2012)

A partir deste fato surge o conflito, o descaso é apresentado por alguns sujeitos como um 'empurra – empurra' por parte dos órgãos estatais, os quais passam de instancia para instancia, da municipal para estadual para federal e vice – versa, o que acaba por criar um cansaço por parte dos faxinalenses:

A gente cansa... cansa mesmo... precisávamos mesmo era de um departamento pros povos tradicionais lá no INCRA, dae terminava essa bagunça... porque sempre passam a gente de órgão pra órgão, quem é do movimento fica cansado e desanimado... fica aquela coisa, de programa pra produzir, outro pro território, complica... cansa. – (FAXINALENSE 16, 2012)

Ainda que se necessite discutir a questão das políticas públicas, fica evidente como a falta destas é marcante no território faxinalense, ficando, por diversas vezes, os sujeitos faxinalenses dependentes de atravessadores. Ainda que tal fato comece a ter uma mudança a partir de 2005 com a criação da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, a qual consegue com debates políticos e práticos modificar desde baixo a práxis destes faxinalenses, ainda é um início de uma mudança, a qual ainda sofre com incertezas e pressões.

As políticas públicas que poderiam servir muito bem aos camponeses faxinalenses, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ainda são desconhecidos pela maioria destes sujeitos. Ou seja, políticas públicas que, até certo ponto, não engessam ou retiram a autonomia relativa destes sujeitos acabam por não serem sequer conhecidas pelos mesmos, os quais acabam por ficarem a mercê do mercado e do vai e vem da política local. Por exemplo, sobre o PAA e o PNAE foi possível colher os seguintes depoimentos:

Faxinalense 6 - PAA? PNAE? Nunca ouvi falar...
Olesko – São aqueles programas de compra de alimentos pelo governo..

Faxinalense 6 – Ah, já ouvi falá, mas só. Essas coisas não chegam direito aqui, antes ficávamos sabendo as coisas pelo povo do sindicato, mas o sindicato virou inimigo esses tempo, agora é tudo meio obscuro.(2012)

Faxinalense 15 – Ouvimô falar desses projetos... mas não sabemos como acessar sozinho assim, sem CNPJ, essas coisa. Ouvi dizer que só pode se tiver em grupo, em associação e não temo isso aqui... (2012)

Os faxinalenses tentam inserir dentro do Estado, especificamente no Conselho de Povos e Comunidades Tradicionais e outras esferas de discussões acerca dos Povos e Comunidades Tradicionais, articulando, através da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais²⁵, as mais diversas frentes de luta de uma grande diversidade de povos e comunidades, os quais demandam os mais diversos tipos de reconhecimento e apoios. Estas frentes de luta vão desde a luta pelo reconhecimento de sua existência, passando pela luta por acesso político, luta por território, por terra. É disto que mais se ouviu durante as narrativas e nas entrevistas coletadas nas comunidades aqui analisadas, ou seja, a luta conjunta e não específica destes sujeitos.

Os mesmos enxergam que apenas em conjunto podem conseguir alguma vitória, isso vai ao encontro do que Brandenburg (2010) apresenta ao tratar dos sujeitos que o mesmo denomina *neorurais*²⁶, membros de novos movimentos sociais. Tais sujeitos teriam não só no acesso a terra um mote e motor de luta, mas também na manutenção de seu território e identidade, aonde a luta conjunta é essencial. Isto fica evidente nas comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta em suas relações sociais, tanto internas, entre os faxinalenses, quanto externas, com outros sujeitos marginalizados do campo.

²⁵ Entidade formada por e a partir das reivindicações de diversos povos e comunidades e por sua luta comum por reconhecimento e sobrevivência, pertencendo a ela quilombolas, faxinalenses, cipozeiras, pescadores e pescadoras tradicionais, dentre outros.

²⁶ Cabe destacar que Brandenburg trata do conceito de neorurais de modo diferente de outros autores, para este os neorurais são os novos sujeitos que emergem no campo, e não outros sujeitos que adentram o campo, como profissionais liberais com moradia no espaço agrário, etc.

A luta, conflito e resistência demarcam a formação territorial faxinalense, assim como sua identidade. Estes conflitos estão muito presentes no dia-a-dia das comunidades analisadas e presentes nas falas dos sujeitos faxinalenses. Sejam os camponeses faxinalenses ou aqueles que ainda possuem uma campesinidade, mas não são camponeses, ou seja, moram no campo e tem costumes do campo, contudo, trabalham na cidade como pedreiros, lavadoras, motoristas, caminhoneiros, diaristas (WOORTMANN, 1995), estes problemas marcam sua vida e seu território de vida de modo que se torna indissociável de sua identidade tais fatos.

Estes foram os conflitos que ajudam na compreensão dos processos diferenciados de territorialização e na construção e delimitação do que vêm a ser as comunidades analisadas aqui. Como já foi destacado, estes conflitos estão presentes na construção diária da identidade e do território dos faxinalenses, uma vez que a influência destes conflitos em suas vidas é marcante e constante. Logo, a identidade coletiva destes sujeitos, organizada em elementos simbólicos e em práticas produtivas e de vida, agrupam o conjunto social faxinalense em torno de sua causa e seu objetivos. Na sequência do trabalho, dois conflitos merecem tratamento especial: primeiramente o caso do agronegócio especialmente em sua face do monocultivo de pinus e eucalipto e logo depois, no capítulo 3, tratar das chácaras de lazer.

A seguir, segue a análise mais aprofundada no conflito com o agronegócio, especificado nas comunidades com os pinus e eucaliptos, o agronegócio, especialmente as granjas, mostrando também as resistências e consequências desta prática para as comunidades faxinalenses do Meleiro, Pedra Preta e Espigão das Antas.

2 A EXPANSÃO DO CAPITAL NO CAMPO: O AGRONEGÓCIO EM SUAS DIVERSAS FACES E SEUS IMPACTOS NAS COMUNIDADES FAXINALENSES DO ESPIGÃO DAS ANTAS, MELEIRO E PEDRA PRETA.

“O importante é ser livre, né, ter o que comer, ser tudo em comunhão uns cos outros” Faxinalense 3

Os sujeitos faxinalenses constroem sua vida e se reproduzem em um território que é parcela de um espaço geográfico agrário. Tal território é entendido como pluridimensional (SAQUET, 2007; 2009), com a presença vital de conflitos, cultura, natureza, relações sociais, relações econômicas, as quais constroem tal território e se delimitam por e partir de relações de poder (SOUZA, 1995; 2009). Logo, tal território é marcado por conflitos e relações que estão, inegavelmente, relacionadas ao espaço rural.

Isto leva a um ponto essencial para a compreensão de que a questão agrária ainda permanece como ponto chave para o entendimento do campo e seus conflitos. Como Germani (2009, p. 349-350) levanta, as relações sociais de produção, além da própria estrutura fundiária da propriedade da terra e as relações entre sujeitos distintos e muitas vezes antagônicos, são as marcas que se fazem presentes e que acabam por legitimar a importância e atualidade da questão agrária nos estudos e na compreensão do campo brasileiro.

A questão agrária recebe, nos últimos anos, novas interpretações, sujeitos e conflitos, sujeitos os quais começam a ganhar fôlego nas discussões acadêmicas e também em suas lutas ante seus antagonistas, o capital e sua figura no campo, o agronegócio. Assim sendo, os povos e comunidades tradicionais tomam força neste espaço e acabam construindo novas identidades enquanto sujeitos sociais próprios, levantando uma bandeira própria e se autodefinindo enquanto faxinalenses, quilombolas, pescadores artesanais, benzedeiros, etc. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2010) para legitimar e fortalecer sua luta.

A luta destes sujeitos é aparentemente nova, e vai além da luta por terra para produzir, ou seja, não se considera a terra apenas como um meio de produção (SAUER, 2010), mas também se entende a terra como parte indissociável da sua própria constituição enquanto sujeitos (faxinalenses, quilombolas...) uma vez que a mesma lhes é cara para sua cultura,

sociabilidade, economicidade, através de sua natureza simbólica e utilitária, o que faz com que a questão agrária, atualmente, acabe por trazer elementos de luta não só pela terra, mas também pelo território (SAUER, 2011).

Ainda que venha a ser analisada mais a frente, a atualização da questão agrária é essencial, também, para o entendimento da luta faxinalense perante o agronegócio. A luta faxinalense é pela manutenção de seu território. Entendendo o território como construção destes sujeitos e aonde existe uma autonomia relativa e os mesmos têm todo esse arsenal, construído a partir de sua identidade e território, como citado no parágrafo anterior, que lhes é próprio, através da pluridimensionalidade do território (SAQUET, 2007). Logo, o conflito com o agronegócio é, não só por suas terras, mas a luta se foca, principalmente, contra as práticas deste agronegócio, o qual desagrega, destrói descaracteriza e muitas vezes, apaga as práticas e vidas destes sujeitos.

Portanto, neste capítulo, se farão três análises a partir do caso das comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta, situadas no município de Mandirituba, na porção sul da região Metropolitana de Curitiba. Primeiramente se destrincha o agronegócio enquanto motriz de monoculturas e de práticas individualistas e destrutivas, ambas apoiadas pelo Estado; logo após, uma análise dos conflitos e práticas existentes a partir das granjas presentes no entorno das comunidades, centrando na dubiedade que as mesmas carregam, ajudam na melhora de vida e ao mesmo tempo retiram autonomia; e por fim, um terceiro ponto, aonde se analisam as monoculturas de pinus e eucaliptos e seu impacto ambiental e econômico em tais comunidades.

2.1 O Agronegócio e a Expansão do Capital no Campo: A Modernização do Campo à Brasileira

O campo brasileiro passou e ainda passa por transformações muito marcantes e que redefinem o espaço rural e os sujeitos que ali vivem, buscando inserir os mesmos dentro da lógica do mercado, criando assim um “novo mundo rural” (DOMINGOS NETO, 2004), no qual o capital vem a dominar a lógica camponesa e faz com que todos estes sujeitos se voltem a uma produção para e a partir do mercado, passando por cima de outras lógicas pré-existentes.

Como a autora Maria Nazareth B. Wanderley (2009, p. 168) reflete, a história dos camponeses brasileiros pode ser definida como um registro de lutas para conseguirem serem reconhecidos e terem seu próprio lugar dentro da economia e da sociedade nacional.

Assim sendo, centrado nas faces do monocultivo arbóreo e da integralização de camponeses às lógicas de mercado, são estes os itens a serem analisados neste capítulo, os quais serão percorridos com a especificidade das comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro, Pedra Preta.

No que tange à monocultura, o agronegócio é herdeiro direto da lógica latifundiária brasileira, passando de improdutivo (e ainda se mantendo improdutivo em muitos casos²⁷) para um modelo de empresários rurais super produtores de commodities. Logo, a mesma se atualiza e busca ser exportadora de matérias-primas, não abandonando, porém, as características vitais do antigo latifúndio improdutivo: o monocultivo, a grande propriedade e o trabalho precário (OLIVEIRA, 2007; BINSZTOK, 2011). É somente através deste tripé que o agronegócio se expande, com apoio estatal, e busca alastrar sua lógica através de pressões aos sujeitos camponeses.

O que pode ser visto a partir da expansão do capital no campo é o conhecido conflito entre os agora empresários do agronegócio e os demais sujeitos existentes neste campo. Estes mesmos sujeitos apontam seus antagonistas na carta final do 3º Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses (APF, 2009, p. 45) como se reproduz a seguir:

Denunciamos os projetos opressores, como: os agro-negócios de pinus, eucalipto, soja, fumo, milho, morango e a grande pecuária que expulsam nossas famílias da terra, destruindo os faxinais, a nossa cultura faxinalense e a biodiversidade de nossa região. Assim como, as grandes propriedades que praticam os monocultivos, afetam e muitas vezes destroem nossas comunidades bem como, impedem nossa reprodução física e social.

Este trecho da carta final do terceiro encontro estadual remete aos conflitos que sofrem os faxinalenses de todo o estado do Paraná, contudo, a grande maioria destes conflitos se encaixa nas três comunidades aqui

²⁷ Para mais informações ver Oliveira (2001), Sauer (2011).

analisadas. Segundo os próprios sujeitos entrevistados, a pressão sofrida, principalmente nas figuras do monocultivo de pinus e eucalipto, é imensa, visto que impedem a reprodução física e social destes sujeitos tanto economicamente quanto ambientalmente.

O modelo capitalista de produção do campo – e do espaço – é destruidor e gera destruição por onde passa, tendo assim, um efeito perverso embutido, o qual acaba gerando questionamentos e resistência:

(...) o modelo produtivista, que realizou a modernização agrícola é hoje profundamente questionado, pelos seus efeitos perversos de ordem econômica, social e ambiental, que afetam o conjunto da sociedade. Na maioria dos países de agricultura moderna, a crítica deste modelo vem sendo feita, em grande parte, por agricultores familiares, que se definem como camponeses e que, desta forma, se colocam como portadores de outra concepção de agricultura moderna. (WANDERLEY, 2009, p. 194)

Ainda sobre o agronegócio, Bruno (2010, p. 119) mostra que o agronegócio legitima sua destruição e destituição de outras lógicas e sujeitos do campo através de uma geração de riquezas inigualável, riquezas que viriam a ser a chave para o Brasil ser considerado um país de primeiro mundo. Regina Bruno (2010) traça isto a partir de entrevistas com os representantes do agronegócio, como Abag (Associação Brasileira de Agrobusiness) os quais defendem o agronegócio como a expressão da modernidade e de um paradigma de desenvolvimento que alcança todos os brasileiros (IDEM, p. 117). A autora aponta o que o agronegócio prega como seus pilares de sustentação e identidade:

- Agronegócio como sinônimo de união, sucesso e de geração de riqueza;
- O agronegócio como expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atende aos interesses e às necessidades de toda a sociedade;
- A crença na ausência de alternativas históricas outras além do agronegócio;
- O princípio da valorização de si e desqualificação do outro;
- O imperativo de uma maior institucionalidade e da construção de novos espaços de representação, mediação de interesses; (IDEM, p. 114).

Sendo assim, fica claro como o agronegócio se apresenta como única alternativa para o desenvolvimento do país, deixando de lado outras racionalidades e práticas existentes no campo, passando por cima de outras possibilidades que vão além do paradigma do desenvolvimento²⁸ e da inserção total dentro da sociedade do capital.

Outro autor, Alfio Brandenburg, traz uma abordagem interessante e que se encaixa no entendimento aqui elaborado acerca da entrada e expansão do agronegócio no espaço rural, especificamente no caso faxinalense, Brandenburg (2010), infere que a lógica do capital, orquestrada pelo Estado e pelos interesses do mercado, busca modernizar as práticas camponesas submetendo estas práticas a interesses urbano-industriais, logo, a modernização do camponês é na realidade uma colonização, a qual busca mudar a racionalidade destes camponeses, voltando-os para a produção mercadológica, expropriando assim tais sujeitos de suas práticas com relativa autonomia (IDEM, p. 10).

O que o agronegócio faz é interpretar o rural como um lócus de produção, e nada mais, deixando de lado o rural como um espaço de reprodução de vida (IDEM, p. 11). O espaço rural é formado por diversos tempos e espaços diferenciados (IDEM, p.2), contudo, tais espaços estão em constante tensão, e os mesmos se constituem em territórios, uma vez que são delimitados por relações de poder, (SOUZA, 1995, p.78). Estas relações que são conflituosas e têm imbricadas em si mesmas uma disputa igualmente multidimensional, que abarca desde concepções de mundo até práticas produtivas e culturais, além de relações diferenciadas com a natureza.

Assim sendo, o conflito dos faxinalenses das comunidades analisadas não se dá somente segundo o ponto de vista produtivo, ou seja, o conflito não é somente por terra, ele também abarca a questão da racionalidade faxinalense, da luta pela manutenção da autonomia relativa, além da produção diferenciada do espaço elaborada por estes sujeitos.

²⁸ Para uma maior compreensão do debate a cerca do conceito de desenvolvimento ver Quijano (2000; 2010), Esteva (2000), Latouche (2007), Zibechi (2008), Escobar (2005) que tratam de desconstruir o desenvolvimento, sua história e sua imposição como verdade absoluta e naturalizada. Especificamente sobre os impactos de projetos de desenvolvimento em povos e comunidades tradicionais ver Solá Pérez (2012).

Como já apresentado, esta modernização do campo acaba sendo sinônimo de agronegócio, tanto para o Estado quanto para os sujeitos ligados a este agronegócio, não levando em conta, porém, as implicações sociais deste modo de pensar e impor este modelo (WANDERLEY, 2009, p. 45). A modernização e, conseqüentemente, a exploração agrária no Brasil tem seu sucesso fundado, segundo Caio Prado Junior ([1979] 2000, p. 25), na larga disponibilidade de terras com uma apropriação que não teve concorrência com a massa de trabalhadores do campo, criando assim uma classe dominante no campo, a qual se modificou ao longo dos tempos, vindo a ser hoje a figura do agronegócio.

Indo ao caso específico aqui analisado, o monocultivo se dá, dentre outros fatores, principalmente através das grandes extensões de terra que o agronegócio possui (OLIVEIRA, 2010; SAUER, 2010) e por sua técnica afinada, a qual se torna um fim para este modelo (PRADO JUNIOR, 2000, p. 27) que é findado apenas na produção, como Brandenburg (2010, p.14-15) também afirma. Assim sendo, trazendo para o caso paranaense, Westphalen, Machado e Balhana (1968, p. 6-8) trazem rápido panorama da ocupação das terras do estado, aonde a concentração e grilagem eram gigantescas, chegando, inclusive, ao interventor estadual Manuel Ribas declarar que se necessitava acabar com os senhores feudais que haviam se apossado de um quarto do território paranaense, isso ainda em 1944. Contudo, logo após o governo de Manuel Ribas, em 1947 assume Moisés Lupion, o qual emite diversos títulos de propriedade pelo estado todo, dentre os quais, muitos eram grilagens de terras devolutas ou de pequenas propriedades camponesas, criando diversos conflitos²⁹ (MACHADO; BALHANA, 1968; ROCHA, BORITZA, ICHIKAWA, 2012, p.2-3).

Portanto, a concentração de terras no estado do Paraná e, conseqüentemente, seu modelo de monocultivo, não é algo recente. Porém, sua expansão recente, vem com o agronegócio, especialmente de pinus e eucalipto juntamente com a soja e o milho, os quais geram conflitos socioambientais graves. Tais conflitos são inerentes à própria lógica deste

²⁹ Para maiores informações sobre esses conflitos ver Rubens Sanson Martins (1986), que retrata os acontecimentos da Revolta dos Posseiros no Sudoeste do estado do Paraná, a qual tem ligação direta com a gestão de Moisés Lupion.

modelo de monocultura, e especialmente grave no caso da silvicultura, como será discorrido ainda neste capítulo.

Outra face do agronegócio, não herdeira do latifúndio, mas sim imbricada com a agroindústria, surge com a agricultura contratualizada³⁰ (PELEGRINI; CLEPS JUNIOR, 2000, p.29), a qual articula a produção, especialmente de suínos, aves e leguminosas às cadeias industriais. Isso se dá no Brasil, ainda segundo os autores (p.28), através de um processo de diminuição do crédito no fim dos anos 1980, para os agricultores devido às seguintes circunstâncias:

O final da década de 80 marca uma nova fase na agricultura brasileira, caracterizada principalmente pela significativa redução do crédito agrícola oficial, com a redução considerável da intervenção do Estado, e pela intensificação da dependência da agricultura frente aos setores mais organizados da economia: financeiro, industrial e comercial. Tais transformações estão relacionadas à alteração no padrão de acumulação, nos centros mais dinâmicos do capitalismo mundial.

Ou seja, o que se cria é um dependência camponesa de setores da indústria e do mercado financeiro, além do próprio mercado de seus produtos, o que é uma medida estatal para forçar o campesinato a adentrar na lógica de mercado, suspendendo uma relação que tinha uma autonomia relativa considerável, uma vez que só se dependia de créditos estatais a juros baixos, para uma relação de quase total dependência para com a indústria alimentícia³¹.

A mesma lógica, iniciada nos anos 1980 é aplicada nas comunidades faxinalenses Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta. Existem seis granjas em funcionamento nas divisas do criadouro comum, todas integradas à indústria Seara, e mais duas granjas, inseridas dentro do criadouro, pertencente a um chacreiro. Os próprios faxinalenses entendem que esta relação é dúbia uma vez que retira destes sua autonomia relativa e acaba por

³⁰ Pelegrini e Cleps Júnior tratam contratualizado e integrado como sinônimos, porém, apresentam a ideia de que o integrado viria a ser o produtor totalmente dependente da empresa para a qual produz, enquanto o contratualizado mantém certa autonomia.

³¹ A relação anterior do campesinato já era contraditória, uma vez que para manterem sua autonomia, dependiam de créditos estatais, contudo, com a entrada dos mesmos nas lógicas empresariais sua dependência aumentou ainda mais.

ajudar na desarticulação de seu território, contudo, é através das granjas que certas famílias conseguem ter um nível de renda maior e assim uma casa um pouco melhor, com certos bens de consumo duráveis que ainda são de difícil acesso para o restante da comunidade.

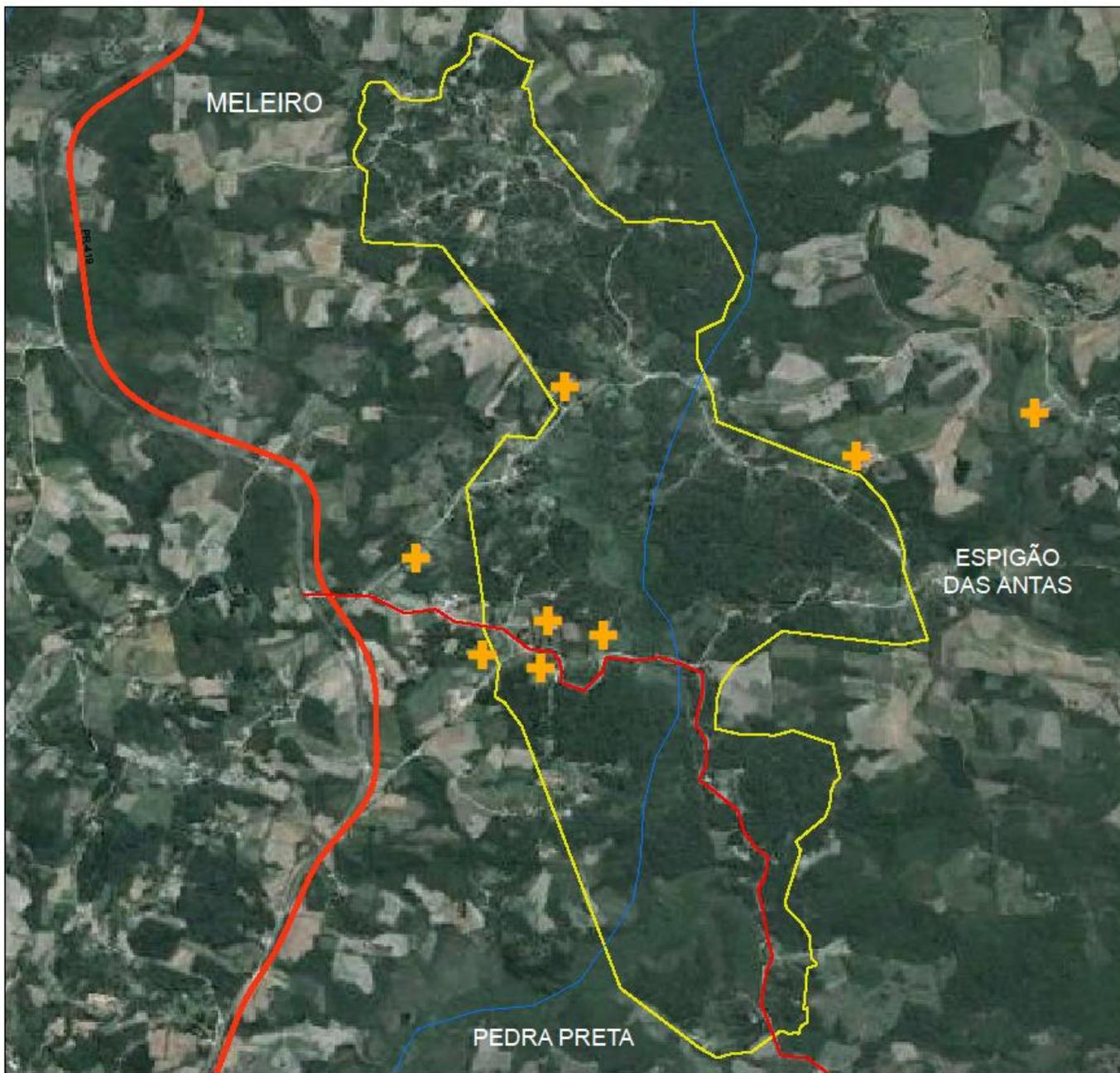
No caso das granjas, a mesma lógica presente na monocultura, ou seja, lógica produtiva mercadológica, é a que norteia tal processo. Alentejano (2003, p. 32) mostra como esta relação com a terra e com a natureza é vital para a própria construção da identidade destes sujeitos do campo, uma vez que tanto do ponto de vista econômico, quanto social, o rural está associado à terra de maneira muito forte o uso e a relação com a terra é outra, respeita os tempos da natureza e da cultura destes sujeitos (BRANDENBURG, 2010, p.2-3) e não é centrada no tempo de produção e no solo como simples local de trabalho, algo produtivo, como é vigente no meio urbano – industrial e na sociedade do capital.

Estas duas faces do agronegócio, a monocultura e a integração dos produtores, são as faces que mais se mostram dentro das comunidades analisadas, por isso a necessidade de um aprofundamento destes conflitos entre o agronegócio e os sujeitos faxinalenses. Em primeiro lugar, se tratará dos conflitos existentes entre as comunidades e as granjas instaladas dentro do criadouro comunitário ou nas proximidades, porém com impacto na vida destes sujeitos da mesma maneira, buscando uma análise que mostre a relação contraditória que existe entre os sujeitos das granjas e a própria comunidade e seu território.

2.2 – As granjas e os Faxinalenses – Uma Relação Conflituosa e Contraditória

Destarte cabe apresentar as quatro granjas existentes dentro do criadouro e as outras seis existentes nas terras de plantar³², de maneira que fique evidente a contradição que vem a ser trabalhada aqui em cima deste fato (MAPA 3).

³² Somente quatro aparecem no mapa a seguir, às outras duas são mais distantes, não seguindo o padrão de proximidade com o criadouro.



MAPA 3
 LOCALIZAÇÃO DAS GRANJAS
 NAS COMUNIDADES
 FAXINALENSES
 DO ESPIGÃO DAS ANTAS,
 MELEIRO E PEDRA PRETA.
 MANDIRITUBA - PR



S
 UTM
 22 S



ESCALA
 1:16.500



Legenda

-  Granjas
-  Estradas Secundárias
-  PR 419
-  Hidrografia
-  Perímetro do Faxinal

Organização: Juliana Rodrigues Cordeiro
 Fontes: Imagem de satélite: Google Earth, 2006
 Hidrografia: ITCG, 2010
 Estradas: SEMA, 2010

As granjas pertencem a seis famílias, tendo uma família três granjas, uma para cada geração da mesma, e são todas elas integradas às indústrias Seara, além de duas outras granjas inseridas dentro do criadouro, pertencem a um chacreiro, integrado também a Seara³³. As granjas nas terras de planta, são próximas aos limites que dividem tais terras com o criadouro, as mesmas estão situadas à jusante das terras de planta, não tendo assim possíveis problemas em dias de chuva com o deslocamento de dejetos dos animais.

Com a integração destes faxinalenses, sua lógica camponesa se mescla e atualiza, como apresenta Brandenburg (2010, p.17) a experiência oriunda da tradição e da prática se articula com o conhecimento da modernidade científica, proveniente das empresas às quais estão ligados estes sujeitos. No caso dos sujeitos faxinalenses isso fica evidente em suas falas, tanto nas coletadas nas entrevistas quanto naquelas em que se deu o processo da entrevista narrativa, assim sendo:

Óia só, nunca achei que ia falar isso, mas esse inverno mais quente salvou a gente... guri, gastamo menos lenha pra esquentar os pintinho, só ia uma leva, só pra noite, de dia num precisava, dae mal perdemo frango, morreu quase nada, deu pra tirar um poquinho mais no fim do mês, se não a coisa ia ser feia... quebrou a safra de miô [milho] nos Estados Unido, ficou cara a ração, o preço foi lá em cima, é feita de milho, absurdo isso, mas fazê o que.

(...) essas empresa ae, vende tudo na bolsa de Chicago, vende as soja, os mio, vendem o que vão produzi daqui três ano hoje, um rolo... (FAXINALENSE 3, 2012)

É notável o conhecimento da bolsa de Chicago este faxinalense tem. O mesmo ainda aponta, como o consumo de carne de frango aumentou após a 2ª Guerra Mundial, e como isso impulsionou um novo mercado no Brasil, especialmente as “empresa dos Catarina”, como é o caso da Seara. O mesmo sujeito, ainda citou o caso da morte de pintinhos por parte dos integrados da empresa Diplomata³⁴, culpou o ‘modelo do mal’ que faz o brasileiro vender

³³ Uma das granjas inserida dentro do Criadouro pertence a um faxinalense, contudo, a granja é antiga e por consenso, em reunião da comunidade, foi liberada sua permanência. A outra granja foi construída por uma faxinalense contrário as práticas do faxinal. Não se conseguiu informações sobre qual empresa este sujeito é contratualizado.

³⁴ A empresa Diplomata entra em crise já no início de 2012 e deixa de pagar seus funcionários e de entregar ração para seus contratualizados, o que acaba com gerar a morte dos animais destes sujeitos.

milho pros Estados Unidos e deixar alguns compatriotas com dívidas enormes uma vez que não conseguiram comprar ração para seus pintinhos. Enfim, a visão de mundo deste sujeito é ligada a sua campesinidade, mas também é ligada, através da necessidade, com as lógicas globais da cadeia do agronegócio vendida na bolsa de Chicago ou com preços fixados lá.

Indo ao ponto da integração destes sujeitos à Seara, diversos autores concordam que quanto menor for o preço pago ao produtor, maiores serão os lucros da empresa, menores os preços dos produtos e maior a competitividade da empresa no mercado (COSTA, 1993; BELUSSO, 2010; CONCEIÇÃO, 2007; STORTI, 2011; ANTUNES, 2006). Igualmente, os autores concordam que as empresas inserem suas granjas em pequenas propriedades para conseguirem ter maior poder de barganha com estes produtores. Essa situação se dá nas granjas faxinalenses, sendo que os mesmos sempre falam, em todas os encontros que foram realizados, que é indispensável a não dependência total da granja, ter algo para se manter, caso a granja venha a dar prejuízo. Ainda segundo um dos faxinalenses entrevistados:

(...) as empresa são boa... boa até certo ponto, né? Se acontecer alguma coisa com ela, vai sobrar pra gente, vão cortar o nosso dinheiro, o deles não, então sempre falo que é bom ter sua horta pra ter comida em casa, arrendá a terra de planta se o caboclo tiver uma, e ter uns porquinho sorto, pra caso de alguma desgraça (FAXINALENSE 1, 2012)

A lógica camponesa que visa, segundo Wanderley (2009) a busca permanente da autonomia relativa ou sua manutenção, é muito bem representada nesta fala, onde fica presente a desconfiança do sujeito faxinalense perante a empresa, a qual jogaria o ônus de algum fato mal sucedido em cima de seus integrados, nunca arcaria ela sozinha com o prejuízo.

Fazendo uma análise do modelo de integração de pequenos produtores a grandes indústrias alimentícias, alguns consensos e algumas conclusões são possíveis de serem levantadas. O que se faz a seguir é demonstrar quais são tais linhas de análise que confluem para o mesmo caminho, especialmente no que toca os conflitos que tal integralização gera além de mostrar a importância e presença maciça que a avicultura tem no estado do Paraná.

O estado do Paraná é o maior produtor de aves do país com uma produção, em 2006, segundo o censo agropecuário do IBGE de 223.742.000 animais. Apesar de Santa Catarina contar com as maiores empresas, o Paraná, em especial o oeste e o centro-sul do estado, acabaram por terem grande produção de aves como enumeram os diversos autores trabalhados neste capítulo. Para melhor entendimento, segue tabela histórica que demonstra o número de produção no estado e tabela de abate de animais:

Tabela 1: Efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários por espécie de efetivo (aves)- série histórica (1970/2006)

ANO	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Paraná
1970	213623	7376	36264	89638	68118	12226	26254
1975	286810	11482	56124	117081	88060	14063	29363
1980	413180	13929	64727	169210	146976	18339	45910
1985	436809	18273	78473	147588	172106	20368	57490
1995	718538	27373	103058	264904	280107	43096	94466
2006	1143458	30388	120400	348851	533593	110226	223742

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

A tabela 1 mostra como em meados dos anos 1980 a região sul ultrapassa a sudeste em efetivo de aves. Isto se dá justamente no mesmo período que Pelegrini e Cleps Júnior (2000) citam como ponto inicial dos incentivos estatais para findar o crédito a juros baixos aos pequenos produtores e apoiar a entrada destes nas lógicas das agroindústrias, é neste período que as empresas Catarinenses Perdigão e Seara têm uma explosão no seu faturamento, produção e importância no mercado alimentício nacional.

Outro fato notável na tabela é como a produção de outras regiões do país aumentou de maneira mais tímida, comprovando novamente a passagem de Pelegrini e Cleps Júnior (IDEM), que tratam das especializações produtivas que se dão nas regiões do país, visando não a melhora da vida dos produtores ou maiores ganhos econômicos, mas sim a possibilidade de facilitar e até mesmo forçar os produtores não contratualizados com as empresas a entrarem nesta lógica, uma vez que tal lógica seria a única alternativa.

A seguir, a tabela 2 demonstra, a partir de outra base de dados, o número de abates de frango e mostra como a participação do Estado do

Paraná nesta atividade é grande, com 23% da produção nacional, e com uma produção 30% maior que a do segundo maior produtor, o Estado de Santa Catarina.

Tabela 2 – Abates de frangos de corte com Serviço de Inspeção Federal (SIF), segundo os principais Estados produtores, 2006.

Estados	Aves (nº de cabeças)	Participação (%)
Paraná	1.011.344.959	23,00
Santa Catarina	713.745.638	16,24
São Paulo	649.551.205	14,77
Rio Grande do Sul	634.098.656	14,42
Minas Gerais	256.388.474	5,83
Goiás	183.114.718	4,17
Mato Grosso do Sul	103.345.374	2,35
Mato Grosso	87.281.390	1,99
Sub-total	3.745.689.444	85,20
Outros com SIF	33.083.688	0,75
Total com SIF	3.778.773.132	85,95
Abate sem SIF	617.540.210	14,05
Total Geral	4.396.313.342	100,0

Fonte: UBA (União Brasileira de Avicultura) - ABEF - (Associação Brasileira de Exportadores de Carne de Frango)

O motivo destes sujeitos adentrarem na lógica da integração a agroindústrias é, no caso faxinalense, agregar um pouco mais de dinheiro a sua renda e até mesmo conseguirem sobreviver de modo digno, algo que se assemelha à lógica geral dos que se inserem nesse modelo:

Os autores que se dedicam a esta questão têm caracterizado a produção integrada no Sul do Brasil como sendo uma atividade típica de pequenos produtores, os quais utilizam mão-de-obra familiar, e cuja decisão de se ligar às agroindústrias se justifica meramente pelas necessidades de sobrevivência, diante de uma conjuntura econômica desfavorável à pequena produção.

Tal condição, ao mesmo tempo que lhes garante a regularidade de escoamento de produção, mostra-se freqüentemente desfavorável a esses pequenos produtores. (PELEGRINI, CLEPS JUNIOR, 2000, p. 30)

Como anteriormente apresentado, a lógica camponesa de busca e manutenção permanente de uma autonomia relativa é, também, inclusa na lógica das próprias empresas, as quais têm consciência de que o modo como os camponeses buscam manter sua autonomia, através da sua lavoura de subsistência, ou, no caso faxinalense, as terras de planta para venda de alimentos é vital para a manutenção da própria integralização, uma vez esta só é possível com estes mecanismos de sobrevivência dos sujeitos, visto o pouco que é pago pelos frangos. Novamente, Pelegrini e Cleps Junior trazem reflexões pertinentes sobre tal fato:

(...) empresas³⁵ vêm difundindo entre os seus parceiros a idéia da diversificação da atividade produtiva na propriedade a fim de que a renda do produtor rural não se restrinja unicamente àquela obtida com a avicultura, que embora tenha se constituído em uma alternativa ao desemprego e sub-emprego urbanos evitando sua saída da propriedade, é uma atividade suficiente apenas para a sobrevivência familiar (IDEM, p.31)

O caráter dúbio desta relação que pode ser vista, ora como manutenção da autonomia, ora como recomendada pelas empresas é presente em diversas leituras da integração camponesa às indústrias, indo também para a reflexão a partir do tamanho das propriedades, como foi enumerado anteriormente:

É altamente relevante para as empresas integradoras as propriedades serem pequenas, mas permitindo uma certa produção de alimentos que garanta estabilidade à família camponesa (ANTUNES, 2006, p. 90)

Outra autora faz sua reflexão a partir da lógica de autonomia e relação diferenciada com o espaço que a produção de alimentos existente na propriedade do camponês integrado tem:

Entretanto, há a produção de subsistência, por exemplo, em que são os camponeses que controlam o tempo da produção desta atividade. A produção de subsistência na atividade avícola não é um resquício do passado e revela a dimensão não-capitalista da pequena propriedade. Esta produção de subsistência é essencial para a garantia da existência camponesa, contribuindo para que eles permaneçam na terra.

³⁵ Especialmente Sadia, Perdigão (hoje BrasilFoods), CEVAL e COOAGRIL (PELERINI; CLEPS JUNIOR, 2000, p.31)

(...) A produção de subsistência adquire certa “funcionalidade”, pois serve ao capital, que se utiliza de relações não-capitalistas para a sua reprodução ampliada. Mas essa mesma produção serve para o camponês permanecer na terra. Aí verifica-se o caráter contraditório da expansão do capital no campo. É essa contradição, combinada da produção de subsistência que caracteriza o contraditório e desigual “desenvolvimento” do capital. (STORTI, 2010, p. 68; 70).

A relação entre o camponês e a integração, ou seja, com o agronegócio e conseqüentemente com a sociedade do capital, é paradoxal desde o princípio, como evidenciado nestes trechos e no que foi possível perceber no campo. A relação é dúbia, contraditória, inclusive no modelo de resistência, que almeja a manutenção da autonomia relativa, que, contudo, confluí para os interesses das empresas em manter estes camponeses em suas propriedades para continuarem a explorar os mesmos. Todavia, a reflexão feita por Conceição (2007, p. 277) leva a considerar que existe uma linha tênue entre a autonomia e a necessidade da empresa. Esta relação é contraditória, a empresa não necessita de um camponês com autonomia “demais” e o camponês, igualmente, não pode se integrar em demasiado uma vez que este precisaria se subordinar às exigências das empresas e à rotina de trabalho imposta por estas., correndo o risco de ficar subordinado totalmente a empresa, perdendo, o controle de sua lavoura devido seu atrelamento no âmbito financeiro com seu empregador. Para tanto, é possível chegar ao denominador comum que Oliveira (1987, p. 53-54) traz:

(...) o desenvolvimento da agricultura no século XX vai ser marcado por uma realidade contraditória, ou seja, a sua expansão por aqueles setores de mais alta rentabilidade, como é o caso da avicultura ou do reflorestamento. (...) O capital tem atuado, contraditoriamente, no sentido de criar e recriar as condições para desenvolvimento da agricultura camponesa, sujeitando, portanto, a renda da terra ao capital.

Contudo, essa relação paradoxal entre camponês e a avicultura, caso seja posta em uma balança, pendem para o lado do camponês os ônus, e para as empresas o bônus, exatamente como o faxinalense apresentava em sua fala, reproduzida anteriormente. Antunes (2006, p. 89) faz um levantamento, a partir de vasta bibliografia especializada, para construir as características referentes às empresas e aos integrados, nos seus deveres e expectativas.

quanto às empresas integradoras:

- Homogeneidade quanto à matéria prima;
- Controle sanitário;
- Aumento da produção
- Redução dos investimentos e diminuição das despesas operacionais;

quanto aos integrados:

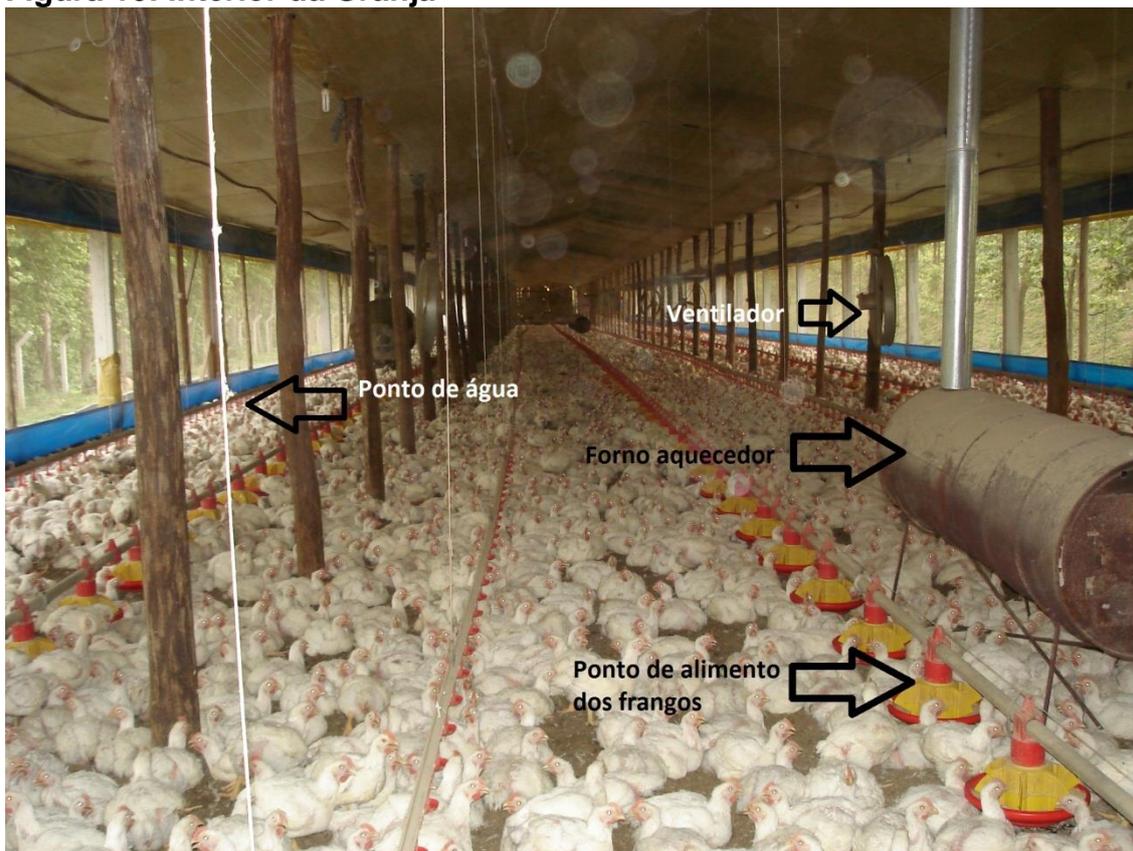
- Garantia de comercialização do produto;
- Aumento da renda familiar;
- Incentivos diversos advindos do sistema de integração;
- Financiamento de parte das instalações;
- Possibilidade de utilizar mão – de – obra familiar;
- Necessidade de pouco tempo para a produção;

Analisando estes pontos, diversos deles se encaixam no que foi visto em campo, ficando muito marcado como as empresas têm papel pouco presente no que condiz ao auxílio aos integrados, cabendo para os sujeitos todas as modificações e implementações necessárias à granja que estes mesmos possuem. Em entrevista, um faxinalense apresenta estes fatos:

O complicado disso é o começo, meu pai pegou um empréstimo no banco, esses de aposentado, dae conseguimos fazer a granja pros pintinho... mas dava medo de perder tudo e ficar com a dívida. Mas as empresas são complicadas, olha só, tive que construir um refeitóriozinho pros motoristas do caminhão que vem pegar os frango e deixar os pintinho, e tive que tirar um pé de árvore da entradinha ali e alargar a entrada da granja pra facilitar pros motoristas... eles mesmo falaram que num precisava, a empresa que obriga a gente. (FAXINALENSE 2, 2011)

Sobre as modificações e implementos necessários na granja, as Figura 10 e 11 ilustram os tais necessidades, as quais são impostas pelas empresas, uma vez que caso não exista forno aquecedor, ventilador, pontos de água seguindo um padrão pré-estabelecido, o contrato é invalidado e o produtor perde todo o seu investimento.

Figura 10: Interior da Granja



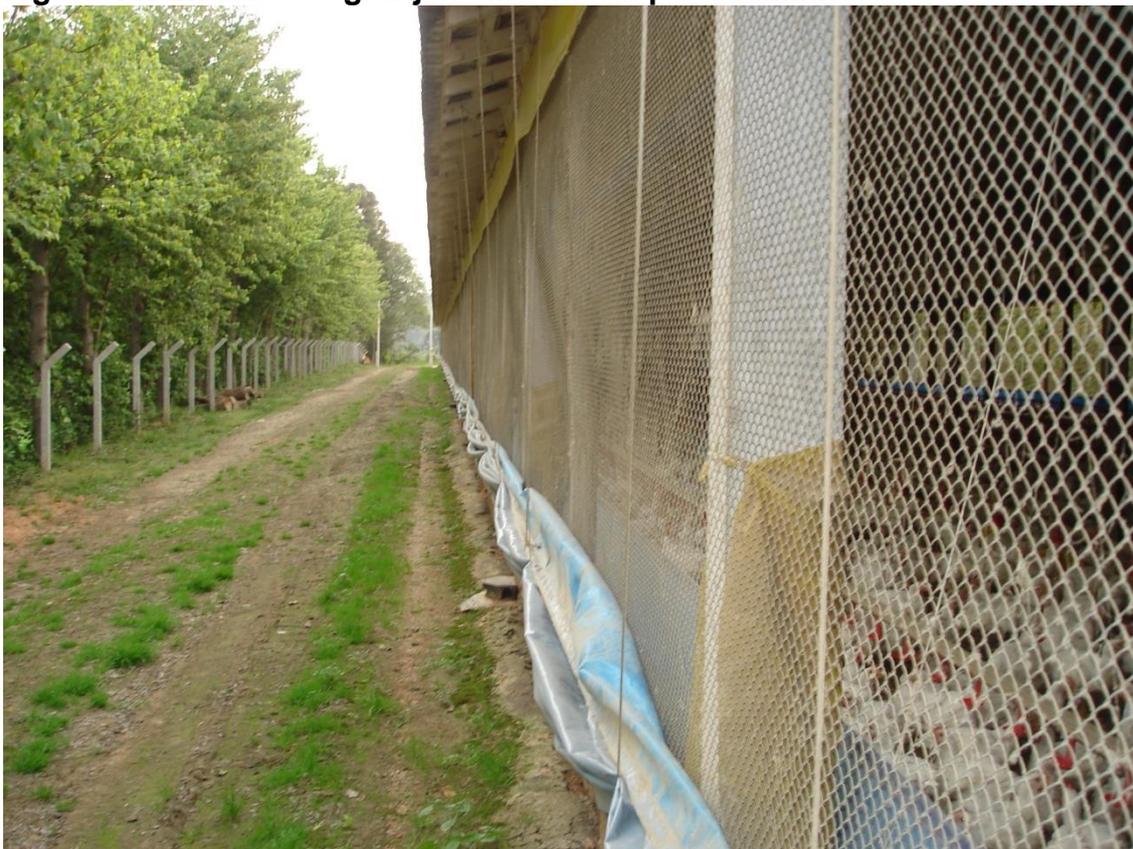
Fonte: Autor, 2012

Indo além, o ponto d'água e o ponto de alimentação dos frangos é padronizado e é comprado da empresa. Uma imposição citada como desnecessária pelos faxinalenses, uma vez que com a obrigação da compra destes elementos diretamente da empresa, gera mais custos e a impossibilidade de procurar uma alternativa mais em conta.

Já na parte exterior, justamente como o Faxinalense 2 apresentou anteriormente, as mudanças são maiores e mais estruturais se fazendo necessário construir uma pequena casa para o almoço, ducha e descanso dos motoristas³⁶ além de ter de criar uma entrada para o caminhão, aonde foi preciso desmatar uma pequena porção de terra (FIGURA 11)

³⁶ Local que não foi permitida a retirada de fotos por medo de represálias da empresa, segundo o Faxinalense 2 (2013).

Figura 11: Exterior da granja com entrada para caminhão



Fonte: Autor, 2012

Um fato muito presente nas famílias faxinalenses que possuem granjas é a importância do trabalho familiar, importância que é maior até do que nas famílias que não possuem granjas. Oliveira (1987, p.71) cita que o camponês em situação privilegiada³⁷ busca, através de sua acumulação de dinheiro, um pouco maior em relação a outros camponeses, garantir a reprodução de seus filhos como camponeses, garantindo a reprodução de sua família no campo. A partir disto nota-se como a relação dúbia dos faxinalenses com granjas é enorme, uma vez que estes estão na dianteira do movimento de resistência e manutenção do território faxinalense, de suas práticas de uso comum da terra, criando laços de compadrio e realimentando laços de amizade que vinham enfraquecidos. Estes sujeitos fazem parte, inclusive, da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF), o movimento social faxinalense, e se fazem presentes em eventos, discussões e lutas de seus companheiros.

³⁷ Considera-se aqui os faxinalenses com granjas como privilegiados, em relação aos seus pares sem granjas, uma vez que estes podem dar aos filhos melhor estudo, ter carros relativamente novos e casas de alvenaria, perante um mar de casas de madeira

Como já citado, é importante para estes faxinalenses, em específico, o trabalho familiar no campo, uma vez que, um ou dois membros da família são, segundo os próprios, *sacrificados*, em prol da família, uma vez que acabam tendo que trabalhar aproximadamente oito horas nas granjas por dia, para repor ração, aquecer os pintinhos através dos fornos, cortar lenha para os fornos além de limpar a própria granja. Uma faxinalense traz:

A gente fico mais unido, dois da família cuidam da granja, manhã, tarde e noite, então o resto da família tem que se empenhar mais na horta da casa, mais na hora de dar de comer pros porco e mais na hora de ir na terra de planta. Num dá pra todos os fio da gente ir morar na cidade, dos nosso, só uma foi e já voltou, pra ajudar, né... pra ajudar também a manter tudo isso aqui, tudo o faxinal. (FAXINALENSE 6, 2012)

Além de toda esta relação com a questão da autonomia e da produção, aonde os conflitos se dão pela dubiedade da relação entre faxinalenses e empresa integradora, outros conflitos existem, dentre eles o do próprio modelo de produção existente na granja, dois faxinalenses falaram sobre isto:

É difícil ver esses pintinho, dá uma dó, parte o coração vê eles tudo preso, apertado, se engalfinhando ali na granja, o chêro ruim, as vezes um morre e nós demora pra ver, e os outros em volta, é triste... minha família não come dessa carne, só das nossa galinha caipira criada sorta no faxinar... a outra carne num presta, cheia de hormônio, essa ração que nós dá pra eles num presta. (FAXINALENSE 3, 2011)

Poisé, o povo das granja é parcerero, eles sabem que num presta isso ae pros bicho, tem dó, eles tem a granja pra podê tirar um pouquinho mais, tão certo, cada um dá seus pulo pra sobreviver melhor, com um poço de dignidade (FAXINALENSE 7, 2011)

Outros faxinalenses criticam as granjas nos arredores das comunidades. Acreditam que as granjas pertencem a famílias que conseguiram construir as mesmas por já possuírem, anteriormente, uma renda maior, por serem ligadas às lideranças ou ainda por sorte. Contudo, as críticas diferem muito, alguns, que são amigos destes sujeitos que possuem granja, consideram que deve existir limite para o numero de granjas uma vez que 'se todo mundo quiser ter uma granja, já era o faxinal... nem tem como' (FAXINALENSE 8, , 2012) e que as mesmas desagregariam o faxinal pela área

cercada que as mesmas ocupam. Os faxinalenses totalmente contrários entendem que os sujeitos que possuem as granjas às vezes estão virando 'quase rico' (FAXINALENSE 9, FAXINALENSE 10, 2012) e que os mesmos irão, em breve, perder todo o senso de identidade faxinalense, querer destruir o território faxinalense e se tornarão algo semelhante que Oliveira (1986, p.72) denomina ao tratar dos *farmers* estadunidenses os quais combinam o trabalho familiar com o trabalho assalariado, estando a um passo de se tornarem capitalistas agrários.

Portanto, é possível notar que o conflito principal existente no caso das granjas é relativo à propriedade e seu uso, é o temor da diminuição futura das terras comuns com uma possível ampliação das granjas, atreladas, também, com uma possível mudança de mentalidade dos sujeitos que possuem tais elementos. Pesquisador de faxinais, Souza (2009) discorre sobre os conflitos com as granjas e outros elementos estranhos adentrarem na lógica de uso comum dos faxinalenses:

(...) visitamos faxinais em nossa pesquisa, onde as características produtivas se modificaram especialmente no que se refere à drástica redução das áreas de uso comum e concomitantemente à introdução de sistemas produtivos integrados, caracterizado pela mão-de-obra intensiva e pouco exigente em disponibilidade de terra, como a fumicultura – quando se realiza em áreas de lavoura -, ou granjas de aves e suínos. Tais sistemas concorrem com o uso comum dos recursos naturais, de maneira antagônica, “corroendo silenciosamente” os fundamentos de sua lógica, e podem ser reinterpretados a partir de situações em que o uso comum é drasticamente reduzido ou impedido pelo uso privado, nesses casos, os agentes sociais que dispõem de terra reorganizam suas práticas tradicionais nas condições em que são possíveis reproduzi-las (p. 42).

O conflito faxinalense com as granjas é, então, uma disputa por terras, especialmente, terras de planta, assim sendo, o medo de certos destes faxinalenses é a substituição da totalidade das terras de plantar por granjas, fato refutado pela grande maioria dos faxinalenses, tanto daqueles que possuem tais construções quanto outros que não as têm. É possível certificar isto com a fala de um faxinalense possuidor de granja:

Olha, vivemos duzentos anos nessa tranquilidade, queremos mais duzentos anos assim... O conflito não é as granjas, sabemos que elas são complicada de lidar, tem umas 30 aqui no município [Mandirituba], quem é da Seara ta tranquilo, quem é da Diplomata ta voltando pra lavoura, isso é bom, aqui no faxinal quem é granjero ainda tá na lavoura e cria solto, mas quem não é do faxinal, fica só na granja... dae, fica amarrado mesmo. O conflito é com isso, com essa perda de liberdade e com o povo das madeiras que ta voltando... arrancaram tudo o que tinha aqui de nativo, agora querem plantar eucalipto por aqui...(FAXINALENSE 2, 2012)

Este faxinalense, granjeiro, defende as granjas e entende a dificuldade que é lidar com a mesma. Compreende a dubiedade deste modelo de reprodução e apresenta que quando o camponês acaba por se atrelar somente ao trabalho com as granjas, este está amarrado à empresa e, conseqüentemente, muito frágil perante a ela. Porém, caso este faxinalense tenha outra fonte de renda, a lavoura, a granja deixa de ser um elemento ruim para se tornar um meio de trabalho mais difícil de manter.

Um conflito claro, existente nas comunidades faxinalenses analisadas, consiste na dificuldade de escoamento da produção das terras de planta, ficando, muitas vezes, destinada a produção para o CEASA de Curitiba, resultado da falta de opção de venda, o que acaba por empurrar os sujeitos para dentro da lógica da integração. Lógica que gera conflitos internos, como apresentados, especialmente no que tange à questão fundiária das terras de planta, uma vez que estas terras acabam por entrar de modo ainda mais profundo dentro da lógica capitalista, porquanto estão à mercê de questões produtivas, ou seja, se o faxinalense pouco produzir ou tiver algum problema e não conseguir cumprir com os contratos, provavelmente terá de vender sua terra de planta para pagar suas dívidas.

Em conversas com alguns sujeitos faxinalenses, autodeclarados “agricultores, lavradores, ou como nosso pai falava, né, camponês” (FAXILANESE 11, 2012) o grande problema das granjas é, além de fundiário, cultural:

É a chance de perdê a cultura de criar junto, temo medo, já foi dito isso nas reunião, temo sorte de, no faxinal nosso, nos criador que tão essas três comunidade, tudo os granjeiros são parceiro... mais nós sabe que tem granjeiro aqui do município, aqui do ladinho do faxinal, ali, logo do lado das terra de planta

do meu cumpadre, que encheu o terreno dele de eucalipto, pra lenha da granja dele e pra vender lenha no mercado. É isso e esse medo nosso de terminar, de um resolve fazê granja e acaba desunindo... pozólhe, as terra de planta são complicada, muita gente ta arrendando até, ta difícil. Olhe lá a desgraça Faxinalense 11, 2012 [FIGURA 12 e FIGURA 13]

Figura 12 Vista a partir do criadouro com direção às terras de plantar (limitadas pelo traço vermelho)



Fonte: Autor, 2012

Figura 13 Ampliação da área limítrofe entre terras de plantar e monocultura de pinus.



Fonte: Autor, 2012

As variações do discurso deste sujeito deixam claro, novamente, os temores da desagregação das terras de plantar, as quais não são comunitárias e, por isso, já estão mais fragilizadas no que toca o controle em mãos faxinalenses, estando estas inseridas no mercado de terras. Outro temor muito grande é a falta de conhecimento da origem dos granjeiros, se teme muito que algum faxinalense que é contra o criadouro venha a se tornar um granjeiro. Além disto, o impacto que a granja pode vir a causar nas terras de planta acaba por gerar debates dentro das reuniões das comunidades surgindo, recentemente, o questionamento acerca da possibilidade de existir algum controle daquilo que é possível fazer dentro destas terras, devido às dificuldades existentes para controlar a venda e uso de tais terras de plantar.

Portanto, os diversos conflitos existentes das granjas são estes, indo desde o ponto de vista material, a manutenção das áreas comuns e chegando até a questão da reprodução da lógica faxinalense. Estes conflitos, porém, são contornados e suavizados em praticamente todas as falas, contando mais como um temor futuro, especialmente em relação a quem poderá vir a ser

granjeiro. Quando questionados sobre os conflitos das granjas de maneira mais incisiva, este temor sempre aparecia em conjunto com um conflito com o qual os mesmos acreditam ser mais urgente e temerário: as plantações de pinus e especialmente, eucaliptos, ponto que será tratado a seguir.

2.3 Pinus e Eucalipto: O Terror do Reflorestamento

Essa desgraça de reflorestamento, derrubaram tudo que era nativo, eu mal vi a pinherada que meu avô contava, agora é hora de lutar, pra aindater pinheiro e derrubá tudo esses reflorestamento maldito! Faxinalense

O autor francês Marc Bloch (2001) tenta ao longo de seus escritos sobre a agricultura e a vida camponesa nos séculos XVII e XVIII construir um balanço das paisagens agrárias. O mesmo conclui que a complexidade de entender o uso do solo e das florestas é demasiado intrincada, contudo, tanto solo quanto florestas, especialmente as florestas, são mais preservadas aonde há o campesinato do que nos arredores das cidades (p. 519-522). Estes territórios são, muitas vezes, definidos pelo Estado como vazios demográficos, como o próprio autor destaca. Ainda Bloch (p. 532), apresenta como o conflito entre os sujeitos dos campos abertos do norte da França e os dos cercados do sul é também um conflito de racionalidades, na qual os sujeitos do norte têm em seu interior uma preservação e uma relação de interdependência maior com a floresta em relação a seus pares do sul.

Thompson (1987, p. 30-36), ao tratar do uso das florestas abertas no Reino Unido do século dos séculos XVII e XVIII demonstra como a paisagem destas localidades se distinguia das demais, graças a sua exuberância florestal perante o restante devastado, cabendo, inclusive, ataques da burguesia e da nobreza às práticas e direitos dos camponeses que utilizam tais florestas e espaços comunitários, uma vez que a presença de cervos era muitíssimo maior nestas “terras preservadas” (p. 33), assim, as caçadas da elite passaram a serem realizadas neste espaço e, devido à exaustão externa, os mesmos começaram a proibir a extração de madeira e turfa destas terras, proibindo, inclusive, os camponeses dos arredores das terras comunitárias ou comunais portarem arcos, armadilhas, espingardas, laços, redes, instrumentos de extração de madeira e turfa, para conter tais práticas.

Esta apresentação da paisagem agrária a partir de elementos da história agrária da Europa, especificamente a paisagem dos espaços de terras de uso comum, é vital para o entendimento seguinte da entrada da monocultura de pinus e eucaliptos nos faxinais. Isto se dá uma vez que tais territórios são mais preservados que o restante e isso é gritante quando se nota a diferença da paisagem faxinalense para as outras, como é possível perceber na imagem (FIGURA 14), ao fundo, esta ao criadouro do faxinal, sendo a foto retirada de uma terra de fora, que não pertence a um faxinalense. Servindo de reserva florestal ou deixados de lado ao longo dos tempos, os faxinais começam a ser 'invadidos' por lógicas exteriores, as quais competem tanto economicamente quanto naturalmente com as práticas particulares destes sujeitos. Neste subitem a discussão e análise ficam centradas na questão econômico-social da monocultura de pinus e eucalipto e na questão ambiental, buscando mesclar as duas discussões.

Figura 14: Diferenciação na paisagem.



Fonte: Autor, 2012

Figura 15: Área desmatada para plantação de pinus



Fonte: Marina Oliveira, 2012

Assim sendo, a questão ambiental salta aos olhos, tanto ao notar as diferenças óbvias nas paisagens quanto nas falas dos faxinalenses, o que demonstra certo conhecimento, ainda que de poucos, dos malefícios do monocultivo arbóreo, como citam os faxinalenses:

Eu já avisei que calipto é uma desgraça... pinus também, cresce até na pedra esse desgraçento. Eles seca tudo a terra, chupa toda a água da terra, deixa tudo morto o calipto, vai até lá fundinho, seca até as veredinha, os fio d'água que tem por ae... já o pinus solta aquela palha maldita, nada cresce com aquilo em cima, mas os jovem tão se seduzindo por isso ae, esse demonho (FAXINALENSE 3, 2012)

Olha só, tem gente chegando por aqui oferecendo 15 mil pra plantar duzentos pé de eucalipto, o povo coça a mão, ainda ta dizendo não, mas é por medo, não por outra coisa, é porque num sabem quem é que ta oferecendo (FAXINALENSE 4, 2012)

Estudos a cerca das plantações de pinus e eucalipto demonstram a veracidade das informações que os faxinalenses conhecem. Buckup (2000, p. 2) demonstra diversos malefícios do eucalipto, e, em estudos empíricos comprovou que a presença de folhas do mesmo no solo causavam decréscimo

na produção de leguminosas além de, graças a elementos químicos presentes nas mesmas folhas, causarem grande decréscimo na capacidade de germinação de hortaliças (p.3-4).

Um fator que muito tem conexão com a paisagem do território faxinalense é a competição entre as espécies nativas e as típicas da silvicultura. Para tanto, o mesmo autor analisa:

Outra ameaça séria para os remanescentes da vegetação nativa brasileira é a natureza invasora de diversas espécies exóticas trazidas ao nosso território, em especial nas práticas silviculturais. As espécies de *Pinus* que vêm sendo cultivadas no Brasil, como o *Pinus eliotii*, são fortemente invasoras. Possuindo eficaz processo de dispersão eólica de suas sementes, rapidamente colonizam os espaços a partir do núcleo inicial de plantação. Assim o *Pinus* já está presente no interior da Mata Atlântica e no Rio Grande do Sul (...) (BUCKUP, 2000, p.4)

Estes impactos ambientais já são sentidos, especialmente, em toda a porção sul do Rio Grande do Sul, estado brasileiro que desde os anos de 1980 recebe investimento no monocultivo de pinus e eucalipto e, a partir de 2005, tal processo é acelerado graças a incentivos pesados do governo de Germano Rigotto (SUERTAGARAY, MORELLI, 2010, p.2). Estes impactos são percorridos de modo mais claro no dossiê “Deserto Verde, os Latifúndios dos Eucaliptos” (2006), aonde o uso da água, como apresentam os faxinalenses, é ponto chave:

(...) cada eucalipto elimina pela evapotranspiração 36,5 mil litros de água por ano. Então 35 milhões de árvores terão uma evapotranspiração anual de 1,23 quatrilhão de litros de água retirada do solo por ano. Na mesma área, em anos normais, temos uma precipitação anual de 1,5 mil milímetros, chovendo 1,05 quatrilhão de litros de água. O que representa um volume de chuva 20% menor do que vai evapotranspirar em um ano. (...) e durante um ano o consumo de água do eucalipto varia de 800 a 1200 litros por metro quadrado. Também informa que para produzir um quilo de madeira de eucalipto são necessários 350 litros de água. (VIA CAMPESINA, p.10)

Estas questões encaminham para os impactos que tais monocultivos causam no lençol freático, o qual é diminuído constantemente ao passar dos anos, devido a sua impossibilidade de reposição de um volume de água tão grande quanto o consumido por estes espécimes florestais (CEPEDES, 2005). Ainda segundo CEPEDES (Centro de Estudos e Pesquisas para o

Desenvolvimento do Extremo Sul/BA) (2005, p.17-18) existe a possibilidade real de secamento de pequenos córregos graças ao balanço hídrico deficitário causado pelos eucaliptos ou pelas palhas advindas dos pinus, os quais interferem do modo depreciativo na vazão de rios a jusante das plantações. Ferreira (2002, p. 130-140) cita como o eucalipto empobreceu o solo, causando erosões que vieram a afetar os córregos e rios, fato notado também pelos sujeitos entrevistados.

Ao se tratar do fato do monocultivo em si, como se apresentou anteriormente, seus impactos para a fauna e a flora locais é gigantesco, algo já visto nas comunidades através de relatos dos faxinalenses sobre a falta de pássaros e diminuição de certas espécies arbóreas, causando perdas significativas de espécies vegetais e animais, principalmente através de quebras de cadeias alimentares, as quais se dão devido a escassez ou extinção de certa vegetação essencial para a reprodução animal. A quebra de uma cadeia ou pela simples concorrência desleal entre mata nativa em balanço com o ambiente e elementos exóticos sem concorrentes ou predadores (FERREIRA, 2002, p.125) é causada por estas árvores exóticas. O mesmo autor (p.127-130) acrescenta outro elemento que causa a exaustão do solo: a perda significativa do manto orgânico existente no solo devido à entrada destes espécies exóticos.

Como Ferreira apresenta, outros dois autores, Franco e Dillenburg (2007) em estudo empírico, constataram que, devido ao seu crescimento acelerado em comparação com a araucária angustifolia, espécie símbolo da mata nativa do estado do Paraná e dos faxinalenses, o sombreamento causado tanto por pinus quanto por eucalipto causaria um atrofiamento nestes espécimes, prejudicando seu crescimento de modo crucial, devido a sua dificuldade de ser germinada uma vez que seu tamanho é menor, sua maior fragilidade graças a pouca incidência de luz solar. Indo além, os autores deixam ao fim de seu estudo o indicativo de possibilidade de tais vegetais exóticos causarem um esgotamento dos nutrientes do solo, recorrente também ao seu desenvolvimento mais rápido em relação ao pinheiro do Paraná.

Para Brack (2007), que trata exatamente do mesmo ponto que Ferreira, a grande questão do monocultivo de pinus e eucalipto é sua rápida expansão na mata nativa, devido a falta de predadores principalmente, a qual cria um

empobrecimento genético de espécies vegetais e animais, tanto pelo quadro de cadeias, como Ferreira (2002) também enumera, quanto pelo próprio caráter físico dos monocultivos florestais, os quais servem de verdadeiros muros tanto para animais quanto para sementes da vegetação nativa, o que vem a criar ilhas de mata nativa empobrecidas geneticamente. Este fato é também presente nos depoimentos faxinalenses:

Isso de eucalipto é quase uma muralha, você olha pra dentro e vê uma escuridão, pros lados donde tem isso não vem mais bicho não, lá não tem mais raposa, nutre [espécie de lontra], jaguatirica, até os tucano, que voam, né, não vêm daqueles lado. Acho que isso interfere nas araucária, as paca e os passarinho não levam mais os pinhão pra aqueles lado penso eu, é uma parede na frente. (FAXINALENSE 4, 2012)

Estes fatores ambientais confluem para parâmetros socioeconômicos muito bem delimitados e sentidos pelos sujeitos faxinalenses e visíveis, também, na paisagem. Os mesmos entrevistados relatam, em coleta de narrativas feita no fim de 2011, quando se começa o conflito com estes monocultivos, que não sabiam de onde vinham as sementes, só tinham ouvido falar de um homem em uma picape requintada que oferecia de doze a quinze mil reais para se plantar duzentas mudas de eucalipto. Os quinze faxinalenses presentes ainda relataram que não sabiam se a madeira serviria para lenha ou para indústrias de celulose, e que diversos companheiros destes só não tinham aceito tal acordo por desconfiança com o sujeito, como o Faxinalense 4 já havia enumerado, ou por conhecimento dos conflitos causados.

Os conflitos que estes enumeravam se focavam na destruição do solo. E em diversos problemas de ordem social, econômica e cultural, aonde o êxodo rural era um destes, além de citarem também a recusa de perder suas terras de plantar e sua liberdade (entendida como autonomia relativa) perante práticas estranhas, como cita um faxinalense em entrevista posterior à narrativa:

Não presta, né, perder nossa liberdade, trocar comida por madeira... fico com o pé atrás...
Olesko – Por que 'pé atrás'?
Ah, você sabe, perder nossa liberdade? Ter que ir comprar comida sendo que temo de tudo aqui? Madeira pra mim é bracinga, pessegueiro, coisa nossa, não isso ae que é pra sei lá o que, sem contar que tratam com um e com outro, não é no

conjunto e deus dividiu o pão e multiplicou os peixes, é a comunhão, sem isso não dá. (FAXINALENSE 12, 2012).

O caso econômico relacionado aos monocultivos é interessante. Como já apresentado, no capítulo 1, a dificuldade de financiamentos por parte dos sujeitos faxinalenses é apresentado como um conflito para os mesmos, em detrimento a isto, o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) forneceu somente em 2006 a quantia de 2 bilhões de reais para a Kablin implementar uma unidade de fabricação de papel e celulose no município de Telêmaco Borba, Paraná (OLIVEIRA b, 2007, p. 111). O mesmo autor ainda retrata o fato que os faxinalenses temem vir a ocorrer em suas comunidades à saída do campo, uma vez que poderiam ir deixando a agricultura para tentar um emprego nas plantações. Contudo o panorama que encontrariam seria semelhante ao seguinte:

Por desprezar o meio ambiente, concentrar a terra e gerar os chamados “vazios populacionais”, o deserto verde não cumpre qualquer requisito de função social. Em relação ao índice de empregos, estudos apontam que, à revelia das afirmações das empresas em busca de patrocínio dos governos e apoio da sociedade desinformada, em média são gerados apenas 1 emprego a cada 185 hectares (a agricultura familiar gera 50 empregos na mesma área). (IDEM, p. 109)

Como discorrido no primeiro subitem, o agronegócio em sua figura monopolizadora do espaço através da figura das monoculturas é destruidora de lógicas camponesas diferenciadas, como as práticas de uso comum, uso da mata nativa e autonomia relativa perante atravessadores. Assim sendo, a entrada deste modelo de monocultivo arbóreo toca nesse ponto principalmente em se tratar de uma especialização produtiva, como citam Ferreira (2002), Cerqueira Netto e Melo e Silva (2008), Dias (2007) e CEPEDDES (2005). Todos estes trabalhos confluem para o entendimento de que a especialização produtiva e espacial causada pelos monocultivos é prejudicial à economia e à cultura dos sujeitos presentes anteriormente nas localidades aonde adentram tais lógicas capitalistas uma vez que a especialização cria ilhas de sucesso perante um todo pobre e desagregado. Nas seguintes falas, é notado como a ideia da especialização produtiva e como o embate contra a implementação deste modelo de produção é dificultosa e até mesmo tentadora:

É a falta de trabalho que faz as pessoa querer isso (...) Tinham falado 70 mil, 80 mil reais o alqueire de terra. Você planta e deixa lá, 7 ano, dae eles vem e cortam, pagam antecipado. Você imagine a tentação pra quem ganha poco e sofre lutando na lavora... dizem que é achismo, mas é a empresa de MDF ali da Lapa que quer, não pra papel, é pra MDF mesmo, a empresa é grande, diz que exporta pra fora por Itajaí (SC). Faxinalense 2, 2013

(...) O problema é que o pessoal não pensa, né, não divide o 70 mil por ano, é poco se você for pensar bem, pensam só que gasta quase nada, só precisa cuidar nos dois primero ano, depois é só deixar lá, mas num pensam nos vizinho, que vai prejudicá as terra, não pensam que só dá pra plantar 3 veiz, 21 ano, depois a terra num presta, num tem hôme que faça cresce alguma coisa nela faxinalense 1, 2013.

Indo além, os autores Cerqueira Netto e Melo e Silva (2008, p.92) citam o apoio governamental, através do BNDES como principal motor desta expansão do monocultivo através do campo brasileiro. Novamente o êxodo rural em congruência com a especialização produtiva são problemas criados a partir desta lógica imposta no espaço agrário, através de forte apoio governamental.

A expansão do capital no campo é uma expansão que se dá geograficamente, seguindo as linhas traçadas por Harvey (2005, p.48), ou seja, para transpassar crises ou evitá-las, o capital usa de uma expansão geográfica do investimento e das relações capitalistas para sustentar sua acumulação, e, por consequência, sustentar as (i)racionalidades deste modelo. Isto ocorre no campo graças ao modelo de desenvolvimento do capital, o qual exclui, expulsa e expropria dentro de uma lógica espacial desigual. Considera-se assim a entrada deste capital silvicultor como uma face desta expansão geográfica do capital.

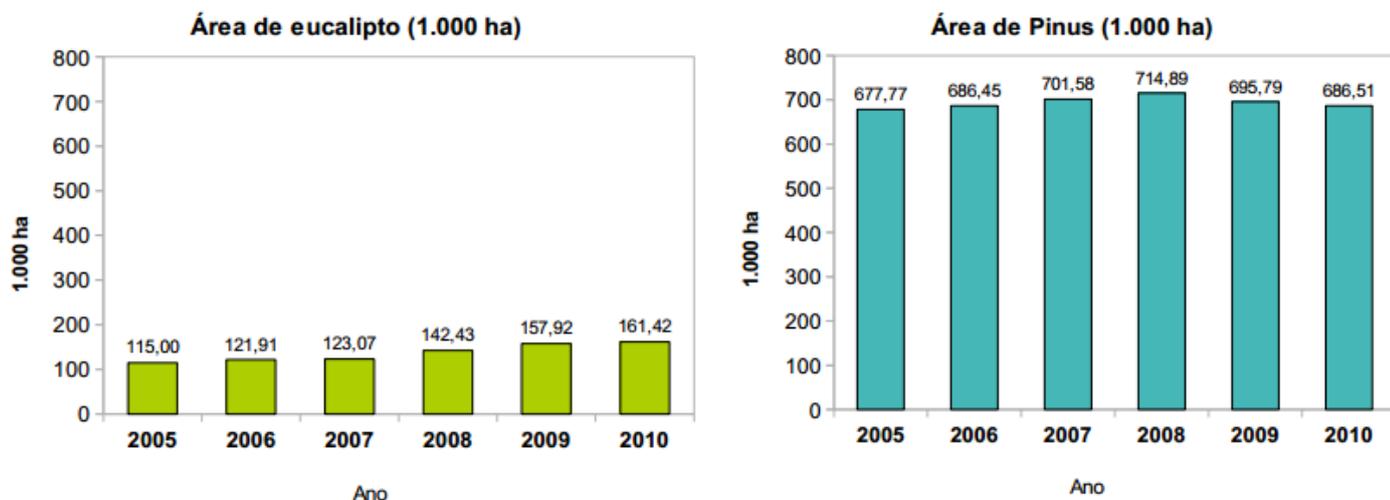
Como apresentado no início do subitem, as paisagens agrárias das terras de uso comum serviram de reserva e agora começam a sofrerem com a expansão do capital, a qual as havia deixado em segundo plano. Dias (2007, p. 182-184) demonstra como tal expansão se deu a partir do fim das matas nativas, semelhante ao que os faxinalenses falam quando citam que já derrubaram todos seus pinheiros e que agora querem pôr pinus e eucalipto no lugar, e que tal expansão é, igualmente, apoiada e financiada pelo estado:

Não podemos deixar de destacar o papel do BNDES que garantiu vultosas somas de recursos financeiros ao setor florestal. (...) É esta uma prova de como esses capitais fizeram pressão e foram atendidos, sendo privilegiados pelas políticas governamentais em diversos períodos da história da silvicultura no país, enquanto outros setores produtivos do campo, especialmente pequenos e médios produtores, ou as chamadas “populações tradicionais”, tiveram muito poucas ou quase nenhuma política governamental específica. (IDEM, p. 187).

Tal expansão é sentida pelos faxinalenses de diversas maneiras e, das apresentadas, as que mais lhes são sentidas são as de cunho ambiental e as de cunho econômico. O temor da especialização e do êxodo é evidente, muitos temem que seus pares acabem por adentrar nesta lógica, causando prejuízo ambiental aos faxinais e prejuízo igualmente econômico a estes sujeitos e, como consequência, à comunidade inteira, devido às interligações existentes entre tais sujeitos. Tal expansão é legítima pelo Estado, principalmente pelo governo estadual.

O relatório mais recente do estado do Paraná, elaborado em 2011 pela Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SEAB) enumera as ditas benesses econômicas do monocultivo arbóreo, trazendo dados de que 38% de toda a área plantada de pinus no Brasil está presente no Paraná, sendo assim a maior floresta plantada do país, além de deter 13% do geral da área de monocultivo arbóreo, incluindo neste ponto eucalipto, pinus, bracatinga, seringueira, erva-mate e palmáceas (SEAB, 2011, p.10), também representando 7,85% do produto agrícola do estado. Nas figuras a seguir fica visível a expansão e a importância que o monocultivo arbóreo tem para o agronegócio e sua lógica destruidora, além de mostrar como a importância deste modelo de monocultivo vem crescendo tanto em importância quanto em área plantada (GRÁFICO 1, FIGURA 16, FIGURA 17 e Tabela 3)

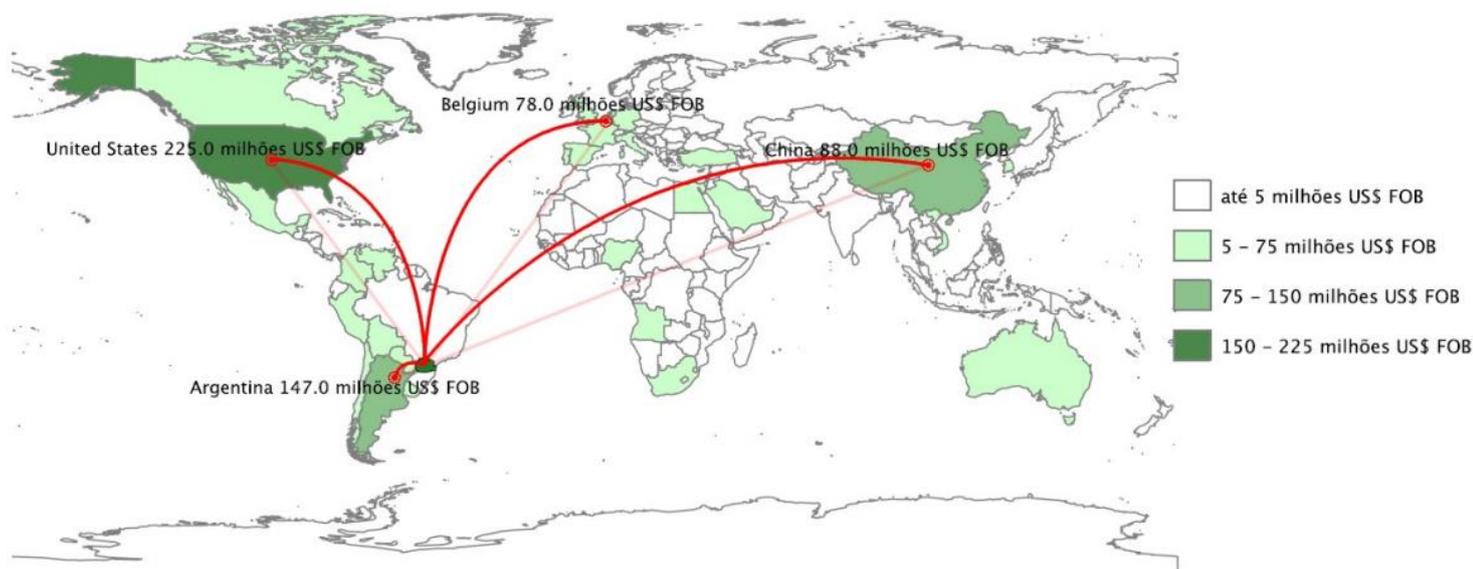
Gráfico 1: Gráfico da Expansão da Área Plantada de Pinus e Eucalipto no Estado do Paraná



Fonte: ABRAF (2010)

O Gráfico 1, mostra uma evolução constante da área plantada de Eucalipto no Estado do Paraná, assim como uma área de pinus plantado que sem mantém constante, que, entretanto, demonstra que desde de 2005 a porção de terra destinada ao pinus já era muito grande. Tal porção de terras destinada para a produção de madeira está atrelada, conjuntamente, com o agronegócio e com a exportação. Isto é evidenciado na Figura 17, a qual mostra como grandes montantes de dinheiro são enviados as empresas que exportam esta madeira.

Figura 16: : Principais destinos dos produtos florestais paranaenses em 2011



Fonte: SEAB, 2011

Ainda sobre a Figura 16 é importante ressaltar que tal exportação é um reflexo do que Thomaz Junior (2008, p.9) elenca como uma privatização não só da terra brasileira, mas também da água, no que o mesmo chama de agrohidronegócio. Em outro artigo, o mesmo autor (THOMAZ JUNIOR, 2010) demonstra como a expansão desenfreada desde modelo de agronegócio é destrutiva tanto para as relações sociais e econômicas dos sujeitos quanto para a natureza. No caso dos monocultivos arbóreos isto fica mais evidente, uma vez que, como já citado, a necessidade de água por parte destas plantas é muito grande, e suas consequências ambientais são desastrosas, assim como suas consequências para os trabalhadores (do campo ou da cidade) aonde tais plantações são instaladas, graças à especialização produtiva decorrente deste modelo. Especificamente no caso das plantações relacionadas às comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Pedra Preta e Meleiro, o destino destas madeiras não é para a celulose, mas sim para a laminação, destinada a construção civil. O recurso imagético da presente na Figura 17 elenca muito bem a presença das plantações destinadas a este fim, tendo o município de Mandirituba um índice, ainda que dos menores da legenda, presença na figura.

Figura 17: Produção de toras de pinus/eucalipto para laminação no Estado do Paraná.



Fonte: SEAB, 2010

O estado do Paraná esteve historicamente ligado à extração de madeira para a fabricação de móveis, sendo a mata de araucária devastada para tais fins, seja para o uso nacional, como ilustra Tavares (2008) ou seja para a exportação, como elenca Fraga (2005). Enquanto outros estados tem o monocultivo arbóreo como um modelo produtivo relativamente novo, datando da década de 1970, o Paraná tem tal processo iniciado já no século XIX, o qual explode no início do século XX, a partir da Guerra do Contestado, e que tem na expansão da fronteira agrícola para o oeste e o norte do estado marcas muito bem impressas da devastação (TAVARES, 2008). Portanto, historicamente ligado à extração de madeira, o estado permanece, ainda, com tais características visto que o estado detém a maior área plantada de pinus do país. Assim sendo, a Tabela 3 consegue demonstrar a evolução da produção e marcando também à evolução galopante da produção de madeira para celulose, modelo recente, em comparação com o anterior.

Tabela 3: Produção de Madeira no Estado do Paraná. Série Histórica.

ANO	Produção	
	Madeira para Papel e Celulose - (m3)	Madeira para Outras Finalidades - (M3)
1990	745.305	442.685
1991	809.209	482.792
1992	867.973	494.482
1993	958.989	531.035
1994	1.085.681	630.469
1995	1.238.552	745.664
1996	896.942	713.240
1997	1.023.779	797.004
1998	1.180.269	884.762
1999	1.172.267	874.963
2000	524.208	530.563
2001	521.253	446.683
2002	781.167	819.102
2003	1.663.576	3.097.788
2004	1.507.393	1.918.852
2005	1.510.115	3.562.408
2006	1.604.244	2.466.391
2007	1.410.476	4.619.998
2008	1.197.763	4.413.123
2009	1.594.811	4.697.394
2010	1.534.130	5.079.500
2011	1.654.035	4.998.300

Fonte: IPARDES, 2011

Os anos de 2000 a 2002 mostram uma queda na produção de madeira para celulose, a qual se mantém estável deste ponto para frente, enquanto mostra a retomada da produção de madeira para “outras finalidades”, a qual é centrada no uso da madeira de pinus, em detrimento da de eucalipto, usada para a fabricação de papel. Isto justifica a gigantesca concentração de pinus no estado, e valida o dado de que as áreas plantadas não só para a celulose seguem seu ritmo de crescimento.

Portanto, é fato que a porção sul da Região Metropolitana de Curitiba tem produção, ainda que pequena, de madeira para laminação, como foi dito pelos faxinalenses no caso do MDF (*Medium Density Fibereboard*, em português, Placa de Fibra de Densidade Média). A expansão espacial e econômica deste modelo coloca em cheque tanto as lógicas de autonomia

destes sujeitos quanto a abundancia florestal nativa existente nas terras de faxinais e mantida principalmente pela resistênci faxinalense.

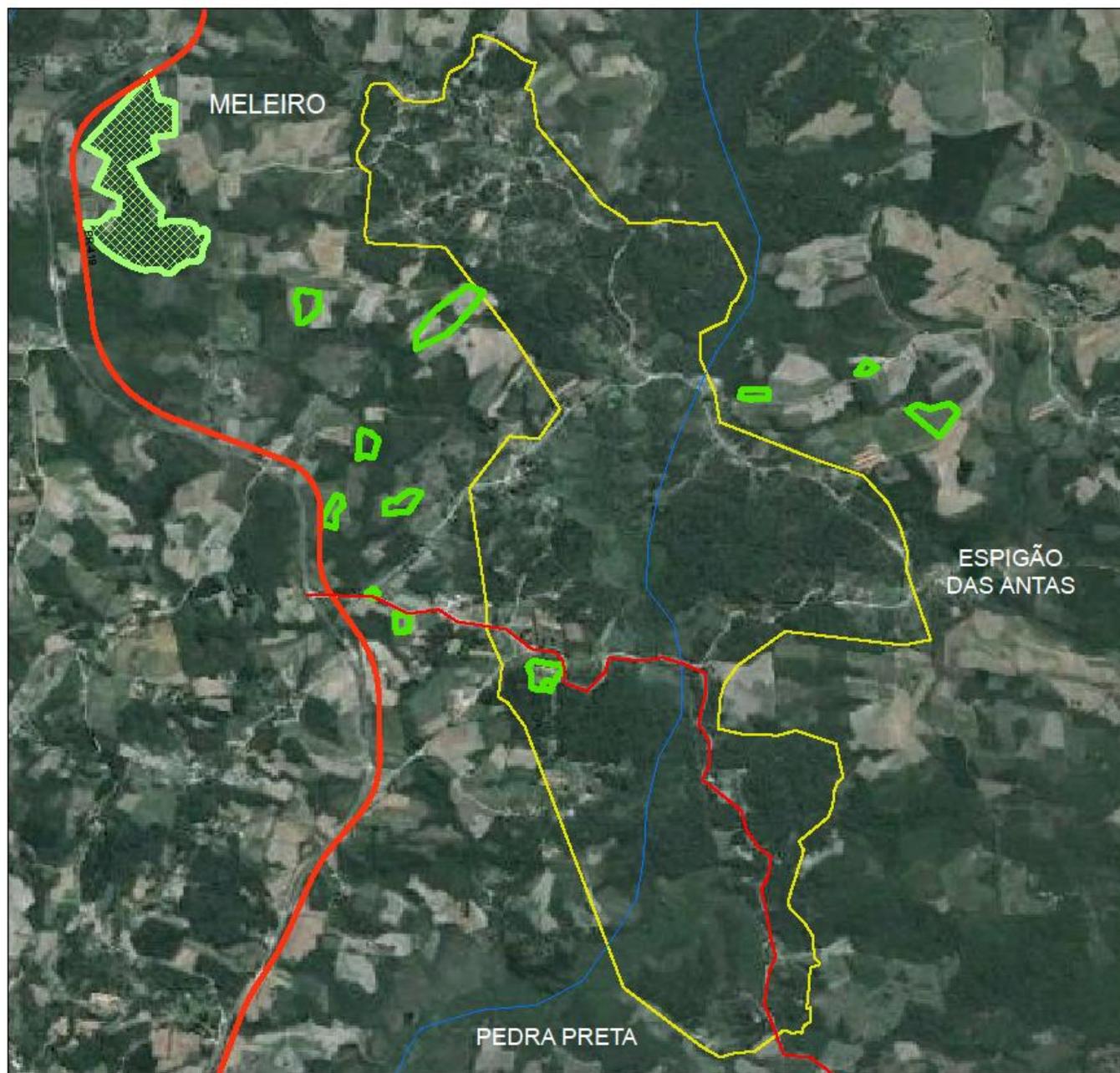
A lógica destruidora deste modelo é sentida dentro do criadouro em três pontos, além de outros nos arredores do criadouro. Até última contagem existiam onze pontos encravados em terras de plantar ou entre duas terras de plantar (uma vez que as mesmas não são sempre contínuas), além de outras áreas não inseridas dentro do território faxinalense, mas presentes nas divisas delas. Os dois pontos de monocultivo inseridos dentro do criadouro são muito emblemáticos. O primeiro pertence a um chacreiro³⁸, o qual cria carneiros e tem metade de seu terreno, todo cercado, dentro do criadouro e outra metade para fora. O mesmo planta eucaliptos por motivos desconhecidos pelos faxinalenses, contudo, ainda que novas, as plantas começam a ganhar destaque na paisagem faxinalense, uma vez que a chácara está situada logo na entrada do criadouro comunitário, prontamente ao lado do mata-burro (Figura 18 e MAPA 4):

Figura 18: Eucaliptos de Chacreiro logo na entrada do criadouro



Fonte: Autor, 2012

³⁸ Elemento que é ponto chave no próximo capítulo.



MAPA 4
 LOCALIZAÇÃO DAS PLANTAÇÕES
 DE PINUS E EUCALIPTO
 NAS COMUNIDADES
 FAXINALENSES
 DO ESPIGÃO DAS ANTAS,
 MELEIRO E PEDRA PRETA.
 MANDIRITUBA - PR



UTM
 22 S



ESCALA
 1:16.500



Legenda

- Estradas Secundárias
- PR 419
- Hidrografia
- Pinus - Terra não faxinalense
- Eucalipto - terra arrendada
- Perímetro do Faxinal

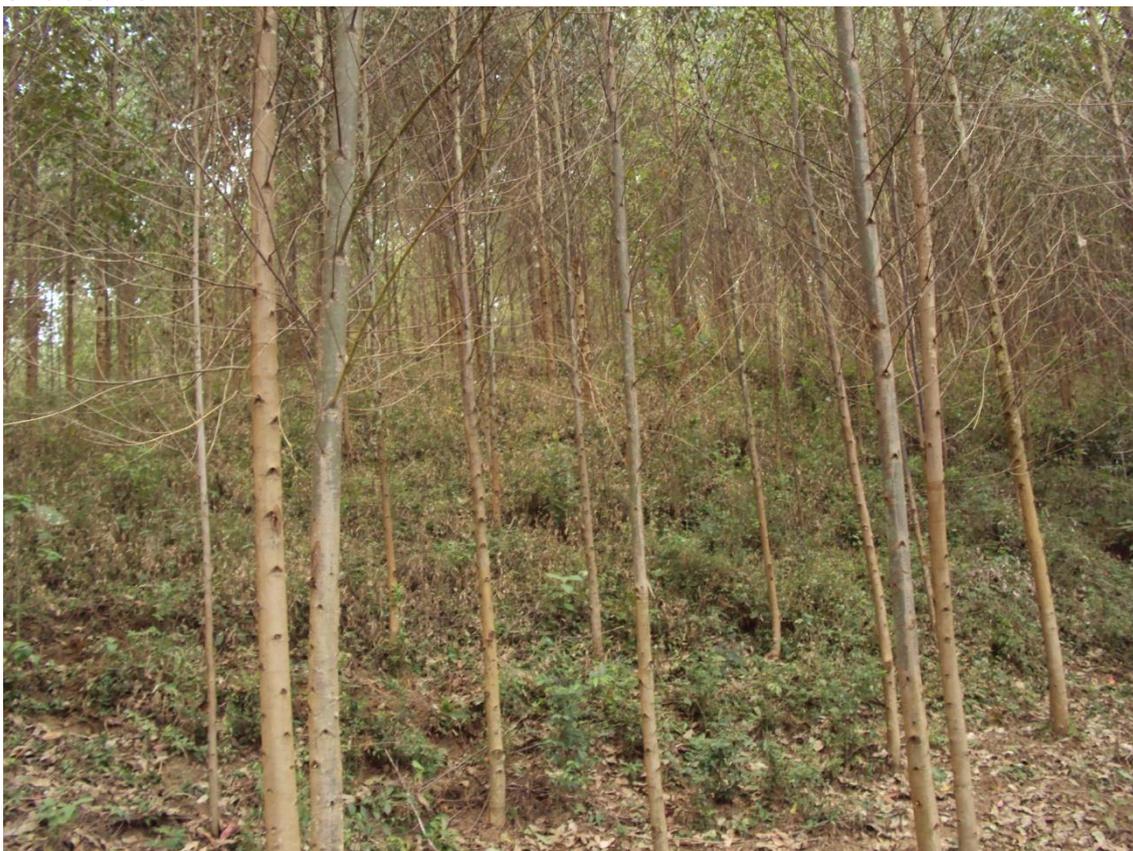
Organização: Juliana Rodrigues Cordeiro
 Fontes: Imagem de satélite: Google Earth, 2008
 Hidrografia: ITCG, 2010
 Estradas: SEMA, 2010

Estas plantas causam revolta em diversos faxinalenses, os quais consideram que sua presença é provocativa e ofensiva à cultura e à reprodução da vida destes sujeitos evidenciando o conflito que será tratado no próximo capítulo, o conflito com os chacreiros e as chácaras de lazer.

O outro ponto aonde há eucalipto é de difícil acesso e está inserido perto do limite do criadouro com uma propriedade que não pertence a nenhum faxinalense ou conhecido dos mesmos, só se sabe que o dono é de Maringá. As árvores, ainda que jovens e em pequeno número, já conseguiram praticamente secar uma pequenina nascente que existe a alguns metros da plantação devido ao poder de retirada de água muito grande de tais espécies. Os sujeitos faxinalenses acreditam que tais árvores foram plantadas pelo dono do terreno vizinho, uma vez que o mesmo, especulam os faxinalenses, não iria querer prejudicar seu solo e sua paisagem, com pinheiros, bracatingas, pessegueiros e outras árvores nativas, preferindo então plantar os mesmos 'em uma baixada, onde é nossa cerca, que divide o dele com o nosso' (FAXINALENSE 13, 2011). Em suma, tais elementos suprimem os recursos hídricos, impedem a regeneração da mata nativa e não servem para alimentação animal.

Para tanto, é visível na foto (FIGURA 19) a pequena plantação já destoando do restante da mata, tendo a mesma um perfil bem marcado, não existindo árvore alguma em segundo plano, ou seja, somente as altas (eucaliptos) formando o dossel e outras plantas rasteiras, sendo o segundo extrato do perfil da floresta inexistente:

Figura 19: Plantação de Eucalipto nas entradas de uma das matas do criadouro



Fonte: Faxinalenses, 2011

Portanto, nesta foto é evidente a diferenciação ambiental que tais espécimes fazem na mata nativa, matando completamente o segundo extrato da mata de araucária, formada, principalmente do *ilex paraguayenses* (ervamate) e outras árvores que variam de 3 à 10 metros de altura³⁹ (IBGE, 1990). Isto causa estranhamento e até mesmo desolação aos faxinalenses, uma vez que, segundo os próprios, veem a destruição daquilo que há duzentos anos estava ali, em simbiose com eles mesmos, a mata de araucária, a qual resiste no estado do Paraná principalmente nos criadouros comunitários faxinalenses (FLORIANI et al, 2011) e que sofre hoje com a expansão dos monocultivos de eucaliptos e pinus, através de figuras como o agronegócio e de sujeitos antagonistas dos faxinalenses e de sua lógica comunitária e com sua produção diferenciada do espaço, sejam estes chacreiros, sejam estes empresários do agronegócio.

³⁹ Para maior e melhor compreensão ver RODERJAN et al (2002).

3 FAXINALENSES EM LUTA: CONFLITO COM AS CHÁCARAS DE LAZER E SEUS DESDOBRAMENTOS MATERIAIS E IMATERIAIS

O maior conflito que nós dizemos que é o chacreiro, né...

Faxinalense.

A partir da construção conjunta da pesquisa com os faxinalenses, surgiu, sempre, o tema das chácaras, como um conflito muito marcante na construção territorial e identitária destes sujeitos. Logo, a busca por uma delimitação e entendimento deste conflito se fez necessária, ou seja, uma análise profunda foi feita para entender o porque das chácaras de lazer serem um grande conflito para estes sujeitos. A partir disto foi possível identificar três conflitos muito marcantes que as chácaras causam, como a diminuição da área de uso comum, o desrespeito aos acordos comunitários, e conflito entre o modelo individualista e o modelo comunitário de vida.

Os conflitos que as chácaras causam são de natureza fundiária, simbólica e material e que toca também na própria reprodução da vida e produção do espaço destes sujeitos, os faxinalenses e os chacreiros, quase sempre antagônicos. É o modelo capitalista urbano perante um modelo camponês agrário de se reproduzir, de produzir o espaço, de entender a vida, de práticas culturais e simbólicas conflitantes, de uma apropriação da natureza totalmente distinta, que acabam por gerar conflitos sérios para os sujeitos faxinalenses.

Isto posto, nos próximos subitens se tratará primeiramente do território faxinalense e a relação das chácaras, tratando conjuntamente a questão fundiária que se faz presente. A seguir será discorrido sobre a questão da reprodução social dos meios de produção capitalistas no faxinal, mais ligado à questão cultural e simbólica, contraponto à visão camponesa do território e da natureza perante a visão urbana e capitalista dos mesmos itens.

3.1 Uma Questão de Território: Conflitos Fundiários com os Chacreiros

O conflito entre faxinalenses e chacreiros⁴⁰ se dá em diversos âmbitos. Destarte, é possível perceber que a presença das chácaras se dá de modo concentrado, ou seja, diversas chácaras fazendo divisa com outras chácaras, como se vê no mapa (FIGURA 20):

Figura 20 Chácara cercada dentro do criadouro.

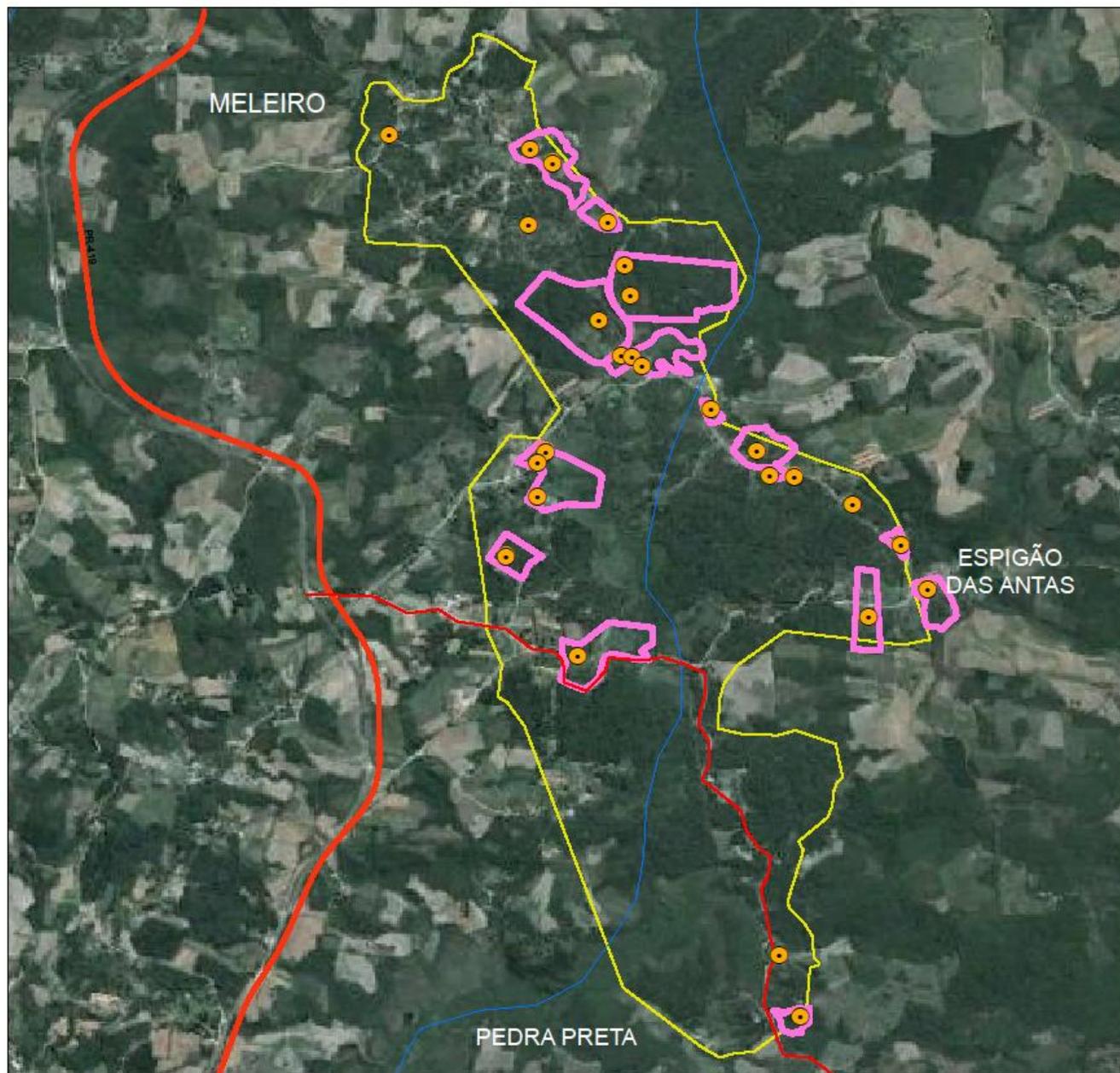


Fonte: Autor, 2012.

Além disto, a paisagem faxinalense de uso comunitário da terra, com animais soltos e pastando por todo o criadouro contrasta com áreas cercadas por estes chacreiros, como se vê no Mapa 5⁴¹ e nas figuras 21 e 22:

⁴⁰ Utiliza-se o termo chacreiro uma vez que é assim que os faxinalenses tratam os donos das chácaras de lazer. Vale a pena lembrar que o termo correto na língua portuguesa seria chacareiro.

⁴¹ É notável no Mapa 5 a ausência da delimitação do perímetro de cinco chácaras. Isso se deu por impossibilidades de registrar os pontos de GPS destas localidades e pelo desconhecimento dos faxinalenses da verdadeira área destas chácaras.



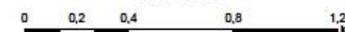
MAPA 5
 LOCALIZAÇÃO E PERÍMETRO
 DAS CHÁCARAS
 NAS COMUNIDADES
 FAXINALENSES
 DO ESPIGÃO DAS ANTAS,
 MELEIRO E PEDRA PRETA.
 MANDIRITUBA - PR



UTM
 22 S



ESCALA
 1:16.500



Legenda

- Chácaras
- Estradas Secundárias
- PR 419
- Hidrografia
- Perímetro das Chácaras
- Perímetro do Faxinal

Organização: Juliana Rodrigues Cordeiro
 Fontes: Imagem de satélite: Google Earth, 2008
 Hidrografia: ITCG, 2010
 Estradas: SEMA, 2010

Figura 21: Granja dentro de uma Chácara no Criadouro Comunitário



Figura 22: Nova Cerca sendo construída em terreno recém comprado por chacreiro.



Fonte: Autor, 2012

O criadouro comunitário onde estão inseridas as comunidades de Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta têm aproximadamente 200 alqueires⁴² segundo os próprios faxinalenses. Em medidas feitas a partir de pontos de GPS aferidos para a elaboração do fascículo da Cartografia Social destes sujeitos, se conseguiu traçar um perímetro deste criadouro tendo resultado uma área de 182 alqueires. Contudo, considera-se a quantia de 200 alqueires a mais correta, uma vez que em uma área de mata fechada existem somente três pontos aferidos, o que deixa margem para erros. Assim sendo, com uma área de 200 alqueires de terra no total, das quais 178,5 livres para o uso comunitário, e com aproximadamente 220 famílias vivendo neste território, para cada família, portanto, hipoteticamente, existe 0,81 alqueire⁴³ de terra para uso geral, contando com sua criação, sua casa, sua horta. No estado do Paraná, em média, o módulo de terra equivale a 18,6 ha, sendo na porção sul da Região Metropolitana de Curitiba equivalente a 12 ha. Analisando estes dados, se mostra gritante a diferença do módulo rural mínimo em comparação com o “módulo rural” faxinalense, aqui calculado, aonde cada família (lembrando que a divisão clássica por propriedade não tem serventia aqui) trabalha com somente 1,96 ha, ou seja, com 16,3% do módulo rural mínimo no estado, isso que quatro chácaras não foram medidas, logo, o número é ainda menor na realidade..

Em conjunto com os sujeitos faxinalenses foi possível traçar o perímetro de 20 das 22 chácaras existentes dentro do criadouro. Apenas estas 20 chácaras ocupam uma área de 21,54 alqueires de terra, tendo assim, em média, cada chacara 1 (0,999) alqueire, isso sem levar em conta duas novas chácaras existentes na comunidade do Meleiro, as quais são, segundo os próprios faxinalenses, muito grandes. A própria localização das chácaras é, também, conflitante, uma vez que essas cerceiam o livre transito dos animais, como se explica a seguir.

Algumas constatações são possíveis a partir do Mapa 5. A primeira é o fato de existir um verdadeiro “estrangulamento” exatamente entre a

⁴² Na região se trabalha com o alqueire paulista, tendo, então, 1 alqueire equivale a 24 200 m² ou 2,42ha.

comunidade Meleiro e o Espigão das Antas. Entre estas chácaras foi preciso criar um mata-burro, como contam os faxinalenses:

Precisamos colocar um mata burro no meio do criadouro... porque tava complicado, os animal do Meleiro desciam aqui pro Espigão, que tem mais pasto, e não voltavam, daí o dono tinha que vir lá do Meleiro buscar as criação. Isso tudo porque as chácara enforcaram o faxinal, mataram o pasto, tem pouca área de pasto lá no Meleiro. (Faxinalense 2, 2012)

Complicado isso aí das chácaras, meus porco sempre desciam pro Espigão, sempre, lá tem pouco pasto, ou é mata ou é chácara ou é gente, tamo isprimido lá... e eles só usam no fim de semana, fico meio nervoso com isso. (Faxinalense 13, 2012)

As chácaras acabam segregando o território faxinalense, criando porções dentro deste aonde não é possível a livre circulação dos animais, o que gera entre os faxinalenses revolta, uma vez que isso vai contra o acordo comunitário firmado entre os moradores das três comunidades. Não é permitido o cercamento total da área, tendo seu proprietário permissão para cercar somente 20% de sua área e, além de tudo, é uma área de lazer, a qual fica, em 18 das 22 chácaras, fechadas durante a semana inteira, visto que tais áreas são para uso de recreativo de seus donos e não moradia.

Isto remete ao que já se apresentou em relação ao uso da terra, como Alentejano (2003) coloca, onde o rural e o tempo da natureza está associado ao camponês, enquanto o uso do solo na sociedade urbana é totalmente distinto, portanto, os usos, finalidades, simbologias e possibilidades para o uso deste solo são totalmente distintas, ainda segundo o mesmo autor. Já Thompson (1987) retrata a mudança dos valores dados aos espaços agrários e como os que desrespeitavam as novas delimitações, no século XIX, sejam elas de reserva natural ou de natureza contemplativa passando por cima de seus antigos usos produtivos e culturais, eram punidos severamente. Os próprios sujeitos faxinalenses das comunidades do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta, no quinto fascículo da Cartografia Social, elaborado para seus respectivos territórios, apresentam os conflitos com os chacreiros a partir de uma visão muito crítica:

O maior conflito nós dizemos que é o chacreio, né... que vem de fora comprá terra aqui, primeira coisa que ele pensa é em cercá toda a área... Ele não se preocupa em descobrir como é a comunidade aqui... Tem uns que vem pra somar, mas

infelizmente a maioria vem pra tentar destruir a forma de vida que nós... Que nós vivemos... o chacreiro quem vem da área rural mesmo que onde ele morava não tinha o faxinal, ele chega aqui ele já procura conhecer melhor, e por ele ser da área rural já leva mais em conta... Agora os que vêm da área urbana já... A maioria simplesmente pra cercar... Como se fosse uma área de lazer deles... Amantino Sebastião De Beija – Faxinal Meleiro (APF, 2011, p.5)

O conflito com as chácaras de lazer foi citado dentre os principais dentro da luta faxinalense no âmbito estadual, na cartilha construída pela Articulação dos Povos Faxinalenses (APF) durante o 3º Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses (2009), onde se apresentou como a entrada desse modelo de ocupação do solo desagrega, diminui e destrói o criador comum do Faxinal (APF, 2009, p. 6).

Afirmamos, como povos Faxinalenses, nosso compromisso na condição de agentes de preservação ambiental, porque dependemos da perpetuação dos recursos naturais para sobrevivermos. Entretanto, nossos territórios estão sendo tomados violentamente por grileiros, fazendeiros, **chacreiros** e empresários inescrupulosos que, movidos por interesses privados, promovem a destruição das cercas e criadouros comuns, as colocações de fechos e forçam a expulsão de famílias, manipulando e associando-se em muitas ocasiões a políticos, governos e meios de comunicação. (IDEM, p. 45, grifo nosso).

As chácaras causam um verdadeiro esquitejamento territorial, como é evidenciado no Mapa 5 (página 96). Isso se dá visto que as terras cercadas por estes sujeitos ficam inacessíveis aos animais dos faxinalenses. como já apresentado, ainda que a relação seja um tanto quanto próxima, cada família faxinalense precisa se reproduzir, tanto socialmente quanto economicamente em meros 0,81 alqueires de terra, nos quais tem de conseguir, portanto, ter sua casa, sua horta, suas criações, sem contar que parte destes 0,81 alqueires é ocupado por mata, por forragem nativa, logo, a dificuldade de reprodução é imensa. Indo além, constata-se que o alqueire de terra que em média possui cada família chacreira tem uso contemplativo, não exerce papel econômico, ou seja, o modelo de produção do espaço destes sujeitos, os chacreiros é antagonico e conflituoso em sua raiz, uma vez que é individualista.

O uso que os chacreiros fazem de sua porção de terra é recreativo, tendo dentre as 22 chácaras apenas uma com algum tipo de produção, a qual vende carneiros e ovelhas (vivos ou já abatidos) e lã, lembrando que tais

animais ficam dentro da área cercada pelo dono deste estabelecimento, fazendo, inclusive, uma criação intensiva destes animais. O restante serve de espaço de lazer, 2ª moradia, ou, em quatro casos, moradia permanente. Portanto, como os faxinalenses enumeram, não haveria problema para estes sujeitos, donos destas chácaras, não cercarem suas áreas, permitindo o livre trânsito dos animais, uma vez que a maioria não usa com tanta frequência sua propriedade.

Como apresenta Tavares (2008, p. 567) o uso consuetudinário das terras faxinalenses permite que o modelo de propriedade privada do criadouro comunitário seja diferenciado do modelo normalmente em prática, ou seja, apesar do criadouro ser inteiramente privado, com respectivos donos e limites legais, o que se vê na paisagem faxinalense é o uso comum destas terras através do não cercamento e da ajuda mútua entre os faxinalenses. O que está vigente nas comunidades do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta é o uso comum da terra a partir da vontade dos sujeitos faxinalenses ali residentes, como está registrado em seu acordo comunitário (ACORDO, 2011). Este uso é desrespeitado e incompreendido pelos donos das chácaras, os quais acabam por conflito visto a necessidade de território para a reprodução faxinalense, cercando porções do espaço que teriam uso de vital importância para a reprodução, produção e manutenção social, econômica, cultural e até mesmo ambiental dos sujeitos faxinalenses.

A compreensão do conflito é também visível através do próprio entendimento distinto que estes atores antagônicos tem em relação à propriedade privada. Historiador inglês, Kiernan (1979, p. 361-363) mostra o surgimento da importância da propriedade privada na história e destaca dois fatos fundantes desta discussão: primeiramente a importância vital da ideia de propriedade privada na sociedade atual, que é filha da Revolução Francesa de 1789, a qual é inspirada na independência dos Estados Unidos que tem como mote Vida, Liberdade e Propriedade⁴⁴.

Indo além, é fato de que ao longo dos tempos diversos pesquisadores dos séculos XVIII, XIX e XX buscaram, sem sucesso, encontrar em outras

⁴⁴ No original 'Life, Liberty and Property'. Lema que é modificado para vida, liberdade e busca pela felicidade (life, liberty and the pursuit of happiness. (KIERNAN, 1979, p. 361)

sociedades além da sociedade do capital, a vigência do ideal da propriedade privada (IDEM). Isso é o que o mesmo autor mostra, antes se tinha o domínio da terra, domínio divino ou semelhante, mas a propriedade não tinha o tom mercadológico, e ainda cita que este tom foi imposto de modo forçado, de cima para baixo (IDEM, p. 366). O autor, através de levantamento histórico de diversas lutas contra a propriedade traça como esta ideia foi forçada a ser aceita entre todos, uma vez que surgiu entre os ricos e poderosos da emergente burguesia e cita como a propriedade privada foi absorvida pelos sujeitos não hegemônicos de modo próprio e muito diferenciado do verdadeiro sentido da propriedade privada *ipsis litteris* (IDEM, p. 380), gerando, por exemplo, terras de uso cooperado, as quais foram incompreendidas inclusive por Marx, como elucida Kiernan (IDEM, p.380-381). Este confronto e diferenciação no entender do privado é evidente nas duas falas antagônicas a seguir elencadas:

O que é meu? Olha só... o que é meu aqui, no criador... o que é meu é minha casa, minhas coisas...

Olesko – Mas o senhor não é dono do terreno que está sua casa, Seu [Faxinalense 13]?

Ah, devo ter o papel em algum canto, mas não sei onde termina nem onde começa, mentira, sei onde termina, termina ali no valo, na cerca [que divide o criadouro das terras de planta], porque essa lavora aí num é minha, é do vizinho. Mas é tudo sorto os bicho aqui, moço, nós lutamo tudo junto, tudo as criação e no meu tempo nas lavoura também, trabalhamos junto, cos vizinho. Esse caso de ter papel de terra é coisa do governo, tivemos que ter pra não perder pros grilo, na época do Lupião perdia quem não tinha papel, mesmo morando no lugar a muito tempo, to aqui desde.. num sei, desde sempre mia família ta aqui, acho eu... mas nisso dos papel, fui esperto, meu pai era vivo ainda, e tudo nós legalizamos aqui, mas por mim, isso é besteira, não precisava, samo tudo cumpadre Faxinalense 13, 2012

Eu comprei isso aqui de um agricultor que tava vendendo, tava desempregado ele, comprei tudo certinho, não passei a perna em ninguém, é da minha família agora. Chacreiro 4, 2012

Estas falas evidenciam o caráter diferenciado de compreensão, racionalidade, lógica que estes sujeitos possuem. O Faxinalense 13 afirma que

o documento de posse da terra, sua escritura⁴⁵, é quase que dispensável, o mesmo tem apego ao todo, à comunidade, à união, este sujeito tem sim valor privado e individual de sua casa, mas da terra não. Em narrativas coletadas, a união é sempre um elemento muito destacado, pontuada e levada a cabo com firmeza considerável pelos faxinalenses que diziam muitas vezes de suas casas, mas nunca de “meu” lote, “minha” terra, isto era tratado como nosso criadouro, o criadouro comunitário, a “nossa” terrinha, sempre no plural. Sobre o documento de posse, foi possível averiguar que existem duas épocas nos quais estes são feitos, a primeira data de meados dos anos 1944 até início dos anos 1950, enquanto a segunda leva remete ao período dos anos 1980. Em detrimento a isto é notável a individualização na fala do chacreiro, o qual enumera sua família, mas deixa de lado toda a comunidade faxinalense, onde sua chácara está inserida, deixa de tratar do meio comunitário do Meleiro, na qual seu cercamento está inserido e, para os faxinalenses, isso é uma falta de educação e respeito muito marcante e revoltante.

O desrespeito com a cultura faxinalense acaba por ser evidenciado pelos próprios faxinalenses como uma ação marcante deste conflito, além da questão do uso do solo:

É cara estranho que vem ae, não tem parentesco nem nada... A gente não entende, as vezes quando tem terreno a venda vai até pra jornal, dae a turma vem, olha ali, vê a natureza e fica... pro cê ter ideia tem uma chácara ae que é duma turma de Ponta Grossa que compraram... Isso tem de tudo, desde gente aqui de dentro que tá nem ae e comunica que ta vendendo e não fala dos acordo, até gente que ouviu falá e venho atrás. Faxinalense 4, 2011.

Nas poucas conversas em que obtidas com os chacreiros, os mesmos apresentam os motivos de sua recusa de seguir o acordo comunitário e de não cercar suas áreas e respeitar o modo de vida faxinalense:

⁴⁵ Sobre o documento de posse, foi possível averiguar que existem duas épocas nos quais estes são retirados. A primeira data de meados dos anos 1944 até início dos anos 1950, pouco antes do fim do primeiro governo de Moisés Lupion (1947-1951), que assume em 1951 e acaba por o programa de legalização de terras implementado por Manuel Ribas (interventor federal de 1932 a 1945), enquanto a segunda leva remete ao período dos anos 1980, sendo que está segunda leva está muito ligada a divisões de patrimônios legalizados no primeiro período. Importante ressaltar que é no segundo governo de Lupion (1956-1961) que ocorre a explosão de grilagem de terras no estado do Paraná.

Olha, meu único problema é a merda dos porcos e das vacas, se não, não ia cercar tudo, só em volta da casa, mas não dá, como vou deixar minhas crianças correrem no meio da porcária dessa bicharada? Chacreiro 1, 2012

Ouvi falar desse acordo, não respeito porque é o seguinte, comprei é meu, não roubei nem nada, comprei, então faço do meu jeito, não vou deixar tudo aberto, vai que me roubam, nem o povo daqui, alguém de fora, sei lá... Chacreiro 2, 2012-09-26

Meu problema com esses agricultor é que eles são atrasado, criam os bicho tudo solto, nunca vi, se eu não cercar vão entrar tudo na minha propriedade, eles tinham que prender esses animais dele, assim ficava tudo acertado. Chacreiro 3, 2012.

Nestas falas três motivos para os conflitos são logo de cara enumerados, o primeiro é a falta de compreensão das práticas faxinalenses, uma questão que gera conflito por um motivo torpe, fraco, que parece irrelevante, o esterco dos animais, mas que apesar disto, motiva diversos chacreiros e inclusive faxinalenses que cogitam cercar suas áreas por causa deste esterco. O segundo ponto é mais complicado, é a questão da propriedade privada da terra, lógica que não respeita as leis e normas que defendem os faxinalenses. O terceiro ponto advém da lógica e racionalidade urbano-capitalista, a qual trata o diferente, no caso, o morador do campo, como atrasado. Ou seja, o chacreiro considera ainda mais atrasados os faxinalenses por criarem seus animais soltos, uma vez que os mesmos já são atrasados simplesmente pelo fato de estarem no campo. Fazendo uma análise deste ponto de vista do chacreiro, se vai ao encontro do que Horácio Martins de Carvalho (2012, p.4-5) levanta, ao tratar de como as classes dominantes ou mais abastadas tratam com desdém e desprezo os sujeitos camponeses, caracterizando estes como atrasados e discriminando tais sujeitos em suas ações.

Outro enlace, a origem do indivíduo fonte do conflito deste trabalho, o chacreiro, o qual leva junto de si a lógica de (re)produção social da lógica de produção e relação do capital para dentro das comunidades faxinalenses. Sendo assim, existem no espaço certas representações do modelo produtivo capitalista que se dão nas relações sociais (LEFEBVRE, 1991, p. 41), no caso, relações sociais advindas da cidade que adentram o campo de maneira feroz.

Ou seja, a questão dos conflitos com os chacreiros não vem a ser um caso isolado das comunidades aqui analisadas, ela advém de relações de

ordem mais ampla, que abarcam em si próprias as questões das racionalidades distintas e antagônicas, relações que podem ser traçadas como relações campo – cidade, sujeitos do campo perante sujeitos da cidade, lógicas de reprodução diferenciadas colocadas frente a frente. A lógica chacreira é individualista e que não compreende a multidimensionalidade do território faxinalense, só entende aquele território como materialidade, de contemplação da natureza como algo estático e intocável, já a lógica faxinalense é multidimensional, abraça desde relações econômicas até as culturais e políticas.

Para o entendimento desta relação, Lefebvre se faz essencial:

Atualmente a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral [mutação geral da sociedade capitalista] Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o (...) A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão, etc.). (...) a oposição “urbanidade-ruralidade” se acentua em lugar de desaparecer, enquanto a oposição cidade-campo se atenua (LEFEBVRE, 1991, p. 69).

A relação fundiária então é compreendida como diferenciada através da própria relação entre sujeitos citadinos e rurais. Priscila Bagli (2010, p. 87-88) relata como a terra é importante ao morador do campo, sendo esta tanto espaço de vida como espaço de trabalho, com ambas funções se confundindo. Isso vai ao encontro do que já foi citado pelos autores Alentejano (2003), Polanyi (2003) e Thompson (2005; 1987) no subitem anterior, ao tratarem de como as relações entre o morador do campo e o da cidade é muito diferente em relação ao uso da terra, tanto no aspecto produtivo quanto no aspecto simbólico-cultural, uma vez que as relações entre o campesinato e a terra é muito mais próxima e simbiótica do que a relação entre o citadino e o solo urbano.

Indo na mesma linha, Soja (1996, p. 100-103) mostra que, em certas comunidades, o espaço faz a diferença, nas margens, nos grupos marginalizados pelo grande capital. Ou seja, a diferenciação faxinalense (demonstrada através do auto-reconhecimento destes como membros de comunidades tradicionais) é resultado de sua produção do espaço diferenciada, a qual tem importância vital para seu modo de vida, e sua

reprodução. Os próprios sujeitos retratam isso de modo a partir de seu desejo de conservar a solidez do faxinal:

(...) esse povo da cidade não entende a relação que a gente tem com nosso criadouro, com o nosso território, fizemo a cartografia pra mostrar isso, mas parece que não entendem, aqui não muda de casa a cada, sei lá, 20 anos, aqui a gente nasce e morre na mesma casa ou numa casa pertinho. Enterramo nossos parente aqui dentro, trabalho aqui dentro. Festamô aqui dentro... nossa vida é isso aqui. Faxinalense 5, Antonio espigão, 2012

A reprodução faxinalense e a produção do espaço diferenciada que se dá por estes sujeitos é fato consequente graças à sua relação igualmente diferenciada em relação ao seu espaço, como se pode comprovar com a fala acima elencada, em comparação com os que vivem na cidade, sendo este espaço, a possibilidade de um futuro melhor (SAUER, 2010, p. 67-71), além de garantia de uma reprodução social e cultural que só é possível devido à presença deste espaço rural em seu dia-a-dia, uma vez que sua vida e sua produção se confundem. A grande luta faxinalense é não uma luta pela expulsão de todos os chacreiros, mas sim uma luta da compreensão e aceitação destes de seu modo de vida e de sua necessidade de que o criadouro seja livre para a circulação desimpedida dos animais, uma vez que qualquer cercamento já causa significativa diminuição de área de pasto e coleta de frutos por parte dos animais.

O conflito, um elemento base na vida e na construção do território faxinalense, se dá a partir (não só, mas também) dos modelos vindos da cidade:

A desumanização da cidade pelo tempo da mercadoria e do capital financeiro nega a sua herança comunitária de lugar de encontro e de lutas. A cidade torna-se centro privilegiado do consumo em detrimento de seu significado como lugar da política. Este movimento também é responsável pela transformação da natureza ou aquilo que é tido como tal em “gueto dos lazeres” e lugar separado do gozo, ou seja, o espaço do campo passa a integrar o modo de vida dos urbanos, sendo assim cada vez mais colonizado por eles. (MARQUES, 2002, p. 107-108).

Os chacreiros têm a visão de que o campo é realmente um “gueto dos lazeres”, uma vez que este é sob seu olhar urbano um local abandonado e a

margem da lógica corrente na cidade. As comunidades faxinalenses são tanto resistência e quanto consequência do desenvolvimento geográfico desigual, que permitiu que estes ainda existam apesar da expansão geográfica do capital graças ao desenvolvimento não homogêneo do mesmo.

Segundo Soja (1996, p. 156), isso pode ser entendido como contraespaços. No caso aqui trabalhado, o entendimento é que os faxinalenses resistem, buscando manter sua relativa autonomia em relação ao meio de produção capitalista e ter a manutenção de seu território de vida, contendo neste território, sua reprodução social e de suas relações de produção diferenciadas sendo assim uma luta não só pela conservação de suas terras, mas também de manutenção de seus territórios, uma vez que estes não estão ligados somente à produção, mas também a todas as relações sociais, culturais e de reprodução social (SAUER, 2011, p. 233), algo que, para os chacreiros é de difícil compreensão. Cabe ressaltar que, como já trabalhado no capítulo 2, os faxinalenses também trabalham com a lógica capitalista, entretanto, não estão totalmente inseridos no modelo, por isso sua autonomia é relativa e não total.

É possível notar como não só as questões materiais, mais ligadas à produção, ao viés econômico, são vitais para a reprodução faxinalense e para a deflagração deste conflito, mas, em conjunto com as questões e ações materiais estão elencadas as questões e ações simbólicas, como bem enumera James Scott (2004, p. 222), mostrando como atos simbólicos têm tanto ou mesmo impacto quanto ações materiais. Exemplo trazido por Scott (IDEM) remete aos camponeses do sudeste asiático, os quais lutavam silenciosamente, como fazendo trabalhos de modo lento para seus chefes ditatoriais, diminuindo a renda do mesmo, ou ainda criando mecanismos de resistência que fortalecem sua identidade e refutam as imposições que lhes são postas. No caso faxinalense, tanto o cerceamento de seu uso comum das terras por parte dos chacreiros quanto a lógica individualista e que trata o faxinalense como inferior é conflitante.

3.2 Conflitos com os Chacreiros em seu Âmbito Imaterial: Racionalidades Distintas, Confrontos Diretos.

Como ficou muito marcado no subitem anterior, o caso concreto da questão do uso da terra e seu não compartilhamento por parte dos chacreiros é um conflito marcante na construção territorial e identitária dos sujeitos faxinalenses, contudo, também no que toca do cultural, simbólico, social e político destes sujeitos também há relações conflitantes. Antes de adentrar nas entrevistas e relatos construídos para esta pesquisa em específico, uma fala trazida no 5º fascículo da cartografia social, que retrata também as comunidades aqui analisadas, consegue mencionar muito bem esta questão simbólica:

O problema é os chacreiros... é o problema que às vezes o cara vara e deixa o portão aberto, né. Então nós têm que ponha um mata burro, que daí não incomoda eles e não incomoda nós também, porque o cara não deixar o portão de noite, ai a criação estoura e destrói tudo a roça. – Faxinal Mato Branco dos Andrade
(NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2011, p. 5)

O relato deste faxinalense não toca na questão do uso ou cercamento do solo, mais sim da falta de respeito por parte dos chacreiros, os quais deixam portões abertos, o que causa a fuga de animais e destruição da roça dos faxinalenses, um conflito material, ou seja, falta de consideração com o uso que as terras além das cercas da propriedade do chacreiro, o individualismo por parte destes sujeitos é notado, sendo este um conflito simbólico. Aqui se percebe a lógica de (re)produção social capitalista, aonde os valores comuns são destruídos, dando lugar a lógicas meramente individuais, como cita Lefebvre (1973, p.21-22) ao tratar das diferenças entre o urbano e o rural, ou ainda, indo em outra vertente, como Carvalho (2012) enumera, a discriminação social perante os sujeitos do campo, tratados como inferiores e atrasados, portanto, suscetíveis a agressões que lhes forçariam a aceitar o modelo “superior”.

A lógica do chacreiro é entendida como urbana, e tem função de suprir ausências das cidades, suprir a falta de lazer junto à natureza, e assim motiva a construção de lugares voltados para tal atividade (BAGLI, 2010, p. 90), é este

um dos motivos da inserção das chácaras. O curioso desta relação, como ressalta Bagli (p.91-92), é que o morador da cidade que vai ao campo tem em sua mente o espaço rural como bucólico, tranquilo, ligado à natureza, e por consequência, imaginando o mesmo dos moradores deste rural, como ligados à natureza de modo tolo, com um tempo de vida e produção lentos, atrelados ao passado, atrasados.

É exatamente isso que foi relatado durante a pesquisa, a grande maioria daqueles faxinalenses entrevistados, ou dos quais participaram das reuniões de discussão sobre a temática, diziam que os chacreiros os viam como atrasados e que a criação de animais soltos era o símbolo deste atrasado, como já citado anteriormente. Isso tudo é ressaltado novamente pela autora quando mostra como se constrói esse bucolismo em relação ao campo:

Os ideais bucólicos foram fundamentados na contemplação dos atributos da vida natural, ressaltando a beleza, tranqüilidade e o sossego da vida do campo. O romantismo se baseou na idéia obsessiva de recuperar a unidade perdida entre o homem e a natureza. No **homem primitivo**, encontravam-se as virtudes que foram corrompidas pela sociedade burguesa. (BAGLI, 2006, p. 48, negrito nosso).

A própria autora levanta (BAGLI, 2010, p.83-84) que não existe um atraso no modelo do campo, mas sim uma lógica diferenciada, ou seja, enquanto a lógica urbana é ligada a um tempo rápido e com tempos muito definidos de trabalho e descanso, a lógica rural é ligada a uma lógica territorial, na qual o tempo é mais contínuo, com o trabalho se confundindo com o lazer, por vezes, tendo a rotina de horários diferenciada, ou seja, é a disputa da temporalidade do capital com a temporalidade do natural (p. 85), é a produção diferenciada do espaço, a partir dos da margem, como cita Soja (1996, p. 100) contra a produção capitalista do espaço, como Harvey (2005) sintetiza.

Retornando à Bagli, esta apresenta que o campo se tornou, na visão dicotômica e centrada em si mesma da cidade, em um local de fuga momentânea para as mazelas da cidade, deixando de lado, inclusive, qualquer morador ou lógica existente anteriormente da localidade, passando por cima desta, literalmente, se necessário (BAGLI, 2006, p. 57-58). A opinião dos faxinalenses converge para duas falas que foram captadas em uma visita feita na comunidade Espigão das Antas:

A maioria ainda apoia, acha que isso [viver em harmonia com a natureza e produzir] é possível, e você pode ver isso perfeitamente, você vê as benfeitoria, as melhoria, a tecnologia pode chegar num lugar como o nosso aqui e você pode desfrutar disso sem precisa acabar com aquilo que você já tem, que é bom e funciona muito bem (...) Se ele quer vir aqui com a chácara e cercar, ele procura outro lugar, se não, se respeitá, quer vir morar pra cá, pode vim, por isso nós queremos legalizar isso. Faxinalense 5, 2011.

É só respeitar, é só cercar os 20% deles e deixar o resto aberto, se quiser, pode até não olhar na nossa cara, é só respeitar, é isso que nós queremos, é a nossa luta. Faxinalense 4, 2012.

A visão faxinalense dos conflitos com os chacreiros adentra muito a questão do respeito e do direito. Considera-se aqui que os sujeitos faxinalenses produzem o espaço a partir da margem e de modo diferenciado. Seguindo Soja (1996) estes conflitos são diacrônicos, mas que estão envolvidos em uma matiz, ou seja, não é a oposição bom e mau, é a posição entre hegemônico e o da margem, entre um que tenta homogeneizar e o outro que busca manter sua diferença.

Novamente, como James Scott (2004) diz, o processo de contestação, que resulta em um conflito, material ou imaterial, leva em conta, sempre, a apropriação do simbólico e do discurso em conjunto com ações materiais (p. 222-223), e isso conta para os dois lados. O conflito é tanto simbólico, na falta de respeito das normas e padrões faxinalenses por parte dos chacreiros, quanto material, dado no cercamento e na conseqüente dificuldade de manter e reproduzir os animais dentro do criadouro por parte dos sujeitos faxinalenses. O simbólico se reflete no material e vice-versa, de modo dialético. A fala do Faxinalense 5, demonstra muito bem esta relação:

Olha, isso aqui é nosso território, é de nossos antepassados, né? Queremo manter tudo isso, não queremo só manter as terra, manter elas, mas sem ter que fechar tudo, queremo o criador comum, isso é uma luta difícil, ainda mais com os chacrero, que entram e fazem o que querem sem pergunta nada pra nós... Sem respeitá os acordo, vem com os carro correndo por ae, matam as criação as vez, é difícil...

Isso leva ao entendimento de que a produção diferenciada do espaço por parte dos faxinalenses é, de certo modo, motor do conflito entre estes sujeitos e seus antagonistas. O território, como já citado, é delimitado a partir

de relações de poder, e, as relações entre os sujeitos aqui levantadas é muito conflituosa tanto no aspecto material, o uso comum da terra, quanto seu modo simbólico, a reprodução da vida. Os próprios dizem que, nos últimos dois anos esta relação está mais tranquila, estabilizada. Entretanto, o estável que os mesmos apresentam se dá em relação ao material, visto que nos últimos cinco anos, segundo os próprios faxinalenses, apenas três novas chácaras foram construídas dentro do criadouro sendo que uma delas segue a passos lentos no que tange à construção das cercas, no entanto, as relações pouco melhoraram em relação ao respeito as práticas faxinalenses de vida. Animais continuam sendo atropelados, festas continuam a seguir madrugada adentro, desrespeitando a todos os faxinalenses, chacreiros seguem destratando o modo de criação a solta, as cercas não foram destruídas sendo que o IAP deveria multar os sujeitos que não desfazem tais cercas e não foram construídos quase nenhum laço de convivência entre estes indivíduos. Apenas duas famílias chacreiras circulam na feira ocasionalmente, famílias estas que tem chácaras diminutas, que não alcançam um alqueire de terra, por exemplo.

Os indivíduos chacreiros têm uma característica que por si só já aumenta a conflituosidade existente, a sua intransigência em relação ao seu modelo de vida e práticas de cercamento, ou seja, não é possível questionar o modelo de reprodução social e sua lógica de produzir o espaço, uma vez que esta é a lógica hegemônica. Como citado pelos faxinalenses, quando se questiona as práticas chacreiras, os mesmos riem, ignoram ou chamam de atrasados os seus contestadores. Utilizando de Lefebvre (1973, p. 95), o grande capitalismo acabou por transformar elementos da sociedade e os transformou a benefício próprio, ou seja, os transformou em mercadoria, os deu valor. A lógica do chacreiro, então, não entende a lógica faxinalense de viver, produzir e reproduzir-se, ele a vê como atrasada. Não compreende a não mercantilização total da vida, não entende o espaço de vida como simbiótico ao espaço de trabalho.

Esta confrontação pode ser sentida, como mencionam os próprios faxinalenses e pode se notar nas figuras a seguir, comparando uma casa de um chacreiro e uma casa faxinalense:

Ôia só, eu tenho um carrin véio, tive um rural já, boa, forte, anda na maciota por aqui, tranquilo. Esses chacrero vem com

essas F-1000, essas picape enorme, com um baita motor, sentam a pua, acham que tão na corrida, meio que querem himilhá nós com essas porcária. É só vê as casas, as nossas tudo simpres, mas de coração, criei tudo meus fio aqui, eles [chacreiros] tem esses palacete que ficam fechado a semana toda, só pra se mostrar, mostrar que tem, eu não entendo isso. Faxinalense 1, 2012

Figura 23: Casa de Chacreiro



Fonte: Marina Oliveira, 2012

Figura 24: Casas faxinalenses



Fonte: Otávio G. Rocha, 2012

Figura 25: Casa faxinalense



Fonte: Marina Oliveira, 2012

Tratando de produções diferenciadas do espaço, considera-se que o território faxinalense produzido por estes sujeitos é multidimensional, e nesta multidimensionalidade, neste conflito, a questão da temporalidade ganha destaque. Nestas fotos (Figuras 23, 24, 25) a diferença entre, ainda que parece pouco relevante, merece destaque tanto na altura da cerca do redor das casas quanto na idade e qualidade da construção. Enquanto a casa do chacreiro é nova, de material de maior qualidade e tem cerca mais alta a casa dos sujeitos faxinalenses é simples, antiga, e tem uma cerca que impede apenas a entrada dos animais criados soltos. Está posta a diferença de lógicas de vida e construção neste exemplo.

Como já resgatado anterior aqui trazendo Bagli (2006) e Alentejano (2003) a vida do morador do campo, especialmente o camponês ou o portador da campesinidade (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997), está espacial e temporal esta interligada de maneira muito forte. Assim sendo, a territorialidade é um fator essencial para estes sujeitos e sua reprodução social é totalmente territorializada, depende muito do território aonde estão inseridos estes sujeitos (LOWEN-SAHR, 2005).

Little (2002) e Almeida (2004) mostram como a temporalidade destes chamados povos e comunidades tradicionais é diferenciada da temporalidade da sociedade do capital, segue traços próprios e tem relação intrínseca com o ambiente aonde estes estão inseridos. Seguindo ainda Almeida (2004), este aponta que esta tradicionalidade tem fundamentação legal e não está, de modo algum, atrelada ao passado e a práticas engessadas.

As leis que protegem os faxinalenses e suas práticas estão embasadas na convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), assinada em 27 de junho de 1989, mas só ratificada no país através do Decreto 5051 de 19 de abril de 2004. Esta convenção traz diversos avanços para povos e comunidades que têm modelos diferenciados de trabalho, entendendo o homem como ontologicamente ligado ao trabalho, porém com modos diferentes de realizá-lo (OIT, 2005, p. 8-9). Assim sendo, a partir da convenção...

esses povos passaram a assumir eles próprios o direito de reivindicar, antes de tudo, sua identidade étnica, cultural, econômica e social, rejeitando inclusive serem chamados de "populações". (IBIDEM, p. 9)

Todo o texto da Convenção traz diversos elementos muito relevantes para a luta faxinalense por terra e território, dentre os quais cabe destacar a aplicabilidade da convenção a elementos que vão desde povos indígenas presentes em países colonizados e que permaneceram em seus territórios desde então, até povos tribais, os quais se entendem como com produção econômica, cultural e social diferenciada da maioria da coletividade nacional (IDEM, p. 21). A questão da autoidentificação é o norte de toda política voltada para tais povos, negando assim, desde a origem da lei, a possibilidade de algum ente externo negar a identidade de qualquer sujeito destes povos (IDEM, p. 11; 21).

Ainda no que toca à Convenção, ao ser aplicada, ela obriga o Estado a cumprir três requisitos mínimos:

- a) serão reconhecidos e protegidos valores e práticas sociais, culturais, religiosos e espirituais desses povos e levada na devida consideração a natureza dos problemas que enfrentam, tanto em termos coletivos como individuais;
 - b) será respeitada a integridade dos valores, práticas e instituições desses povos;
 - c) com a participação e cooperação dos próprios afetados, adotar-se-ão medidas para atenuar suas dificuldades de ajuste a novas condições de vida e de trabalho.
- (IBIDEM, p.25)

Ainda tratando da Convenção, outro elemento presente na constituição das comunidades faxinalenses é logo apresentada: a ideia de que não se trata somente de terra, mas que se deve inserir juntamente à terra o conceito de território, sendo este entendido como a totalidade do habitat destes povos, incluindo assim, porções que não têm função produtiva mas sim cultural, religiosa, social e identitária, como fica evidente nos artigos 13 e 14 da convenção (IBIDEM, p. 31-32).

Portanto, isso conflui para o que Zhouri e Oliveira (2010) trabalham, o território é o do conflito e o da vida. A luta do que as autoras chamam de lugares, resistindo às imposições do capital é a mesma vista aqui. Resistência essa que se dá através de sua construção e reconstrução cotidiana de suas identidades e territórios, os quais tem significações pluridimensionais. Portanto, é a visibilidade destes territórios que estão à margem dos processos ditos homogêneos perante o espaço global hegemônico que se fazem presentes nas lutas destes sujeitos:

A defesa do lugar, do enraizamento e da memória destaca a procura por autodeterminação, a fuga da sujeição aos movimentos hegemônicos do capital e a reapropriação da capacidade de definir seu próprio destino. A direção desses movimentos é contrária à atopia, pois ela insiste em nomear os lugares, em definir-lhes seus usos legítimos, vinculando a sua existência à trajetória desses grupos. Não é uma luta pela fixidez dos lugares, mas sim pelo poder de definir a direção da sua mudança. (ZHOURI, OLIVEIRA, 2010, p. 446)

Tudo isto é posto para legitimar o fato da luta faxinalense ser fundada a partir da defesa da diferença e não da manutenção de um possível atraso. O que os faxinalenses citam sobre isto é o conflito, no que toca à relação temporal e territorial:

Sempre fiz assim, meu avô fazia, eu faço, meus netos alguns fazem... mas não tamo parado no tempo, eu tive carro, uma bandeirante, véia, mas aqui dentro usava cavalo, agora to véio, mas ainda ano por aí assim Faxinalense 1, 2012

To véio... (risos) chamam a gente aqui do criador de atrasado. Num sei de onde. Eu tenho televisão, geladeira, telefone, luz, meus fio tem carro... num entendo porque atrasado. Tenho fogão a lenha. Na cidade fogão a lenha é coisa de rico, num é? Como isso é atrasado? Faxinalense 13, 2012

(...) nós sabemos que o progresso chegou aqui, tem linha de ônibus, tem luz elétrica, que chegou aqui em 1980, houve a melhoria e foi útil, ajudou na nossa vida, e assim o povo daqui foi adquirindo consciência, e quem é de fora deveria valorizar isso que se faz aqui, não pensar que samo atrasado ou coisa do tipo. Faxinalense 14, 2011

Embora embasados e protegidos pela convenção 169 da OIT, os faxinalenses ainda sofrem com a incompreensão de suas práticas. O fato positivo é notar como os mesmos não se consideram atrasados, não usam o termo da lei, contudo seguem a mesma na prática diária de suas vidas, reproduzem sua vida e seu território com temporalidades diferenciadas, que agrupam práticas de diversos tempos e lógicas.

Figura 26: Tempos diferentes presentes num mesmo território.



Fonte: Autor, 2011

No campo da teoria, isto tudo é muito bem analisado por Marques (2002, p. 108-109). A autora mostra que no espaço rural há sim a permanência de alguns “arcaísmos”, como a carroça da figura, por exemplo, há muito já inexistentes no espaço urbano⁴⁶, contudo, algumas dinâmicas do capital se dão mais rapidamente nos espaços rurais e não nos urbanos, como cita, igualmente Marques (IDEM, p. 110). É mais fácil plantar uma nova cultura na próxima safra do que derrubar um edifício. Este campo contém menos mediações entre sociedade e espaço, o espaço é mais próximo ao morador do campo, o capital encontra menos dificuldades para modificar sua lógica, para modernizar-se, mas igualmente, grupos sociais presentes neste rural, entretanto, podem ter com maior frequência um sentimento de territorialidade e localismo, resistindo, conseqüentemente, as investidas do capital para a modificação deste espaço, como é evidente na pesquisa aqui realizada.

⁴⁶ Curioso pensar que as carroças não estão, realmente, extintas dos espaços urbanos, vide os coletores de lixo reciclável, que dependem das carroças para tais coletas, carroça que, caso conte com um cavalo, é extremamente superior àquela de tração humana.

Portanto, a relação entre chacreiros e faxinalenses e os conflitos existentes a partir disto perpassam a esfera material e chegam na simbólica, elencando questionamentos que virão a ser tratados no próximo subitem, a relação entre cidade e campo, os conflitos que tal relação traz para os faxinalenses e também as benesses que esta relação constrói, elencando como estas relações são contraditórias e complexas.

3.3 As relações campo – cidade e os faxinalenses: Indo Além, Até a Expansão Geográfica do Capital

A relação campo – cidade é na Geografia uma arena de diversos posicionamentos. Henri Lefebvre é à base dos estudos sobre este tema. A discussão central se pauta principalmente na racionalização do campo, urbanização do campo e na diferenciação entre campo e cidade (ENDLICH, 2010). Durante o levantamento bibliográfico sobre o tema dentro da Geografia, dois autores foram referência em diversos trabalhos⁴⁷: um deles foi Abramovay, em especial com um texto do ano 2000, publicado pelo IPEA e denominado “Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo”; Veiga com seu livro “Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula”, de 2002, assim sendo, se comprova que o centro de discussão no tocante das relações entre cidade e campo estão mais situados na discussão dos conceitos de campo, cidade, urbano e rural, do que uma discussão entre os conflitos que possam existir no decorrer desta relação.

A lógica marxista da qual bebeu Lefebvre apontava para a cidade como resposta e possibilidade da emancipação do homem e reprodução do humanismo (1971, p. 148) em detrimento do campo, algo que perpassa a lógica marxista ou de Lefebvre e que está presente em toda a lógica ocidental (BAGLI, p. 93-95), como é possível notar na seguinte passagem:

O *tecido urbano* prolifera, estende, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, o “tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do domínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno

⁴⁷ Apesar de ambos autores não serem geógrafos, ainda sim são os referenciais mais utilizados para tratar do tema no caso do campo brasileiro.

campo, fazem parte do tecido urbano. Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotas à “natureza”. (LEFEBVRE, 1999, p. 17)

O tecido urbano se expande sobre o rural, o domínio de lógica urbana sobre a rural, a implantação de elementos urbanos no rural, como traz Lefebvre é um fato da sociedade capitalista, contudo, aonde o autor trata as porções rurais não urbanizadas como estagnadas ou arruinadas, devotas à natureza, não vai ao encontro do pensar deste trabalho, aonde o não inserido dentro do urbano não é considerado como atrasado, mas sim como diferente, com uma lógica de produção do espaço diferenciada, como apresenta Soja (1996, p. 100-102), esta diferença é entendida no caso faxinalense como a tradicionalidade destes sujeitos.

O modelo de produção do espaço faxinalense é diferenciado e particular a estes sujeitos, não estático. Esse modelo de produção é diferenciado e tem uma lógica não totalmente inserida dentro do modelo capitalista, o desenvolvimento geográfico desigual do capital gera a possibilidade da resistência e existência destes modelos, os quais não são estagnados, mas sim diferenciados e que no caso atuam politicamente, territorialmente, socialmente e culturalmente com uma autonomia relativa muito marcante, ou seja, suas ações redesenham sua vida e seu território e vice-versa, de maneira dialética.

Assim sendo, Lefebvre (1999) levanta o fato da urbanidade invadir o rural tratando o rural como atrasado. Porém, neste íterim, se apresenta a ideia de explosão da cidade (Sobarzo, 2010, p. 58-59), onde pedaços destas estariam sendo lançados para diversos locais não citadinos. Com essa explosão, a concentração urbana e o êxodo rural caracterizam a extensão do tecido urbano ao campo e por consequência a subordinação deste:

[...] durante longos séculos a Cidade foi percebida, concebida, apreciada em face do campo, mas através do campo, em face da Natureza. Ora, há um século a situação se reverteu: o campo é percebido e concebido em referência à Cidade. Ele recua diante da cidade, que o invade. [...] É neste momento que a cidade explode. (LEFEBVRE, 1991, p. 126)

Por fim, Lefebvre trata a cidade como a morfologia material, a realidade física, posta e impressa na paisagem, enquanto o urbano é a morfologia social, o urbano é a sociedade urbana, com suas práticas (LEFEBVRE, 1991, p. 49) sendo ainda, um processo, a construção de um modelo societário, não entendendo, então, a urbanização como mera edificação (SOBARZO, 2010, p. 58). Contudo, Carvalho (2012) demonstra como esse modo de analisar o campo e como o modo de vida atrasado e não atrelado ao desenvolvimento das sociedades é discriminatório e oriundo da expansão do capitalismo (IDEM, p. 8-10) que desagrega o campesinato para poder se desenvolver.

Portanto, esse pensar de Lefebvre vai ao encontro do que Oliveira Neto (2010, p.205-209) levanta, mostrando como Marx e Engels viam a cidade e o campo de forma dicotômica, partindo da ideia da divisão do trabalho, produção de mercadorias e bens de uso, as quais, no fundo, viriam a se restringir no modo de vida e na consciência da população, sendo a cidade o espaço aonde a propriedade privada predominaria e o campo aonde estruturas antigas de troca e uso do solo estariam ainda em vigência. Novamente, a questão do progresso ligado à cidade e do antigo, do atrasado, ligado ao campo é levantada.

Como Bernardelli (2010) traz, a dimensão espacial é essencial para o desenrolar das questões referentes à relação entre campo e cidade, tendo como característica no campo a relação do seu morador com a natureza, uma certa dispersão populacional além de certa relação de dependência do morador do campo em relação a cidade (destino de sua produção, por exemplo) (IDEM, p. 43).

Como já enumerado, é de praxe o tratar do campesino como atrasado e como sujeitos ligados a mitos e lendas, nada racionais. Durante entrevistas narrativas realizadas, especialmente em duas, uma no início de dezembro de 2012 e outra em janeiro de 2013, foi muito marcante na fala dos faxinalenses como a falta de respeito e discriminação social com estes era gritante. Tal problema não se limitava aos chacreiros, seus maiores antagonistas, mas ia até ao atravessador do CEASA, a alguns professores da escola aonde os filhos destes sujeitos frequentam, a prefeitura, que os trata com desdém, enfim, se autoidentificarem como faxinalenses acarreta no preconceito ainda maior do que o já existente.

Preconceito? Lógico, sofremo sempre... chamam a gente de do mato, xucro... Essa parceria com uns pesquisadores, com uns professor da universidade federal ajudou bastante, a própria APF, nosso meio de luta, ajudou, mas tem que ser num todo, se não o pessoal vem botando o dedo na cara, achando que a gente é bicho. Faxinalense 7, 2013.

A própria construção linguística se dá de modo tendencioso, aonde a palavra rural, na sua origem, tem ligação com a idéia de rústico, rude, e agricultura remetendo a agressivo, diferentemente dos termos pólis (cidade em grego), que origina o termo polido, ou do latim civita, que origina a palavra cidade, que traz junto de si os ideais de cidadão, civilizado, civilização (BAGLI, 2006, p. 44-45), ou ainda a própria ideia do morador do campo como atrasado e preguiçoso, uma vez que seu tempo de vida e produção é lento, em detrimento ao tempo rápido de produção e vida que há nas cidades (BAGLI, 2010, p. 83-84).

Outro autor que trabalha com tal conceitualização é Soja (2008, p. 103). A própria conceitualização de política (do grego polites) contava somente com os cidadãos, ou seja, homens não escravos das cidades, para discutir os rumos da sociedade, em detrimento aos idiotas (literalmente idiotas, em português) que viriam a ser os camponeses, considerados bárbaros, ilhados no campo, sem o contato com as massas, com a cultura. Isso traçado, se tem desde a Grécia antiga e se desenvolve ainda mais com a Revolução Industrial e a explosão das cidades, as quais ganham ainda mais poder para guiar e planejar não só a si mesmas e aos sujeitos que vivem nelas, mas sim a planejar a guiar toda a sociedade, deixando de lado qualquer vontade ou anseio dos sujeitos do campo (IDEM, p.116), ou seja, um política centralizadora e planejadora que arrasa com qualquer autonomismo possível entre os sujeitos do campo.

O conflito entre campo e cidade é o conflito entre os sujeitos com autonomia relativa, não totalmente inseridos no capital, é o conflito entre a expansão geográfica do capital, que busca novos espaços para se instalar, e os faxinalenses, ou seja, camponeses em suas diversas faces, realidades e culturas (CARVALHO, 2012, 7-8). Os faxinalenses entram em confronto não só com as lógicas da cidade, o conflito tem origem numa esfera maior, é a

expansão do capital, para os faxinalenses entendida como lógicas da cidade, que é a principal rusga existente, motriz da maioria destes conflitos.

Existe, portanto, uma dinâmica desigual para os espaços, tendo diversos pontos onde a exclusão, expulsão e expropriação são corriqueiras, (HARVEY, 2005, p. 48), no caso, sendo a cidade o espaço de inserção e o campo o de exclusão. Para transpassar crises ou evitá-las, o capital usa de uma expansão geográfica do investimento e das relações capitalistas para sustentar sua acumulação, e, por conseqüência, sustentar as (i)racionalidades deste modelo, isto ocorre no campo graças ao modelo de desenvolvimento que lá foi imposto, gerando assim as exclusões, expulsões e expropriações acima citados.

A imposição deste modelo cria rugosidades no espaço, rugosidades estas que cunham, em certos pontos, atratividades e progresso econômico, enquanto em outras, aumentam a desigualdade e a concentração de capital (e terras). Isso é visto nas comunidades através de seus conflitos, a concentração de capital ocorre no caso das granjas e dos monocultivos arbóreos, por exemplo, no cercamento das chácaras aonde a lógica individual sobrepõe a lógica coletiva. David Harvey, quando apresenta as ideias de fluxos de capitais, que geram, por sua vez, as desigualdades e pontos de recebimento e retirada de capital. Godoy (2004, p. 3) exemplifica a produção do espaço e seus conflitos de modo primoroso:

A produção do espaço consiste, então, na realização prática de produção de objetos “geograficizados” segundo uma dada lógica econômica, e destinam-se a cumprir funções diferenciadas em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho.

A tendência universalizante, homogeneizante e fragmentadora do capital, pressupõe a exigência da organização da base material de modo a produzir as condições de fluidez e aceleração da circulação das mercadorias. Neste sentido, não sem conflitos e contradições, o tempo enquanto medida necessária para a definição do valor, tende a suplantar os obstáculos espaciais como um meio de ampliar o potencial de acumulação do capital. (GODOY, 2008, p.4)

Essa produção capitalista do espaço gera os conflitos. O desenvolvimento geográfico capitalista se dá de modo desigual (SMITH, 1988), sendo esse desenvolvimento desigual no seu aspecto geográfico a

desigualdade social exprimida na paisagem e esta desigualdade sendo explorada para certos fins sociais (IDEM, p. 221), seja para lucro, lazer, cultura. O que importa é ressaltar que as comunidades faxinalenses ainda resistem e existem graças à diferenciação do desenvolvimento capitalista no espaço, uma vez que este não se desenvolve de modo homogêneo e tem dentro de sua lógica a contradição e, conseqüentemente, deixa espaços à margem, que acabam por criarem seus próprios modelos de vida e de relações internas, tanto sociais quanto econômicas, no caso faxinalense, muito marcadas por uma autonomia relativa tanto no pensar quanto no agir. Contudo, em momentos de crise ou de expansão, existe a busca para agregar tais espaços ao seu modelo (IBIDEM, p. 223-224) ou ainda, sua expansão leva sua lógica contraditória para sujeitos ou comunidades que têm um modo de produção diferenciado do espaço, como os faxinalenses:

Há aqui [na produção capitalista do espaço] o gérmen de uma contradição. Com o objetivo de deitar raízes espaciais permanentes, isto é, obter definição territorial fixa, as sociedades primitivas devem desenvolver-se ao ponto em que possam começar a se libertar do espaço (...) Esta contradição é ainda mais evidente com o surgimento do Estado (IBIDEM, p. 125, entre colchetes nosso)

Sua expansão gera sempre espaços de atração e espaços marginalizados. O caso analisado não há somente uma expansão do modelo capitalista de produção, mas também uma expansão do modelo de reprodução das relações capitalistas de produção do espaço (LEFEBVRE, 1973), que é combinado pela lógica do capital, ou seja, não é por um acaso que isso se dá:

O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da cidade. Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual [...] é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados. (SMITH, 1988, p. 221).

Ou seja, a desigualdade se dá com devida função e objetivo, como já enumerado e, ainda mais, está relacionada ao modelo de produção do espaço por parte do capital, que se dá de maneira desigual e combinada.

A produção do espaço no capital é atrelada a questões espaço-tempo, uma vez que há necessidade de certa fixidez de alguns capitais, e certa fluidez por parte de outros, ou seja:

O capital ignora os espaços em que as perspectivas de lucro são baixas e, por entre as diversas escalas, se move em direção aos espaços em que as perspectivas de lucro são as mais altas. Daí que regiões perdedoras de ontem podem ser as que propiciem melhores condições de valorização para o capital amanhã. Por isso, num momento seguinte, uns espaços experimentam taxas elevadas, outras taxas reduzidas de acumulação. (THEIS, 2009, p. 248)

Além disto, o capital produz, não somente o espaço, mas também a coerência necessária para a contradição existente nesta produção. Portanto, esta expansão é geradora não só dos conflitos, mas também de uma perda efetiva da autonomia dos faxinalenses, autonomia que é perdida em todas suas esferas, na esfera do pensar, na esfera da cultura, das relações sociais, é a imposição do individualismo e outras práticas que se dão de modo a colonizar o território faxinalense com práticas capitalistas.

4 FAXINALENSES, AUTONOMIA E COLONIALIDADE: A EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Ao longo dos capítulos foi apresentada e analisada a construção territorial dos faxinalenses e os conflitos existentes nestes seus territórios de vida. Estes conflitos se edificam na face do agronegócio e seus ramos de granjas e monocultivo arbóreo, além da questão das chácaras de lazer e a desagregação e segregação territorial e simbólica que estas acarretam para o território faxinalense.

Uma face que desencadeia estes conflitos é a expansão geográfica do capital, apresentada no capítulo anterior. Tal expansão se apresenta com faces diversas, se tornando elemento fundador de conflitos internos e externos, desde os conflitos contra o agronegócio e suas diversas vertentes, como a existência de sujeitos faxinalenses que se “voltam contra”⁴⁸ a própria comunidade, seja através da vontade/necessidade de plantar pinus ou eucalipto para melhor viverem; seja por venderem suas terras para sujeitos externos que virão a cercar suas terras para a construção de chácaras, a presença do capital é, em maior ou menor grau, sentida em tais ações.

O que se pode constatar ao longo da pesquisa foi que alguns elementos sofrem muito com tais ataques. Consequentemente, se foca na duplicidade da ideia de autonomia para melhor discorrer sobre um aspecto destes conflitos. Ou seja, a partir do que foi construído ao longo do trabalho, foi recortado aqui duas linhas paralelas da autonomia, a autonomia construída a partir de Castoriadis e Foucault, mais ligada ao pensar e ao agir a partir do indivíduo, e a autonomia camponesa, mais ligada a ações do coletivo e especialmente trabalhada para os sujeitos do campo. Tal questão, a autonomia, desenrola e trabalha dialeticamente com a ideia de colonialidade do saber, esmiuçada por autores latinos, como Quijano, Zibechi, Escobar e Dussel. Isso é visto nas comunidades através das ações dos sujeitos e de seus conflitos, que estão ligados tanto a colonialidade, como através daquilo que Brandenburg (2010) elenca como a racionalização do campo, como com a luta pela manutenção da autonomia, citada pelos faxinalenses como a defesa de sua liberdade de ser, viver e produzir de sua maneira.

⁴⁸ Ou acabam por adotarem práticas que acabam tendo efeito negativo na comunidade.

Logo, a partir dos faxinalenses, se objetiva aqui é ir da especificidade até chegar à esfera maior, até a origem do conflito: a expansão do capital. Retornar, mostrando às consequências desta expansão, a perda da autonomia, e com isso conseguir elencar algumas outras questões, como a necessidade de uma atualização da questão agrária, que abarque não só a terra, mas também o território, além do próprio entendimento de como a produção diferenciada do espaço não é elemento isolado e que remete ao passado, mas sim outra possibilidade de vida e construção do território e da identidade dos sujeitos. A colonialidade entra neste íterim como elemento atrelado a uma esfera maior do “por que” da discriminação dos sujeitos do campo, como a outra face da modernidade, modernidade esta tão bem apregoada pelos antagonistas dos faxinalenses.

4.1 – Faxinalenses e a luta pela manutenção da sua autonomia

A luta pela manutenção do que se entende como autonomia não é evidente a primeira vista. Os faxinalenses não são⁴⁹ sujeitos revolucionários clássicos, como trabalha Zizek (2011), não tem propagandas anti capitalismo e afins estampados no peito, mas são sim sujeitos de classe⁵⁰ que lutam por seu território, seu modo de vida próprio, portanto, lutam não somente pelo acesso a terra, acesso ao modo de produção, uma vez que este já lhes pertence, lutam por algo que é novo para muitas instancias tanto legais quanto acadêmicas, lutam pela manutenção de seu modo de vida, que é entendido aqui como intrinsecamente autônomo em diversas questões.

Diversos faxinalenses mencionavam durante as entrevistas narrativas como a perda de sua liberdade era um conflito marcante em suas vidas, e como isso se desenrolava em diversas esferas, na territorial, na cultural, social, econômica, e por isso estava atrelada a “modernidade”. Como já apresentado

⁴⁹ Apesar de suas ações enquanto organizados dentro da APF, como a pressão junto à câmara de vereadores de suas respectivas cidades, passeatas, encontros, cartografias, protestos, pressões junto ao INCRA e IAP.

⁵⁰ Carvalho (2012) e Paulino e Almeida (2010) tratam da classe camponesa como classe que, apesar de diversas diferenciações internas, com diversos sujeitos com diferentes identidades, como uma classe que abriga todos os indivíduos do campo que lutam por terra e, como defendido aqui, território.

em capítulos anteriores, às falas dos Faxinalenses 1, 2, 3 e 12 são as que melhor exprimem tal sentimento. Contudo, outras duas falas representam muito bem esse mesmo anseio:

A liberdade que eu tinha quando criança meus fio não tem mais... pode ir, brincar, trabalhá, fazê essas coisa sem preocupação, não dá. Trabalho pra gente era coisa boa, era junto da diversão quase... vivê, trabalhá, festá, come, o campo, era tudo junto... agora não. Tem filha minha, moça, que quer se debandar pra cidade pra festar, ter uma vida mais fácil. (FAXINALENSE 6, 2012)

Pode pensar do nosso jeito, ter nossas música, pode não trabaiá um dia e compensar nos outros, tem filho meu que nunca vai saber o que que é isso... perdeu a liberdade, né? Ta vivo no quadrado, na rotina, sem poder olhar pro lado, pra ele casa é uma coisa, trabalho é outra, e lazer é uma outra coisa ainda... e pior: os guri dele são tudo pau mandado da internet e da televisão, parece que num sabe pensá. (Faxinalense 7, 2013)

A imposição do pensar de fora, da falta ou pouca liberdade, autonomia de pensar e viver do restante da família destes sujeitos elenca ao conflito de ideias presente na atualidade: o pensar próprio, a partir de si, da comunidade e o pensar construído de fora e que é aceito inconscientemente. O ponto de partida, no qual se baseia este trabalho, para o entendimento de tal fato a partir da teoria é o filósofo helênico Cornelius Castoriadis. Indo ao encontro do que apresenta o autor, se traça aqui o que vem a ser a autonomia:

A autonomia seria o domínio do consciente sobre o inconsciente. (...) a autonomia é minha lei, oposta à regulação pelo inconsciente que é uma outra, a lei de outro que não eu. (...) Como diz Jacques Lacan “o inconsciente é o discurso do Outro”; é, em grande parte, o depósito dos desígnios, dos desejos, dos investimentos, das exigências, das expectativas (...) A autonomia torna-se então: meu discurso deve tomar o lugar do discurso do Outro, de um discurso estranho que está em mim e me domina, fala por mim (CASTORIADIS, 2010[1975], p.123-124).

O que Castoriadis busca expressar nesta passagem é que a autonomia é, dentre outras coisas, uma construção aonde o consciente toma lugar do inconsciente, aonde o pensar próprio toma lugar do pulsão⁵¹, aonde a ação do sujeito é pensada por ele e não pelo outro, por um sujeito de fora, no caso, pelo

⁵¹ Castoriadis (2010[1975], p. 121-122) trata de ressaltar que esse pulsar não é natural, a partir de Freud, o autor traça que este pulsar, este desejo é inserido graças a sociedade do capital, ou seja, não é natural.

capital e seus agentes. Contudo, o mesmo autor, em conferência proferida em setembro de 1991 em Porto Alegre/RS, ressalta a importância da autonomia como construção individual e coletiva, não sendo a mesma limitada pelo sujeito e para o sujeito, mas sim pelo sujeito e para o coletivo e para o próprio sujeito, de maneira dialética. O mesmo tem como norte a construção de “um ser humano coletivo e, na medida do possível, sábio, uma sociedade autônoma” (CASTORIADIS, 1991, s/p).

A autonomia faxinalense do pensar e agir, construída individualmente e coletivamente, através de sua identidade em constante movimento, de seu acordo comunitário, de seu território de vida, é ferida a partir das práticas que o capital programa de modo que satisfaça a suas necessidades. Fazendo uma ligação com outro autor, Henri Lefebvre, a reprodução social dos meios de produção capitalistas (LEFEBVRE, 1973, p. 21-22) que se dão de modo a destruírem a identidade comum dos sujeitos e constrói com força tremenda a individualidade dos sujeitos, almejando um aumento das forças produtivas. Ou seja, se reproduz socialmente o modelo de produção capitalista. Este conflito é notado nas entrelinhas das falas dos faxinalenses. Uma vez que se reproduzem as relações sociais urbanas e em especial aquilo que Lefebvre (1973, p. 53) chama de relações sociais inseridas no mundo da mercadoria, as quais são levadas e inseridas dentro da comunidade, quebrando de certo modo a produção diferenciada do espaço existente entre a comunidade, é um conflito que se dá, e que é presente nestas falas, o que soa como um conflito de gerações é, na realidade, um conflito que adentra as lógicas de vida.

Contudo, é importante ressaltar que a defesa faxinalense de seu pensar não é a defesa do arcaico, do ultrapassado, é sim a defesa de outra racionalidade. Löwen Sahr (2006) já defendia que a ideia de tradição, atrelada aos Povos e Comunidades Tradicionais não pode ser entendida como a defesa do atraso e do imutável, mas sim enquanto uma categoria diferenciada de ser, pensar e viver. Contudo, como a autora acima cita, Almeida (2005) cita que isto não é atrasado, não há que entender estas populações como atrasadas, passadas, mas modernas. Essa expressão se constitui politicamente, são agentes sociais que aparecem a partir da autoidentificação, criam-se identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. “Esses agentes sociais passam a ter uma existência política separada da natureza.” (p. 3) É a

ruptura com o biologismo que faz pensar nem tradicional passado e amarrado à natureza. A terra é o recurso natural e o território, pela relação política intrínseca ao conceito, incorpora a identidade coletiva.

Indo além, Zizek (2011, p. 380-381) esmiúça o entendimento de um materialismo democrático, o qual teria por base o respeito na pluralidade de pensares e de ações e que age com fúria contra qualquer verdade universal. O que se nota é que o movimento dos faxinalenses seja através da APF, ou seja, nas falas dos sujeitos das comunidades Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta, segue este norte, o de ser uma de várias verdades, outra racionalidade que com sua autonomia consegue construir sua identidade e território por e a partir de seus próprios sujeitos, não ficando na dependência da sociedade do capital.

Autonomia está fundada no vencer do consciente sobre o inconsciente, no “governo de si” em detrimento de “o governo sobre si” e isso é um conflito essencial na vida faxinalense, é o conflito entre o seu pensar próprio contra o que lhes é imposto como o melhor, como aquilo a se pensar e fazer⁵², como as chácaras. Contudo, ressalta Castoriadis (2010[1975]) a exclusão total do Outro na construção de si é totalitarismo, assim como a exclusão total do inconsciente, uma vez que a sociedade é formada por e a partir dos sujeitos. Por conseguinte, os sujeitos devem ser autônomos para construírem uma sociedade autônoma, e dentro dela, contudo, o bem comum deve ser visado. Em uma entrevista, o pensador elucida:

O que quer dizer *autonomia*? *Auto-nomos*: dar leis a si mesmo. Autonomia não significa fazer qualquer coisa; não é o reino do desejo, essa é uma aberração. Não é a espontaneidade bruta e cega. Esta terminação, *nomos*, uma lei, me dou uma lei, eu me dou uma lei (...) Bem, como? Me dou uma lei com reflexão e depois de tê-la debatido. (CASTORIADIS, 1992, s/p)

Por fim, cabe destacar que a autonomia que Castoriadis informa não é fechada em si e para si, ao contrário, ela é aberta, só existe no comum, nunca no individual (2002). A autonomia e a sociedade autônoma constroem a partir dos sujeitos e dos coletivos seus signos, instituições e significações. De certo

⁵² Isso é muito presente no caso dos pinus e eucaliptos, ditos como solução para a renda dos sujeitos faxinalenses, em detrimento de uma maior valorização de seus produtos agrícolas, com uma venda justa, sem atravessadores, etc.

modo os faxinalenses fazem o mesmo de modo contínuo, apesar das constantes interferências e imposições da sociedade do capital, do modelo hegemônico.

Tanto o Estado quanto os antagonistas dos faxinalenses, especialmente os sujeitos do agronegócio e os chacreiros apresentam que tal afirmação é falsa, de que os faxinalenses vivem no passado e que de forma nenhuma se renovam, ou seja, são atrasados e fechados em si, ou seja, nada autônomos no sentido de Castoriadis.

Já falei pra você, o povo é atrasado, né? Não prende os animais, né? Deviam aprender com o pessoal de Mato Grosso do Sul, plantar soja, ajudar a desenvolver o país, não ficar criando porco e galinha solta que nem antigamente. (CHACREIRO 3, 2013)

Outro autor, Marshall Sahlins argumenta que, como um rio, nunca se mergulha duas vezes na mesma cultura, ela sempre está em mudança, em um fluxo e que, apesar de ser dinâmica e não imóvel ela tem sim traços característicos simbólicos e identitários (2004, p.9). A APF auxilia na construção da identidade faxinalense, identidade que é construída a partir da luta pela manutenção de seus territórios. Indo além, a própria construção do território faxinalense é, antes de qualquer coisa, a (re)construção da identidade destes sujeitos. O que no passado era de sua cultura, como a caça, hoje é refutado, o que antes era *modus operandi* destes sujeitos, como a venda em massa de porcos e de banha de porcos para a cidade⁵³ hoje não passa de uma memória dos mais velhos. Ou seja, a construção identitária não é a construção de um estandarte estático, mas sim de uma amalgama mutável e que tem como norte a luta incessante pela manutenção, conquista ou ampliação da sua autonomia de ser e viver.

Distinto pensador, Michel Foucault, traça a autonomia de modo semelhante à Castoriadis. Foucault (2000) cita que a autonomia não é, jamais, um projeto individual, sendo este um projeto kantiano de moralidade burguesa, mas sim uma construção que parte da subjetividade individual e consciente e que almeja a aliança com outras formas de ser e pensar igualmente autônomas. Ainda segundo Foucault (2004, p. 149), se deve fugir da autonomia

⁵³ Curitiba e Mafra (SC) no caso.

proposta por Kant, a qual relega a ideia de que, caso os sujeitos sejam autônomos, não se precisará mais dizer “obedeça!” mas que essa obediência já estará subentendida na própria autonomia.

Indo além, para Foucault (2004, 84), a autonomia é fundada, também, no cuidado de si, não deixando de lado as esferas da política dentre outras. A autonomia então é fundada pela junção do cuidado de si e não do simples conhece a si, ou seja, de pouco adianta conhecer sua identidade, seus desejos, mas é preciso mais, é preciso cuidar de si para que tais necessidades sejam atendidas, e que se possa refletir sobre si, e não somente obedecer. Para o pensador cuidar de si imbrica de modo indissociável o cuidado do todo e do coletivo, visto que a construção da autonomia é coletiva.

Como apresentado, a construção da autonomia não se resume somente a autonomia de pensar, na autonomia dita individual, que parte do coletivo, mas que se enraíza no indivíduo. É essencial entender a luta pela manutenção e pela ampliação da autonomia relativa que existe no cotidiano faxinalense, na sua construção sempre em movimento de sua identidade e na luta pela manutenção de seu território. Como anteriormente traçado, a autonomia tem outra linha, a linha da autonomia perante a sociedade do capital, aonde a família e a comunidade tem maior importância que os elementos externos e de esfera mais geral.

Ao constituir o que vem a ser seu entendimento de campesinato, Henri Mendras (1978) aponta que são vitais a autonomia relativa à sociedade do capital e a questão familiar. Seu ponto de partida é apoiado nesses dois elementos-chaves também para os faxinalenses, a família e a autonomia. A família porque, como elucida Woortmann (1987), mantém o camponês ou, nas palavras do mesmo, mantém o sujeito com grau de campesinidade considerável livre, visto que não há dependência externa para o trabalho⁵⁴. A autonomia também, pois esta se dá através de constituições próprias destes sujeitos a partir de seu próprio pensar e agir, como Castoriadis elucida.

⁵⁴ Ainda que a família seja, em muitos casos, trava para autonomia individual dos sujeitos do campo. Ela é, muitas vezes, inexistente nas relações familiares, muito verticais e até mesmo autoritárias, porém, esta relação contraditória entre família e autonomia é a que move o motor da luta camponesa, segundo Mendras (1978, p.67-69)

A autonomia relativa camponesa é essencial para a reprodução dos sujeitos faxinalenses justamente devido a estes dois fatores: a família e a liberdade, além da questão da terra. Klass Woortmann (1987, p.28-30) discorre sobre como o trabalho familiar é edificante da liberdade (entendida aqui como autonomia) tanto no aspecto material quanto no simbólico. O autor apresenta que utilizar o trabalho familiar é, para o sujeito, o modo honroso de viver, modo correto e livre de se trabalhar, enquanto o trabalho assalariado alienado, ou seja, não o pagamento, a ajuda que o vizinho fornece, mas sim o trabalho assalariado sem vínculo com a terra, como o simples colher através de uma máquina no monocultivo, significa o cativo, a humilhação, a vida *alugada* (IDEM, p.29).

A curiosa construção da autonomia relativa campesina não se resume a isso. A resistência é atrelada à ideia de autonomia. A resistência à imposição da lógica que não é benéfica ao sujeito. Nos faxinais, as lógicas do agronegócio são maléficas não só aos sujeitos faxinalenses, mas sim a toda a comunidade. Os mesmos sempre citam que não adianta um enriquecer enquanto o restante da comunidade passa fome. Neste ponto, os laços de compadrio, amizade e ajuda mútua sobressaem, na maioria das vezes, as vontades individuais de lucro e bem-estar, uma vez que a racionalidade destes sujeitos entende que só é possível alcançar o bem-estar através do bem-estar da comunidade.

De que me adianta, ser rico, podre de rico, se meu vizinho é pobre, podre de pobre? Não me serve isso não meu rapaiz, o que me serve é todo mundo bem, a fartura se constrói assim, tuuuudo junto. Dá trabaio, mas é assim que nós vive, a duzentos ano... (FAXINALENSE 3, 2012)

Outra questão importante para o entendimento da autonomia camponesa é não pensar a mesma como uma autonomia ligada ao atraso, ou seja, uma sociedade fechada em si, e que ali é autossuficiente, Polanyi (2003, p.57) já refuta isso, diferenciando a autonomia da economia primitiva fechada em si. Para o autor a autonomia se funda em sujeitos na margem do sistema hegemônico e que conseguem se manter com total ou relativa autonomia perante tal sistema, mesmo que tenham contato com este. Ou seja, o isolamento de uma economia fechada em si não é autônoma para Polanyi

(IDEM, p.58-59), ela é, ao contrário, limitante, a sociedade, comunidade ou sujeito autônomo são aqueles que mesmo com um contato constante com o modelo hegemônico, ainda assim conseguem viver, produzir, pensar de acordo com as próprias regras e conceitos.

O primitivo, o ultrapassado, não é o norte destes sujeitos, e isso se encaixa também para seu modo de viver e na sua economia. Tais sujeitos estão sim inseridos, ainda que não totalmente dependentes, na sociedade do capital. Realizam trocas capitalizadas, contudo, sua lógica econômica é diferenciada uma vez que, em caso de crise ou em caso de não conseguir vender para o mercado externo, por exemplo, os sujeitos do campo não passariam fome (POLANYI, p.58). Logo, como Mendras (1978 p. 44-46) cita, a economia campesina está, antes, preocupada com o nutrir-se e depois com o seu excedente. Nisso está presente à autonomia camponesa, neste ponto é possível ver nas comunidades faxinalenses como esta pratica lhes é comum, aonde sua horta garante o sustento para a família e, como citam os próprios, caso não consigam vender o que os mesmos plantam para a CEASA, e, conseqüentemente, não entre dinheiro na família, tais sujeitos não passarão fome. Talvez não consigam pagar a conta do telefone, do celular, o combustível do carro, mas fome e necessidades básicas, os mesmos não sofrerão. Em resumo, a autonomia destes sujeitos permite que o fato que o Faxinalense 12 (2012) cita, ou seja, caso ocorra alguma “crise econômica que respinga ni nós, nós num passa fome”.

Isso tudo vai ao encontro do que Ploeg (2008, p.19) traça como essencial para o campesinato, no caso, a luta por autonomia:

A luta por autonomia, resultante dessa condição, tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir um certo nível de independência.

Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente. (PLOEG, 2008, p. 19)

Os faxinalenses ressaltam em suas falas as questões da manutenção de suas terras, seu modelo comum de uso da terra e a ajuda ao vizinho durante os períodos de plantio. A manutenção do que os mesmos chamam de liberdade é um de seus nortes, a manutenção de sua independência perante a sociedade do capital é vital pra a manutenção de seu território de vida.

Tinha pessoa que nos via como uma coisa do passado [...] a maioria aqui apoia, apoia a vida em união, tamo aqui pra provar que isso é possível, que nós pode desfrutar das tecnologias, mas que não precisa acabar tudo isso aqui, da pra conciliar tranquilamente [...] tudo isso aqui como criadouro, como faxinal, poder viver e trabalhar aqui, em união. Coisa que na cidade num tem, né?(FAXINALENSE 7, 2011)

O que é evidenciado pelos faxinalenses é sua liberdade, sua independência, ainda que relativa perante a sociedade do capital. Que, apesar de viverem com as tecnologias e benesses que são possíveis adquirir no mercado, a união destes sujeitos entre si mesmos, lhes permite certo grau de distanciamento em relação a tal entidade. Como já citado, a inserção destes sujeitos existe dentro da sociedade do capital e dentro do mercado, contudo, sua dependência em relação a este é muito menor que a de um morador da cidade, por exemplo, como se pode evidenciar na fala do Faxinalense 7 e do Faxinalense 3 (p. 127), a pouco citados.

Tanto Ploeg (2009, p. 287-290) quanto James Scott (1985; 1990) demonstram como a resistência é o motor de busca por autonomia e pela manutenção da autonomia, e como a autonomia é também, gerada da resistência. Logo, resistir e ser autônomo é um processo dialético e interdependente. Tal resistência se dá de maneira espontânea, muitas vezes visto tal processo, porém os processos organizados de luta também são muito presentes.

Essa resistência se dá em ações cotidianas, outras vezes esporádicas e ainda, variando de coletivas a individuais, mas sempre com um mesmo norte. Seja na horta para o consumo familiar, seja no porco criado solto, seja na produção tradicional de embutidos, legitimados, além das leis que garantem a reprodução tradicional das práticas destes sujeitos também é legitimada no

próprio acordo comunitário⁵⁵, o uso de mão de obra de vizinhos para melhorias em cercas, ajuda na horta e na plantação, enfim, diversos processos que se dão de maneira não mercantilizada e que em si mesmo se apresentam como processos autônomos e de resistência. Processos esses que retomam fôlego com o fortalecimento da identidade faxinalense, seja através das reuniões da APF, seja pela resistência dos sujeitos a seus antagonistas, seja pelo laços reatados pela feira, como trabalhado no capítulo 2.

Assim sendo, estas práticas, como as apresentadas no capítulo 1º, as quais constroem a identidade e o território faxinalense acabam por resultar em processos que fazem a autonomia funcionar e se manter no cotidiano destes sujeitos. Como Scott (1990) levanta, são práticas de resistência silenciosa e que não são entendidas pelos sujeitos que a fazem, muitas vezes, como resistência, mas apenas como seu modo de vida. Portanto, o modo de vida destes já é, em essência, gérmen de resistência e conseqüentemente de autonomia, como se pode ver acima. Esse modo de vida entra em conflito com aquilo que foi levantado ao longo do trabalho, dentre outros motivos, porque os processos de granjas, do agronegócio, do monocultivo arbóreo, das chácaras e chacreiros, os antagonistas dos faxinalenses, ferem a autonomia de pensar, agir, ser, viver e (re)produzir.

As práticas faxinalenses da criação solta, da relação de compadrio e vizinhança fortíssima, o uso de uma horta para o autossustento, a manutenção da mata através de seu manejo além do uso comum da terra são práticas que são cotidianas para os faxinalenses e que são, diversas vezes, práticas de resistência que passam despercebidas como tal para os mesmos. Kazinierz Dobrowolski (1979, p.261) retrata como a cultura camponesa tradicional é solapada por definições que as colocam como atrasada, sendo que a mesma é na realidade apenas diferente da cultura de massa da sociedade do capital e tem atrelada a si um grau de autonomismo muito grande. Conseqüentemente, ainda segundo Dobrowolski, tais práticas e modelos de vida e reprodução se

⁵⁵ Artigo 15º - É costume tradicional desta comunidade, além da criação dos animais mencionados a cima e de animais domésticos, também o consumo daqueles, além de fazer embutidos, defumados, para o consumo das famílias e da comunidade, fazendo o abate em suas propriedades com total higiene de nosso costume, pode ser ao ar livre sem restrições, por nós auto-definimos comunidade tradicional e garantindo os nossos costumes em leis abaixo mencionadas. (ACORDO, 2001, p.4)

tornam resistência, uma vez que vai contra a incorporação, muitas vezes forçada, desta cultura a uma uniformidade cultural, a uniformidade cultural do capital.

O resistir faxinalense e sua autonomia são expressos através destas práticas. Indo na linha de Castoriadis (2010[1975]) a autonomia faxinalense é a luta pela manutenção e uso de sua consciência em detrimento de sua inconsciência, é a luta pela manutenção e uso de seus discursos e práticas ao invés das práticas impostas pelo Outro (a sociedade do capital nas figuras do antagonistas dos faxinalenses, o chacreiro, o agronegócio do monocultivo arbóreo) e do acordo com o discurso deste Outro. Indo além, novamente com Castoriadis (1991; 1992), a autonomia faxinalense é regrada e delimitada por acordos construídos por estes sujeitos, a partir destes sujeitos e para estes sujeitos. Contudo, de modo algum, isso acaba por sobrepor o que o Outro pensa ou faz, é uma resistência sim, mas não é, e não pode ser de modo algum, uma desconsideração total pelo outro, uma vez que isto é o caminho para a intolerância e o totalitarismo. Ou seja, como já citado, o acordo é construído pelo consenso dos sujeitos, e não pela unanimidade, ele é construído pelo conjunto, não é imposto por uma parcela de faxinalenses *iluminados* pelo saber e pela justiça, como se nota no início do acordo comunitário:

(...) com a presença de 60 moradores abaixo assinados para elaborar acordos de convivência em comunidade, em conformidade com o modo tradicional de vida faxinalense, constituindo o presente Acordo Comunitário, (...) tendo-se em conta a preocupação da continuidade e fortalecimento da cultura faxinalense com suas praticas sócias tradicionais no uso comum da terra para sua reprodução física social e cultural, existente a mais de 200 (duzentos) anos nas localidades autodenominandas e reconhecidas como “Faxinal Meleiro”, “Faxinal da Pedra Preta” e “Faxinal do Espigão das Antas” (...) (ACORDO, 2011, p.1)

O que diferencia o modo de resistência faxinalense é também seu modo de produção espacial. Como já apresentado, o faxinalense produz o espaço de modo diferenciado, no sentido que Soja (1996) dá a esta expressão ao tratar de sujeitos marginalizados. Assim sendo, a resistência faxinalense é expressa também em sua identidade e em seu território. Seguindo Woortmann (1987) e atestando o que o mesmo retrata, os sujeitos da pesquisa buscam

manter os laços de compadrio e laços de amizade e familiaridade em suas relações e isso se exprime no espaço. Ou seja, a produção que estes fazem do espaço não segue a lógica do capital, não é uma produção capitalista do espaço seguindo o conceito de Harvey (2003, 2005), mas sim uma produção diferenciada do espaço, que segue padrões próprios, especialmente a ordem moral campesina da família (WOORTMANN, 1987), a questão da autonomia relativa e a busca da sobrevivência e não somente a do lucro, mesmo que este não esteja fora.

Como citado anteriormente, a face do capital que desagrega a autonomia faxinalense não é somente uma, mas sim diversa e complexa. Uma delas é a da colonialidade do saber. Isso está embrenhado com a questão da terra e do território. A questão da discriminação que sofrem os faxinalenses, sujeitos contra o desenvolvimento, que já tem a terra e poderiam ajudar no desenvolvimento do país, segundo seus antagonistas, liga a questão da manutenção de seu território de vida, que engloba não só a produção, mas sim toda uma pluridimensionalidade que vai desde a cultura, a sociabilidade, a ligação com a natureza, seu modo de produzir, ou seja, todos os elementos da vida.

4.2 Terra e Território: os avanços do capital e a colonialidade do saber.

Os povos e comunidades tradicionais tem crescido sua participação tanto nos estudos acadêmicos quanto suas próprias lutas, trazendo a tona novos problemas e conflitos existentes no meio agrário brasileiro, os quais ainda não estavam sob os holofotes, assim sendo:

Até recentemente, a diversidade fundiária do Brasil foi pouco conhecida no país e, mais ainda, pouco reconhecida oficialmente pelo Estado brasileiro. Ao incluir os diversos grupos não-camponeses na problemática fundiária – no que Bromley (1989) chama de uma “outra reforma agrária” –, a questão fundiária no Brasil vai além do tema de redistribuição de terras e se torna uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial. (LITTLE, 2002, p.2)

Frente a tal questão, os faxinalenses acabam por criarem condições para novas construções paradigmáticas, as quais vêm para acrescentar o já

rico viés da questão agrária, trazendo à tona problemáticas que não eram examinadas, como o caso das comunidades tradicionais enquanto atores contestadores da ordem vigente, a emergência do ponto da identidade como elemento marcante e o território como componente central da luta.

Os motes que tais povos e comunidades tradicionais citados por Little (2002) – sempre lembrando que os faxinalenses se reconhecem como tal – acabam por levantar são até certo ponto novos, inclusive não apresentados ou visibilizados. A luta por terra e território é a principal reivindicação destas comunidades, tendo, inclusive, parâmetros legais, ainda que muitas vezes falhos e omissos, como o a convenção 169 da OIT e o decreto presidencial 6040⁵⁶ para defender sua luta, uma vez que legitimam e legalizam a questão das terras tradicionalmente ocupadas.

Estes grupos que acabam por se erguer contra a colonização e exploração de seus lugares de vida através do capital, o qual busca extrair do território destes minérios, petróleo, gás, monoculturas de soja, pinus, eucáplito, pecuária para exportação, trazem em sua luta a bandeira da terra e do território, lutando pela reprodução de seus modos de vida particulares (MONTENEGRO GÓMEZ, 2010, p. 14). Para tanto, xetás, guaranis, kaingangs, faxinalenses, quilombolas, benzedores e benzedadeiras, pescadores artesanais, caiçaras, cipozeiras, religiosos de matriz africana e ilhéus, dentre outros grupos ainda não organizados, acabam por trazer toda a diversidade que vem sendo atacada por um modelo que busca uma homogeneização dos territórios onde estes vivem.

Little (2002, p. 7-9) mostra que tal luta encontra, logo destarte, a dificuldade de se entender a ideia de uma propriedade comum ou comunal das terras, uma vez que a lógica binária ocidental entende apenas a posse pública ou privada das mesmas, algo que não condiz com o meio dos povos e comunidades tradicionais, aonde se encaixam os faxinalenses.

Como já trabalhado, a luta por território está entrelaçada com a luta por autonomia e isso está embutido na questão que Little (IDEM) trabalha, uma vez que a construção territorial não segue parâmetros tipicamente capitalistas para

⁵⁶ Três anos após ratificar a convenção, o Estado brasileiro em 7 de fevereiro de 2007, no decreto número 6040, o qual instituí uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável Para Povos e Comunidades Tradicionais.

o uso da terra, a lógica binária de uso do solo, ou totalmente individual ou totalmente coletivo, mas segue uma lógica própria destes sujeitos, o que gera conflitos. A face da colonização do saber é importante para entender este conflito.

Durante toda sua obra *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places* (1996) Edward Soja foca nos pontos da diferença e da margem (sujeitos da margem, marginalizados) e foca igualmente nestas construções diferenciadas do espaço. Como citado anteriormente, outros saberes e lógicas regem estas construções as quais não são estritamente ligadas à economia ou ao mercado. Discorrendo sobre outra autora de codinome bell hooks⁵⁷, Soja (IDEM, p.84-86) ressalta que, apesar de não ter meramente caráter econômico, tais construções espaciais da margem não podem ser resumidas a meros levantamentos culturais, como se pode notar ao longo dos capítulos anteriores, uma vez que a construção espacial destes sujeitos é pluridimensional. Concordando com a autora, Soja enumera que antes de tudo, tais sujeitos estão embebidos politicamente em suas lutas e que a cultura é apenas uma das diversas facetas que constituem sua identidade diferenciada. Indo além, Soja traz um recorte de bell hooks sobre a importância e o papel desta produção diferenciada do espaço:

Foi essa marginalidade que eu nomeio como local central para a produção de um discurso contra-hegemônico que não fosse somente palavras, mas sim hábitos e maneiras de viver(...) Entender marginalidade como uma posição e lugar de resistência é crucial para as pessoas oprimidas, exploradas e colonizadas. Se nós somente vemos a margem como um símbolo, marcando a condição de nossa dor e privação, então certamente desesperança e desespero, um profundo niilismo penetra de um modo destrutivo(...) A mensagem de este espaço na margem é que este é um sítio de criatividade e poder, este espaço inclusivo onde nós recuperamos nós mesmos, aonde nós nos movemos em solidariedade para apagar a categoria colonizador/colonizado. Marginalidade é o espaço da resistência.⁵⁸ (HOOKS, 1990, p.152 apud SOJA, 1996, p.98).

⁵⁷ Intencionalmente em letras minúsculas. Gloria Jean Watkins. Pensadora estadunidense.

⁵⁸ Original: It was this marginality that I was naming as a central location for the production of a counter-hegemonic discourse that is not Just found in words but in habits of being and the way one lives.(...)

Understanding marginality as position and place of resistance is crucial for oppressed, exploited, colonized people. If we only view the margin as a sign, marking the condition

Portando, o território faxinalense é uma porção do espaço que ficou à margem durante certo tempo na dinâmica da expansão geográfica do capital e que agora toma importância e vira alvo deste avanço desenfreado. Como Soja e seus referenciais trabalham, estes espaços marginalizados são espaços de resistência, espaços que são dotados de uma autonomia relativa nos moldes que Castoriadis (2010[1975]) e Mendras (1978) elencam. Estes territórios resistem a isso que hooks chama de colonialidade, face da expansão do capital, que apaga seu passado e busca invisibilizar ainda mais estes sujeitos.

Isto vai ao encontro de falas de faxinalenses, e do que é possível notar na construção territorial destes sujeitos. A solidariedade faxinalense salta aos olhos, é notável para o sujeito que vem de fora, e, muitas vezes, através de um pensar já enviesado pelas lógicas coloniais de seu saber, tais sujeitos tratam isto como um atraso, algo a ser superado. Como exemplar é a cerca próxima das casas dos faxinalenses, os quais não cercam toda sua área de direito. Isto é uma afronta ao pensar ocidental, que, novamente, como Little (2002) cita, não entende a racionalidade destes sujeitos no que tange seu uso do solo (FIGURA 27).

of our pain and deprivation, then certain hopelessness and despair, a deep nihilism penetrates in a destructive way(...)

A message from that space in the margin that is a site of creativity and power, that inclusive space where we recover ourselves, where we move in solidarity to erase the category colonizer/colonized. Marginality is the space of resistance. (HOOKS, 1990, p.152 apud SOJA, 1996, p.98)

Figura 27: Ao fundo, pequena cerca no entorno da casa de sujeito faxinalense



Fonte: Autor, 2013

Em face de tal questão, a expansão do capital como geradora de conflitos e destruidora de culturas diferenciadas do modelo societário do capitalismo, visto como colonialidade, Escobar (2005, p. 136-197) trata como este modelo nega estas culturas através da negação do lugar, mais especificamente, a negação de territórios, buscando assim uma homogeneização dos mesmos a qual visa a melhor expansão e sobrevivência do modelo capitalista. Isso se dá, pois o capitalismo vê todas as outras realidades, nas quais se encaixam os faxinalenses, como opostas, subservientes a ele mesmo ou integrantes a ele, nunca levando em conta a possibilidade de estes modelos serem fontes de diferenciação significativa (ESCOBAR, 2005, p. 148).

Ainda sobre esta temática, o desenvolvimento é uma face da colonialidade que tomou ao passar dos anos um força tão grande no discurso que, aqueles que não concordam com o modelo hegemônico devem se enquadrar dentro do próprio e buscar uma solução para conseguirem se desenvolver, como Escobar (2010, p.37) informa. Ou seja, os modos

diferenciados de se viver e produzir são execrados e as mazelas que são na realidade causadas pelo desenvolvimento (QUIJANO, 2000) são consideradas como um mal, um subdesenvolvimento, uma má gestão dos recursos ou uma falta de parâmetros sociais em detrimento dos econômicos (ESCRIBANO, 2005, p. 26-30). Sobre isto, Escobar fala:

(...) ciertas representaciones se vuelven dominantes y dan forma indeleble a los modos de imaginar la realidad e interactuar con ella. El trabajo de Michel Foucault sobre la dinámica del discurso y del poder en la representación de la realidad social, en particular, ha contribuido a mostrar los mecanismos mediante los cuales un determinado orden de discurso produce unos modos permisibles de ser y pensar al tiempo que descalifica e incluso imposibilita otros. (ESCOBAR, 2010, p. 38)

Aplicando isto a nossa realidade, é notável a entrada de lógicas não faxinalenses que defrontam o modo de vida característico e próprio dos faxinalenses. Estes sujeitos e sua expressão espaço-territorial, o faxinal, são tratados como atrasados, como relictos de um modelo antigo de produção rural o qual esta fadado ao fim, como já se apresentou em estudos sobre os mesmos como o de Chang (1988). O desenvolvimento é uma das expressões da modernidade, entendendo a modernidade como uma face da moeda, a qual tem em seu outro lado a colonialidade (QUIJANO, 2000, 82), sendo os dois indissociáveis e agindo de modo dialético, a modernidade só é possível graças à colonialidade, graças a imposições aos sujeitos não hegemônicos os quais acabam sendo os pilares de sustentação do outro lado da moeda e o desenvolvimento é um produto da modernidade, a qual cria um modo de expandir o capital gerando o menor atrito possível.

Os faxinalenses, como já levantado, sempre enumeram a falta de respeito e discriminação que sofrem por parte de sujeitos já totalmente inseridos no modelo do capital, como os chacreiros, ou pelos agentes do capital, como os da empresa de MDF que lhes instiga a plantar pinus ou eucalipto. Este ponto é, justamente, a tentativa de desarticular estes sujeitos por dentro, colonizar seu pensar e seu agir para conseguirem acabar com a resistência, com a resistência faxinalense.

O que é importante ressaltar é a importância vital do território enquanto condição e reivindicação destas comunidades, e a consideração do Estado

perante suas reivindicações ou ainda o simples reconhecimento do governo da existência destas comunidades já seria um grande passo frente às agressões que estes sofrem perante ao capital.

Com isso ganham sentido as reivindicações e lutas dos faxinalenses, apresentadas através da APF, como os próprios mencionam na carta final do 3º Encontro:

Vimos denunciar a burocracia e conseqüente demora nos processos de titulação de terras e reconhecimento da auto-definição dos povos pelos órgãos responsáveis; a desterritorialização de áreas tradicionalmente ocupadas; o desrespeito a utilização sustentável de recursos naturais; o não direcionamento de políticas públicas adequadas às diferentes realidades nas comunidades; a invisibilidade destas comunidades perante as autoridades públicas responsáveis pelas garantias de seus direitos, como Poder Judiciário, Ministério Público e Delegacias de Polícia; dentre outros problemas (...)Solicitamos aos poderes constituídos o reconhecimento dos nossos direitos, de reproduzirmos nossa cultura e a demarcação urgente de nossos territórios, segundo o que rege o ordenamento judiciário nacional e normas internacionais de respeito e garantias dos Povos e Comunidades Tradicionais, conquistadas por nossas lutas ao longo das últimas décadas, mas que até o presente momento não se efetivou (IDEM, 2009b, p. 10)

Esta lógica que destrói e desagrega é combatida por estes sujeitos através de seu movimento social, a APF, mas, como já visto, suas práticas internas acabam por criar uma resistência diferenciada, que está atrelada à própria identidade e territorialidade destes. O que estes sujeitos criam de novo é que, eles mesmos estão se construindo enquanto sujeitos críticos, políticos, culturais e até mesmo teóricos (ZIBECHI, 2008, p.135).

Ainda sobre o mesmo ponto, é importante ressaltar o que Carlos Walter Porto-Gonçalves (2008) traz ao tratar da importância dos territórios para estes sujeitos ditos novos na América Latina. O que antes era tratado como terra, como elemento meramente produtivo ganha novas formas, formas que se alinham com a possibilidade de emancipação dos sujeitos detentores e construtores destes territórios. Suas racionalidades diferenciadas, as quais considera-se aqui como no caso faxinalense alinhadas com uma autonomia relativa, são racionalidades de sujeitos antes invisibilizados e que hoje constituem seus territórios como verdadeiros territórios de liberdade (PORTO-

GONÇALVES, 2008, p.158), territórios de autonomia, aonde suas lógicas conseguem existir e (re)existirem perante toda a conflituosidade que lhes é vista e vivida.

A ausência da luta por território, pela manutenção de práticas tradicionais (LITTLE,2002, p.2), não podem mais ficar de fora do entendimento da luta dos sujeitos do campo. Logo, indo de acordo com Montenegro Gómez (2010, p. 26), cabe destacar a urgência dos elementos tratados por estes povos, em especial os ambientais, territoriais e de um desenvolvimento rural desagregador e destruidor de territórios, trazendo assim para dentro do paradigma da questão agrária, o enlace de terra e território, como indispensável.

Para tanto, entender os processos de conflito são importantes, uma que estes são, muitas vezes, frutos tanto da colonialidade do saber, colonialidade do poder, como filhos também do sistema moderno, o qual é indissociável da expansão desenfreada do capital. Aníbal Quijano (2000, 2005a, 2005b) trata da colonialidade como resultado indissociável da modernidade e que gera, nos dias atuais, não mais um modelo colonial de repressão física e territorial, aonde um determinado país ou região vem a ser colônia de outro, acaba por refazer o modelo colonial, porém com novos traços. Em outras palavras, ainda segundo Quijano (2005b) esta colonialidade deixa invisível, seja no espectro social, econômico, cultural, o negro, o indígena, o campesino, ou seja, a maioria da população, aqueles que contudo, não seguem o modelo capitalista imposto, culturalmente branco e voltado para o lucro e o individualismo, como é visto e foi apresentado durante o trabalho. Logo, os conflitos são sim frutos da expansão do capital, e a perda da autonomia e conseqüentemente a desarticulação de seu território e identidade são resultados disso, entretanto, isto não se dá somente de modo avassalador e destrutivo no sentido físico da palavra, ou seja, através de grilagens, mortes, etc, ainda que as mesmas ocorram, o processo é ainda mais amplo e destruidor.

A modernidade, com seu par, a colonialidade, é, para Dussel (2005, p.64) um mito, se for levado em conta o que é construído como modernidade. Na realidade esta é um processo aonde uma civilização, ou um modelo civilizatório é posto como superior aos outros existentes e deve ser seguido, e

os que não o seguem, ou o fazem de modo errado (seguem a falácia do desenvolvimento, mas não se desenvolvem), são tratados como imaturos, atrasados, bárbaros, tudo isso ainda seguindo as palavras de Dussel, as quais vão ao encontro das de Carvalho (2012) que trata de como a discriminação e desrespeito para com os sujeitos do campo é gritante e cresce com o avanço destas lógicas do capital, portanto, lógicas coloniais.

Considerando isto tudo, os faxinalenses, que produzem o espaço de modo diferenciado, não estão totalmente inseridos no modelo capitalista vigente e que buscam a manutenção de sua autonomia (ainda que tal autonomia já seja parcial) são os bárbaros, os imaturos, os atrasados (DUSSEL, 2005) os monstros (NEGRI, 2006), os invisíveis (QUIJANO, 2005a) para o modelo capitalista de produção, contudo, sua luta pela manutenção de sua autonomia remete à ideia de resistência.

Ou seja, na essência, a luta faxinalense não é somente por terra, visto que esta é atrelada somente ao ideal produtivo, como corrobora Sérgio Sauer (2010), mas também ao território, o qual é, como cita Saquet (2011), pluridimensional e portanto, tem em seu âmago tanto questões produtivas quanto identitárias, ligadas a cultura, política, sociabilidade, natureza e ambiente, ampliando o horizonte da defesa e luta destes sujeitos. Não adianta a manutenção das terras nas mãos dos faxinalenses se os mesmos perdem sua autonomia relativa, ficam presos nas mãos de atravessadores⁵⁹, dependentes e presos a créditos bancários, reféns de políticas de investimento privadas, atrelados a cooperativas e assim por diante. Os próprios faxinalenses se defendem, citando que querem sim visibilidade e políticas públicas, mas estas não podem, de modo algum, ferir sua liberdade de pensar e agir, produzir e ser faxinalense, como o Faxinalense 13 (2012) cita:

É mei jeito, é o nosso jeito, é o nosso modo. Sempre tem que ter o pé atrais com o que vem de fora, com os crédito, já sofremo no fumo até uns 10 ano atrás, agora somo ressabiado, é do nosso jeito, se não perde a liberdade de trabaiair e viver, né? Que que adianta ter o litro de chão mas não poder fazer as coisa do seu jeito nele, né?

⁵⁹ Dos quais já são dependentes até certo ponto para o comércio fora das comunidades.

Por fim, é importante entender que a questão de multiculturalidade, a qual, também, parte indissociável da colonialidade do saber, conseqüentemente, desarticuladora de lógicas que vão contra a lógica da sociedade do capital. Antes de tudo, tal conceito ou, para alguns, prática, é defendida como existente, porém, pouco vê além da territorialidade e cultura dos faxinalenses, e quando aparece, o lado faxinalense é tratado exatamente como a passagem a seguir relata:

(...) o racismo pós-moderno contemporâneo é um sintoma do capitalismo tardio multiculturalista e lança luz sobre a contradição própria do projeto ideológico liberal-democrático. A "tolerância" liberal permite ao Outro folclórico, privado de sua substância (como a multiplicidade de "comidas étnicas" em uma megalópole contemporânea), porém denuncia a qualquer Outro "real" por seu fundamentalismo, dado que o núcleo da Alteridade está na regulação de seu gozo: o "Outro real" é por definição "patriarcal", "violento", jamais é o Outro da sabedoria heterogênea e dos costumes encantadores. Um é tentado aqui à reatualizar a velha noção marcuseana de "tolerância repressiva", considerando agora como a tolerância do Outro em sua forma aséptica, benigna, e que exclui a dimensão do Real do gozo do Outro⁶⁰ (ZIZEK, 1998, p. 13, tradução nossa)

Fica evidente como o tratamento dado ao faxinalense se encaixa nesta apresentação, como já trabalhado por outros autores, em especial Carvalho (2012) uma vez que esta população é tratada normalmente como atrasada, contudo, em conjunto com o lado discriminatório, adentra a questão do lado folclórico, uma vez que as práticas faxinalenses seriam bonitas, lúdicas, ignorando que estas práticas, antes de tudo, são práticas de vida, que constroem no cotidiano sua identidade e seu território, ambos, portanto, em movimento. Logo, isto se dá de modo a ser uma tolerância repressiva e racista, ou seja, se tolera os costumes 'bonitos', propriamente folclóricos e nada mais.

(...)A forma ideal de ideologia deste capitalismo global é o multiculturalismo, a atitude que – desde uma certa posição

⁶⁰ Original: (...) el racismo posmoderno contemporáneo es el *síntoma* del capitalismo tardío multiculturalista, y echa luz sobre la contradicción propia del proyecto ideológico liberal-democrático. La "tolerancia" liberal excusa al Otro folclórico, privado de su sustancia (como la multiplicidad de "comidas étnicas" en una megalópolis contemporánea), pero denuncia a cualquier Otro "real" por su "fundamentalismo", dado que el núcleo de la Otredad está en la regulación de su goce: el "Otro real" es por definición "patriarcal", "violento", jamás es el Otro de la sabiduría etérea y las costumbres encantadoras. Uno se ve tentado aquí a reactualizar la vieja noción marcuseana de "tolerancia represiva", considerándola ahora como la tolerancia del Otro en su forma aséptica, benigna, lo que forcluye la dimensión de lo Real del goce del Otro

global vazia – trata cada cultura local como o colonizador trata povos colonizados: como "nativos", cuja maioria deve ser estudada e “respeitada” cuidadosamente (...) existe uma distancia eurocentrista condescendente e/ou respeitosa para com as culturas locais, sem elencar raízes em nenhuma cultura em particular. Em outras palavras, o multiculturalismo é uma forma de racismo negado, invertido, auto-referencial, um racismo "com distância": "respeita-se" a identidade do outro, concebendo-o como uma comunidade "autêntica" fechada, para que ele, o multiculturalista mantém uma distância que é possível graças à sua posição privilegiada universal. Multiculturalismo é um racismo que esvazia a sua posição de todo o conteúdo positivo (o multiculturalismo não é diretamente racista, não se opõe ao Outro os valores particulares de sua cultura), mas igualmente mantém esta posição como um ponto privilegiado de universalidade vazia, a partir do qual um pode apreciar (ou depreciar) adequadamente outras culturas particulares: o respeito multiculturalista pela especificidade do Outro é precisamente a maneira de afirmar a sua própria superioridade.⁶¹ (IDEM, p. 22, tradução nossa)

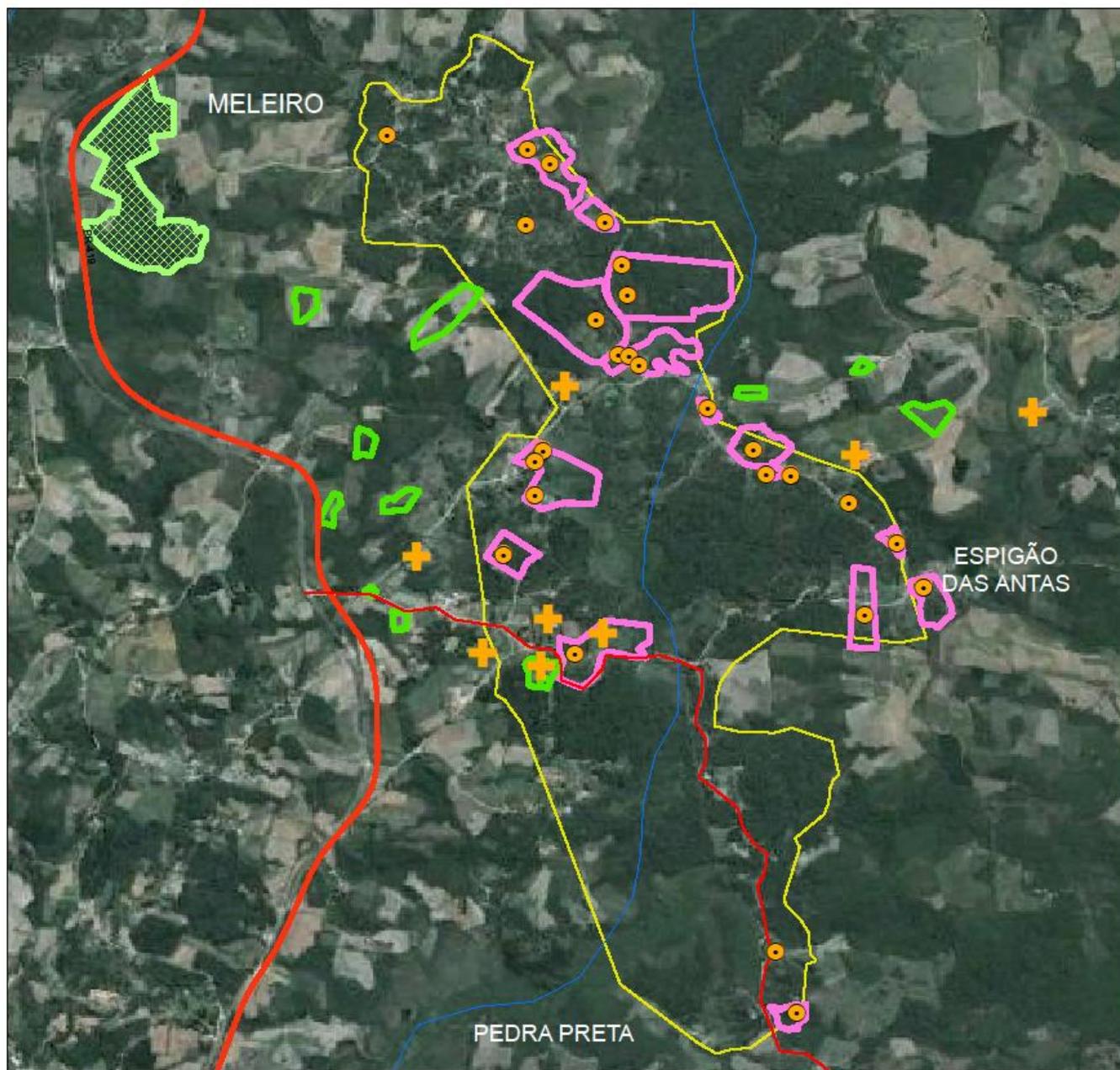
Assim sendo, se pode considerar tais fatos como ligados a questão da invenção do outro, do diferente, por parte desta sociedade do capital, sociedade que coloniza o saber destes sujeitos. O pensador Castro-Gómez (2008) elenca que o outro passa a ser ou folclórico ou atrasado. Considera-se aqui, portanto, que a luta faxinalense não é, nem de perto, uma luta pela manutenção do arcaísmo. Não se considera suas práticas arcaicas, atrasadas e que devem ser mantidas somente como um *folclorismo*. As práticas faxinalenses são, antes de tudo, práticas diferenciadas sim, mas que seguem paralelamente espaço-tempo das lógicas do capital, não são atrasadas, são práticas de vida que estão em movimento constante, como já apresentado.

⁶¹ Original (...) la forma ideal de la ideología de este capitalismo global es la del multiculturalismo, esa actitud que -desde una suerte de posición global vacía- trata a cada cultura local como el colonizador trata al pueblo colonizado: como "nativos", cuya mayoría debe ser estudiada y "respetada" cuidadosamente. (...) existe una distancia eurocentrista condescendiente y/o respetuosa para con las culturas locales, sin echar raíces en ninguna cultura en particular. En otras palabras, el multiculturalismo es una forma de racismo negado, invertido, autorreferencial, un "racismo con distancia": "respeto" la identidad del Otro, concibiendo a éste como una comunidad "auténtica" cerrada, hacia la cual él, el multiculturalista, mantiene una distancia que se hace posible gracias a su posición universal privilegiada. El multiculturalismo es un racismo que vacía su posición de todo contenido positivo (el multiculturalismo no es directamente racista, no opone al Otro los valores *particulares* de su propia cultura), pero igualmente mantiene esta posición como un privilegiado *punto vacío de universalidad*, desde el cual uno puede apreciar (y depreciar) adecuadamente las otras culturas particulares: el respeto multiculturalista por la especificidad del Otro es precisamente la forma de reafirmar la propia superioridad (ZIZEK, 1998, p.22)

Sobre a colonialidade no espaço rural, a mesma é muito bem tratada por Brandenburg (2010). O autor retrata que a expansão do capital não reconhece e nem pode reconhecer as práticas que não lhe são benéficas, ou seja, práticas como as dos faxinalenses e sua autonomia de ser e viver e sua produção diferenciada do espaço, como problemas e, para solucioná-los aplica em tais lugares justamente o que Escobar (2005) alude, ou seja, um total desprezo para com estas práticas e processos.

Ainda Brandenburg (2010) relata como se coloniza o pensar dos sujeitos do campo para retirar destes suas práticas, sua cultura, seu modo de vida e, como consequência, seu território e sua identidade, as quais são atreladas a uma resistência, a qual é muitas vezes desapercibida por estes sujeitos, justamente como já levantado a partir de Scott (1990). A luta faxinalense, sua identidade, seu território é construído indo contra este processo, como uma racionalidade contra-hegemônica. Os conflitos no que tocam a autonomia relativa destes sujeitos, portanto, tocam tanto em aspectos materiais como em aspectos imateriais.

Entende-se, portanto, que as lógicas faxinalenses são lógicas de resistência, seja ela subentendida na própria racionalidade destes sujeitos ou em atos práticos como os feitos pela APF. As comunidades do Espigão das Antas, Pedra Preta e Meleiro têm em sua constituição territorial a identidade destes sujeitos. A identidade e o território faxinalense são, portanto, marcados pelo conflito e pelas resistências, deste modo, é possível mapear seu território a partir de lógicas antagônicas e lógicas de resistência e autonomia, como se marca a seguir no Mapa 6.



MAPA 6
 SÍNTESE DOS CONFLITOS
 NAS COMUNIDADES
 FAXINALENSES
 DO ESPIGÃO DAS ANTAS,
 MELEIRO E PEDRA PRETA.
 MANDIRITUBA - PR



S
 UTM
 22 S



ESCALA
 1:16.500



Legenda

- Granjas
- Chácaras
- Estradas Secundárias
- PR 419
- Hidrografia
- Pinus - Terra não faxinalense
- Eucalipto - terra arrendada
- Perímetro das Chácaras
- Perímetro do Faxinal

Organização: Juliana Rodrigues Cordeiro
 Fontes: Imagem de satélite: Google Earth, 2006
 Hidrografia: ITCG, 2010
 Estradas: SEMA, 2010

O Mapa 6 traz em conjuntos todos os conflitos trabalhos nos diversos mapas durante todo o decorrer do trabalho. É evidenciado nele como se territorializam as práticas contrárias à autonomia faxinalense. As chácaras, as granjas, os monocultivos arbóreos ferem profundamente o território de vida dos sujeitos faxinalenses. É possível notar como a presença destes elementos conflituosos se dá em toda a porção do criadouro comunitário e como o mesmo se espalha pelas terras de planta, conseguindo ser presente em toda a área de terras de faxinais, influenciando pesadamente na vida dos sujeitos da comunidades Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta. As porções de terra situadas nas terras de uso comum não marcadas são aonde se dão as práticas de autonomia, vida, cultura, política, sociabilidade e economia a partir dos parâmetros identitários e territoriais construídos pelos faxinalenses, contudo, é evidente que o entorno com a presença maciça de porções de terra conflituosas faz com que tais práticas emancipatórias sejam afetadas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NAS COMUNIDADES FAXINALENSES DO ESPIGÃO DAS ANTAS, PEDRA PRETA E MELEIRO:

A pesquisa, baseada nos conflitos, resistências e na autonomia relativa dos sujeitos faxinalenses, acabou por centrar sua análise nos conflitos com o agronegócio, nas figuras das granjas e do monocultivo de pinus e eucalipto, e nos conflitos materiais e imateriais com os chacreiros, isso tudo com a questão da autonomia atravessando tais temáticas. Por isso, se fez vital o levantamento destes conflitos profundamente.

Todavia, para entender os conflitos, suas origens e seus desdobramentos, se fez necessário entender as práticas faxinalenses, seu modo de vida, a construção cotidiana de sua identidade e a sua luta pela manutenção de seu território de vida. A proximidade com a cidade de Curitiba faz com que os faxinalenses das comunidades Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta tenham particularidades muito marcadas, que fazem que cada comunidade faxinalense seja, realmente, diferente das outras em certos aspectos, como foi apresentado no capítulo 2.

As particularidades faxinalenses alcançam o nível de diferenciação também em sua paisagem. A maior presença da mata de araucária dentro do criadouro comunitário é muito marcante, sendo destaque na paisagem, o que intriga ao primeiro olhar. Diferentemente do que o senso comum e a corrente preservacionista, que vê o homem como uma ameaça a natureza, defendem, dentro do território faxinalense é a presença do homem que faz com que exista a floresta e que esta esteja em constante movimento e uso, sendo renovada naturalmente ou por ação dos sujeitos, mas mesmo assim permaneça de pé.

Ainda que os conflitos que se focaram sejam importantes, não se podem deixar de lado os diversos outros conflitos também existentes. Seja o descaso do poder público, as políticas públicas ineficientes ou de difícil acesso, a dificuldade de gerar renda, falta de apoio na produção. A diversidade de conflitos gera um emaranhado complexo para a luta e resistência faxinalense, a qual necessita atuar em diversas frentes.

Apesar de que o panorama conflituoso possa gerar desânimo ao primeiro olhar, é este mesmo que acaba por aumentar o movimento e a força na construção da identidade faxinalense. Seja através da APF ou dos próprios

sujeitos faxinalenses que autonomamente reforçam e (re)constróem sua identidade, esses conflitos possuem papel chave nestas questões. Ao chegar a um ponto em que as pressões conflituosas passaram a serem quase insustentáveis, os faxinalenses optaram por fortalecer sua identidade enquanto sujeitos de luta e resistência, os quais lutam não só por terra, mas também por território, um objetivo que mostra a pluralidade de situações das lutas dos sujeitos do campo, que passam a lutar não só pelo acesso ao meio de produção, mas também pela manutenção de suas práticas e de seus territórios, avançando assim contra o modelo hegemônico de modo muito incisivo.

Ao longo da pesquisa, iniciada em 2011, foi possível notar como o avanço do agronegócio do monocultivo arbóreo cresceu de maneira vertiginosa. No início, pouco se ouvia falar dos pinus e dos eucaliptos, porém, sua importância teve um salto significativo logo no início do ano de 2012, com uma verdadeira explosão de propostas novas para a plantação destes espécimes. O que parecia estável para os faxinalenses, uma vez que havia anos em que não surgiam novas plantações, se mostrou um conflito ainda vivo, que estava somente adormecido. Como se levantou no capítulo 3, a importância no estado do Paraná de madeira para lenha ainda é grande, contudo, o que se vê nos arredores das comunidades é o surgimento de diversas áreas de eucaliptos, além das propostas constantes para se plantar pinus.

Com base numa gama variada de autores, se buscou elencar de modo amplo e complexo a dinâmica dos conflitos selecionados, trazendo não só um ponto de vista dos mesmos, mas sim, vários, indo do imaterial ao material, do aspecto ambiental ao aspecto social e econômico, do viés da autonomia até o dos laços de solidariedade. Para tanto, se recorreu a trabalhos de diversas áreas, contudo, sempre na busca por situá-los dentro da Geografia, trabalhando muito com a questão territorial, entendida aqui como inseparável da construção identitária dos sujeitos.

O ponto da autonomia relativa foi sentida desde o início das entrevistas e visitas a campo e foi um passo vital para poder melhor explicar o impacto que estes conflitos causam para estes sujeitos. Na atualidade, o modelo hegemônico do capital impõe diversas maneiras de se expandir e por vezes, sem grandes movimentos bruscos, sem roubos de terra, mortes e ameaças,

como com a entrada do monocultivo arbóreo e das granjas. Porém, nestas duas faces de sua expansão, o capital leva sua lógica para dentro, acaba com a autonomia relativa dos faxinalenses a partir dos próprios sujeitos, os quais, de dentro de seus territórios, acabam por terem modificadas suas vidas e suas dinâmicas e até mesmo o próprio território, que deixa de ser um espaço de vida e autonomia para se tornar uma prisão e um espaço de trabalho subordinado.

A negação dos saberes tradicionais por parte da sociedade do capital, do modelo hegemônico, traz consigo estes conflitos todos. Suas marcas são deixadas tanto na identidade dos sujeitos quanto nos territórios dos mesmos, para tanto, os mapas se fazem vitais para o entendimento deste panorama trabalhado aqui. A relação de conflito, identidade e território é percebida muito a partir da espacialização dos conflitos, motrizes para a resistência.

Diante das questões trabalhadas se pode constatar que a luta destes sujeitos ganha força diariamente. O contato com a diversidade de sujeitos que constroem a gama de povos e comunidades tradicionais através da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, por exemplo, só faz com que os faxinalenses ganhem mais conhecimento, informação e força para suas demandas. Com uma identidade em constante movimento, estes sujeitos acabam por ser ponta de lança, ainda que por várias vezes sem saberem, da luta contra o sistema opressor que o modelo hegemônico tenta impor.

Ainda que atacados de diversas frentes, as possibilidades de resistência que estes sujeitos têm é imensa. Sua compreensão de que não adianta lutar somente pela manutenção de suas casas e suas terras, mas também pela manutenção de suas práticas políticas, culturais, sociais, econômicas e simbólicas os fortalecem como sujeitos importantes na luta pela vida e pela emancipação dos sujeitos. Tudo aquilo que se levantou sobre os sujeitos da margem, os invisibilizados, são constatações que saltam aos olhos durante as visitas às comunidades faxinalenses, durante as entrevistas, as narrativas e até mesmo em sua paisagem.

Toda a discriminação, preconceito, invisibilidade e desdém de todos seus antagonistas para estes indivíduos faz somente com que sua luta ganhe força, fique mais aguçada e tenha vigor maior, para dar sequência a uma luta que além de ser pela terra e pelo território, é pela autonomia e pela vida.

REFERÊNCIAS

ABRAF (Associação Brasileira De Produtores De Florestas Plantadas). **Anuário Estatístico da ABRAF – Ano Base 2010**. Disponível em <http://www.abraflor.org.br/estatisticas/ABRAF11/ABRAF11-BR.pdf> acesso em 11 de março de 2011.

ACORDO. **Acordo Comunitário dos Faxinais do Meleiro, Pedra Preta e Espigão das Antas do Município de Mandirituba/PR**. Faxinalenses, Mandirituba, 2011.

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. **Disputas territoriais e disputas cartográficas**. In: Cartografias Sociais e Território. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPPUR, 2008.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. São Paulo, Terra Livre, p. 25-39, 2003.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. **Conceito de terras tradicionalmente ocupadas (Palestra – Seminário Sobre Questões Indígenas)**, 2005. Disponível em: <<https://www.redeagu.agu.gov.br> >. Acesso em dez 2012.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de . **Quilombolas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Indígenas, Ciganos, Faxinaleses e Ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição**. Revista Proposta (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 29, n. 107/108, p. 25-38, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de . **Modos de produção e a relação com a natureza; conflitos socio ambientais, sustentabilidade e (ou) justiça ambiental**. In: Ambiens Sociedade Cooperativa. (Org.). Estado e lutas sociais: intervenções e disputas no território. Curitiba: Kairós, 2008

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, 2004

ANTUNES, Marcio Felini. **As Comunidades Rurais e seu Novo Significado como lugar a partir da introdução dos sistemas de produção integrada em Orleans – SC**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

APF, Articulação Puxirão do Povos Faxinalenses. **Cartilha do III ENCONTRO ESTADUAL DOS POVOS FAXINALENSES**. 2009.

ASSIS, Ana Luiza Arraes de Alencar. **Manejo Comunitário da Biodiversidade, Empoderamento e Conservação In Situ: Uma Comparação de Estudos de Caso no Brasil e na Índia** . Dissertação

(Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais, UFSC, Florianópolis. 2011.

BAGLI, Priscilla. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT, UNESP/PRES. Prudente, 2006.

BAGLI, Priscilla. **Rural e Urbano: Harmonia e Conflito na Cadência da Contradição.** In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Artur Magon. (Org.). Cidade e Campo - Relações e Contradições entre Urbano e Rural. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010

BARRETO, M. ; SAHR, C. L. L. . **A Expansão do Capital Ervateiro e o Modo Faxinalense de Produção no Município de Rebouças/PR.** In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2006, Rio de Janeiro. Anais do XVIII ENGA, 2006.

BELUSSO, Diane. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná.** Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2010.

BERTUSSI, Mayra Lafoz. **Liberdade para Criar: um estudo etnográfico sobre os sentidos da territorialidade tradicional e o criadouro comunitário em uma comunidade de faxinal no Paraná.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

BERNARDELLI, M. L. F. H. . **O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva - SP.** In: Maria Encarnação Beltrão Sposito; Arthur Magon Whitacker. (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BINSZTOK, Jacob. **Acumulação Flexível, Precarização e Empreendedorismo no Espaço Agrário Brasileiro.** In: SAQUET, M., SUZUKI, J. e MARAFON, G.. (Org.). Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011

BLOCH, Marc. **A terra e seus Homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Trad. COHEN, Ilka Stern. EDUSC, Bauru, 2001.**

BOMBARDI, Larissa Mies . **Geografia Agrária e Responsabilidade Social da Ciência.** Terra Livre, São Paulo, v. 21, p. 41-53, 2003.

BRACK, Paulo. **As monoculturas arbóreas e a biodiversidade.** 2007. Disponível em: http://www.inga.org.br/docs/monoculturas_e_a_biodiversidade.pdf. Acessado em 06-06-2012 Acesso 06 jun. 2012.

BRACK, P.; KINUPP, V. F.; SOBRAL; M. E. **Levantamento preliminar de espécies frutíferas de árvores e arbustos nativos com uso atual ou potencial do Rio Gande do Sul.** Revista Brasileira de Agroecologia. V. 2. n 1, p. 1779 – 1782 2007. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/seeragroecologia/ojs/viewissue.php?id=3>

BRANDENBRUG, Alfio. **A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores.** Revista Ruris, vol. 4. N. 1, março, 2010.

BRANDENBURG, A. **O movimento ecológico na agricultura: trajetória, contradições e perspectivas.** In Desenvolvimento e meio ambiente: caminhos da agricultura ecológica.N. 6. Jul/dez.2002

BOMBARDI, Larissa Mies . **Geografia Agrária e Responsabilidade Social da Clência.** Terra Livre, São Paulo, v. 21, p. 41-53, 2003.

BOURDIEU, Pierre. (org). **A miséria do mundo.** Rio de Janeiro: Vozes 1999.

BRUNO, Regina Angela Landim. . **Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X e Edur-UFRRJ, 2009

BUCKUP, Ludwig. **A importância das zonas de amortecimento.** IGRE, 2000 Disponível em: http://www.igre.org.br/conteudo_img/A%20import%C3%A2ncia%20das%20Zonas%20de%20Amortecimento.pdf Acessado em 05-06-2012.

CAMPOS, C. S. S. . **Campesinato autônomo: uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo.** Lutas & Resistências, v. I, p. 146-170, 2006.

CAPEL, Horacio. **Filosofia y ciencia em la geografia contemporânea.** Barcelona: Temas universitários, 1981.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato Contemporâneo como Modo de Produção e como Classe Social.** Boletim DATALUTA – Artigo do mês, maio de 2012. NERA, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo. 2012

CARVALHO, M. B. . **Geografia e complexidade.** Scripta Nova (Barcelona), Barcelona, v. 34, p. 1-43, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **Entrevista para Dominique Bolliger.** CNDP, França, Paris, 1992.

CASTORIADIS, Cornelius. **O socialismo do futuro.** In: Conferências de Porto Alegre. Prefeitura de Porto Alegre, 1992. Acessado em: 11/10/11 Disponível em: <http://caosmose.net/castoriadis/>

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição Imaginária da Sociedade**. Trad. REYNAUD, Guy. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010 [1975].

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Ciências Sociais, Violência Epistêmica e o Problema da “Invenção do Outro”**. In: CECEÑA, Ana Esther (org). Os desafios das emancipações em um contexto militarizado. Coleção Grupos de Trabalho – CLACSO. Expressão Popular, São Paulo, 2008.

CEPEDES. **Relatório de Pesquisa Diagnóstica da Situação Sócio-Econômica do Entorno da Fábrica de Celulose na Microrregião de Eunápolis**. Eunápolis, 2005

CERQUEIRA NETTO, S. P. G. ; SILVA, S. C. B. M. . **Eucaliptização: um processo de especialização do Extremo Sul da Bahia?**. Campo - Território, v. 3, p. 85-108, 2008.

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1988. (Boletim técnico, 22).

CHAYANOV, ALEXANDER V. **The Theory Peasant Economy**. Editors: THORNER, Daniel; KERBLAY, Basile. REF: Smith. Homewood, Ill.: The American Economic Association, 1966.

CONCEIÇÃO, Edney. **Territorialidade da Avicultura de Corte na Bahia: o Sistema Integrado de Produção Avícola nos Municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira – BA**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em geografia, Instituto de Geociencias, UFBA, Salvador, 2007.

COSTA, Armando João Dalla. **O Grupo Sadia e a Produção Integrada. O Lugar do Agricultor no Complexo Agroindustrial**. Dissertação (mestrado). Curso de Mestrado em História do Brasil, Dep. História, UFPR, 1993.

DIAS, Célia Regina da Silva. **Geografia Histórica Ambiental: uma geografia das matas brasileiras**. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFF, Niterói, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **Repensando e Recriando as Formas de Apropriação Comum dos Espaços e Recursos Naturais**. IN: DIEGUES, A. C. S. (Org.) ; MOREIRA, A. C. C. (orgs) (Org.) . Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum. 1. ed. São Paulo: NUPAUB, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana; MOREIRA, André de Casto C. (orgs). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo, NUPAUB (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas brasileiras) – USP, 2001.

DOBROWOLSKI , Kazinierz. **La cultura campesina tradicional**. In.: SHANIN, Teodor. *Campesinos y sociedades campesinas*. Ciudad Del Mexico. El Trimestre Económico. Fondo de Cultura Económica. 1979.

DOMINGOS NETO, M. . **O “Novo” Mundo Rural**. In: MARTINS, M. D. (Org.). *O banco mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: VIRAMUNDO. 2004.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In: LANDER, Edgardo (org.) **A Colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Buenos Aires, 2005.

ENDLICH, A. M. . **Perspectivas sobre o urbano e o rural**. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito; Arthur M. Whitacker. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010

Escobar, Arturo. **El “postdesarrollo” como concepto y práctica social**. En Daniel Mato (coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.) **A Colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Buenos Aires, 2005.

ESCOBAR, Arturo. **Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales**. Lima, 2010.

FABRINI, J. E. . **A escala da luta e resistência camponesa**. Geosul (UFSC), Florianópolis/SC, v. 21, n.42, p. 63-92, 2006.

FEENY, David; BERKES, Fikret; McCAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. **A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois**. In.: DIEGUES, Antonio Carlos Sant’ana; MOREIRA, André de Casto C. (orgs). *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. São Paulo, NUPAUB (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas brasileiras) – USP, 2001.

FERNANDES, B. M. **Delimitação conceitual de campesinato**. 2004. Disponível em: <www.mst.org.br/informativos>. Acesso em: jul. 2009.

FERNANDES, B. M. . **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito**

Santo. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FLORIANI, N. ; [CARVALHO, S. M.](#) ; [FLORIANI, D.](#) ; SILVA, A. I. P. ; STRACHULKI, J . **Modelos Híbridos de Agricultura em um Faxinal Paranaense: Confluência de Imaginários e de Saberes sobre Paisagens.** Geografia (Rio Claro. Impresso), v. 36, p. 221-236, 2011

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade.** Curso no Collège de France. Trad. GALVÃO, Maria Ermantina. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

FRANCO, A. M. S. ; DILLENBURG, L. R. . **Ajustes morfológicos e fisiológicos em plantas jovens de Araucaria angustifolia (Bertol.) Ktze em resposta ao sombreamento.** Hoehnea (São Paulo), v. 34, p. 135-144, 2007.

GERMANI, Guiomar Inez. . **A questão agrária na Bahia: Permanência e mudanças.** In: Francisco Mendonça, Cicilian Luiza Löwen Sahr e Márcia da Silva. (Org.). Espaço e Tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Espaço e Tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba (PR): ADEMAN, 2009.

GRZEBIELUKA, D. ; [LÖWEN SAHR, C.](#) **Comunidades de Faxinal e suas Dinâmicas Sócio-Espaciais: da Formação à Desagregação de uma Tradição no Município de Tibagi (PR) - Um Estudo sobre o Faxinal dos Empoçados.** Revista Geografar (UFPR), v. 4, p. 34-58, 2009.

GODOY, P. R. T. . **A Produção do Espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana.** Geosp, v. 23, p. 125-132, 2008.

GODOY, P. R. T. . **Uma Reflexão sobre a Produção do Espaço.** Estudos Geográficos (UNESP), Universidade Estadual Paulista, v. 2, p. 29-41, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HOBBSAWN, Eric. **Bandidos.** São Paulo, Editora Paz e Terra, 2010.

IBGE. **Geografia do Brasil. Região Sul.** Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IPARDES. **Base de Dados.** 2011

INOUE, M. T. ; PUTTON, Vagner . **Macropropagação de 12 espécies florestais da Floresta Ombrófila Mista.** Floresta (UFPR), v. 37, p. 55-61, 2007.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. **A entrevista narrativa.** BAUER, Martin; GASKELL, George: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002

KAUTSKY, Karl. A questão Agrária. **prefacio: ARAUJO, Marcos Poggi de; Trad.: MAAS, Otto Erich Walter.** Brasília, D.F.: Instituto Teotonio Vilela, 1998.

KIERNAN, Victor Gordon. **Private Property in History.** In.:Family and inheritance. Rural Society in Western Europe 1200-1800. Edited by GOODY, Jack; THIRSK, Joan; THOMPSON, Edward Palmer. London, New York, Melbourne. Cambridge University Press, 1979.

KROPOTKIN, Piotr. **Teoria e Método.** Seleção de Textos, São Paulo: AGB, nº13, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **A Re-Produção das Relações de Produção.** Publicações Escorpião. Cadernos O Homem e a Sociedade. Trad.: RIBEIRO, Antônio; AMARAL, M. Porto, Portugal, 1973

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** Trad. FRIAS, Rubens Eduardo. São Paulo, Editora Moraes, 1991

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropologia, Brasília, n. 322, 2002.

LÖWEN SAHR, C. L. . **Povos Tradicionais e Territórios sociais: Reflexões acerca dos povos e das terras de faxinal do Bioma da Mata com Araucária.** In: II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2005, Presidente Prudente. Anais, 2005.

MARQUES, M. I. M. . **O conceito de espaço rural em questão.** Terra Livre, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, 2002

MARTINS, Rubens Sanson. **Entre Jagunços e Posseiros.** Mimeo. Curitiba, 1986.

MAYER, N. **L'Entretien selon Pierre Bourdieu: analyse critique de La Misère du Monde.** Revue Française de Sociologie, XXXVI, p. 355-70, 1995.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas.** Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A Natureza.** Editora Martins Fontes, São Paulo, 2000.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade.** In: LANDER, Edgardo. (org.) A colonialidade do poder: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón . **Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina.** In: SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roselí Alves dos. (Org.). Geografia agrária, território e desenvolvimento. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010

NEGRI, Antonio. **El monstruo político. Vida desnuda y potencia.** IN.:GIORGI, Gabriel, RODRIGUEZ, Fermin. Ensayos sobre biopolítica: excesos de vida. Buenos Aires, Editora Paídos, 2007.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL. **Faxinalenses no Setor Sul – Paraná.** Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil. Série: Faxinalenses do Sul do Brasil. Coordenador, Alfredo Wagner Berno de Almeida et al. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. UEA Edições, 2011

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura e Indústria no Brasil.** Campo-Território: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

OLIVEIRA, A. U. . **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agraria.** Estudos Avançados, IEA/USP São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001

OLIVEIRA, A. U. **Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.** In: CARLOS, A. F. A. (Org). Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, p. 63-110, 2002.

OLIVEIRA, A. U. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI.** In. ____.; MARQUES, M. I. M. (Orgs). O campo no século XXI: território da vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra; Casa Amarela, p. 29-69, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo, FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** 2 edi, Atica, São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, Jelson. A cara-de-pau da silvicultura: destruição ambiental e violação aos direitos humanos. In: SYDOW, Evanize. MENDONÇA, Maria Luisa (org.). **Direitos Humanos no Brasil 2007 Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2007.**

OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de . **A incorporação do modo de vida urbano na região de fronteira do sul do território mato-grossense no início do séc. XX.** In: Maria Encarnação Beltrão Sposito; Arthur Magon Whitacker. (Org.). CIDADE E CAMPO: relações e contradições entre urbano e rural. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010

OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes e Resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais.** — 2a ed. — Brasília : OIT, 2005

PAULINO, E. T. ; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de . **A eficiência da produção camponesa no Brasil: estudo comparativo.** Terra Livre, v. 35, p. 17-34, 2010.

PELEGRINI, D. F. ; CLEPS JUNIOR, J. . **A Integração Agroindustrial no Triângulo Mineiro: a Rezende Alimentos.** Caminhos da Geografia (UFU. Online), Uberlândia (MG), v. 1, n.1, p. 27-38, 2000.

PLOEG, J. D. van der. **Sete teses sobre agricultura camponesa.** In: PETERSEN, P. (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, . p. 17-32. , 2009

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão Agrária.** 5ª ed. Editora Brasiliense, São Paulo, [1978] 2000.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios: A Experiência Latino-Americana e Caribenha.** . In: CECEÑA, Ana Esther (org). Os desafios das emancipações em um contexto militarizado. Coleção Grupos de Trabalho – CLACSO. Expressão Popular, São Paulo, 2008.

POLANYI, Karl. **La Gran Transformación. Los Orígenes Políticos y Económicos de Nuestro Tiempo.** Trad. SUÁREZ, Eduardo L. 2ª Ed. México, Fondo de Cultura Económica, 2003.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (org.) **A Colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** CLACSO, Buenos Aires, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Estudos Avançados, nº 55, São Paulo, 2005b.

RECLUS, Élisée. A Natureza da Geografia. IN: ANDRADE, Manuel Corrêa de (Org.). Élisée Reclus. São Paulo. Ed. Ática, 1985.

QUIJANO, Aníbal. **el Fantasma del Desarrollo en América Latina.** Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales, Vol. 6 Nº 2 (mayo-agosto), 2000.

ROCHA, Alberto Alves, BORITZA, Rita, ICHIKAWA, Selestina Silvia Hatsumi . **Os Conflitos Ocupacionais da Colonização de Assis Chateaubriand no Estado do Paraná.** In: Anais do 5º Encontro da Rede de Estudo Rurais. Desenvolvimento, Ruralidades e Ambientalização: paradigmas e atores em conflitos. Bélem, 2012.

RODERJAN, C. V.; GALVÃO, Franklin; KUNIYOSHI, Yoshiko Saito; HATSCHBACH, G.G. **As unidades fitogeográficas do Estado do Paraná.** Ciência & Ambiente, SANTA MARIA, v. 24, p.75-92, 2002.

SAHLINS, Marshall. **Esperando Foucault, ainda.** São Paulo: Cosac & Naify, 2004

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma abordagem territorial.** In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Org. SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Expressão Popular, São Paulo, 2009.

SAUER, Sérgio . **Mercado de terras: estrangeirização, disputas territoriais e ações governamentais no Brasil.** In: SAQUET, M., SUZUKI, J. e MARAFON, G.. (Org.). Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade. A reinvenção do campo brasileiro.** São Paulo, Expressão Popular, 2010

SAYAD, Abdelmalek. **A Maldição.** in: Bourdieu, P. (org). *A miséria do mundo.* Rio de Janeiro: Vozes 1999.

SEAB (Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento). **Panorama do Setor Florestal Paranaense.** Curitiba, 2011.

SILVA, Márcio da. **A Contribuição de Florestas de Araucária para a Sustentabilidade dos Sistemas Faxinais.** Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR. 2005.

SCOTT, James. **Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts.** New Haven and London, Yale University Press, 1985.

SCOTT, James. **Los Dominados y el Arte de La Resistencia. Discursos Ocultos.** Colección Problemas de México. México, Ediciones Era, 2004.

SCOTT, James. **Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance.** New Haven and London, Yale University Press, 1990.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOBARZO, Oscar. **O urbano e o rural em Henri Lefebvre.** In: Maria Encarnação Beltrão Sposito; Arthur Magon Whitacker. (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010

SOJA, Edward. **Postmetropólis: Estudios sobre las Ciudades y las Regiones**. Trad.: HENDEL, Verónica; CIFUENTES, Mónica. Edição Traficantes de Sueños, Madrid, 2008.

SOJA, Edward. **Thirdspace – a journeys to Los Angeles and other real and imagined places**. Oxford: Blackwell, 1996.

SOLÁ PÉREZ, Mercedes. **Comunidade Tradicional de Pescadores e Pescadoras Artesanais da Vila do Superagüi-PR na Disputa pela Vida: Conflitos e Resistências Territoriais frente à Implantação de Políticas Públicas de Desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor Ciências da Terra, UFPR. Curitiba, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R.L.. (Org.). Geografia: Conceitos e temas. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v. , p. 140-164.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **“Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Org. SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Expressão Popular, São Paulo, 2009

SOUZA, Roberto Martins. Fronteiras e passagens: A Construção da Identidade Faxinalenses. In: Anais do I Seminário Nacional Sociologia e Política. Curitiba, UFPR, 2009b.

SOUZA, Roberto Martins. **Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná**. In: Almeida, A.W.B. (Org.) ; SOUZA, R. M. (Org.) . Terra de Faxinais. 1. ed. Manaus: UEA, 2009.

STORTI, Irma. **As estratégias de existência camponesa entre os avicultores vinculados à copagril**. Dissertação (mestrado), Unioeste, Francisco Beltrão, 2011.

SUERTEGARAY, D. M. A. ; Morelli, L. A. . **Conflitos da silvicultura em áreas em processo de arenização. Sudoeste do Rio Grande do Sul**. In: Emília Moreira e Ivan Targino (Orgs).. (Org.). Desertificação, desenvolvimento sustentável e agricultura familiar. Recortes no Brasil, em Portugal e na África.. Desertificação, desenvolvimento sustentável e agricultura familiar. Recortes no Brasil, em Portugal e na África.. 1ed.João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB/MMA, 2010

TAVARES, L. A. **Campesinato e os faxinais do Paraná: terras de uso comum**. 2008. 751 f.Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 2008.

THEIS, I. M. . **Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual**. Novos Cadernos NAEA, v. 12, p. 241-252, 2009.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio . **O agrohídronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI**. Campo - Território, v. 5, p. 92-122, 2010.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio . **Reflexões sobre a práxis do trabalho e a necessidade da emancipação da classe trabalhadora**. Revista Pegada Eletrônica (Online), v. 9, p. 1-17, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum: Estudos sobre Cultura Popular Tradicional**. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores & Caçadores**. Trad. BOTTMAN, Denise. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1997.

VIA CAMPESINA. **Latifúndios dos Eucaliptos**. Rio Grande do Sul, 2006

WANDERLEY, Maria de Nazareth baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura e ruralidade**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da terra no Paraná Moderno**. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Conselho de Pesquisas, Departamento de História, nº 7, Curitiba, 1968

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Brasília: Hucitec: Editora da UnB, 1995.

WOORTMANN, Ellen F. e WOORTMANN, Klass. **O Trabalho da Terra: A Lógica e a Simbólica da Lavoura Camponesa**. Editora Universidade de Brasília, Brasília. 1997.

ZIBECHI, Raúl. **A emancipação como produção de vínculos**. In: CECEÑA, Ana Esther (org). Os desafios das emancipações em um contexto militarizado. Coleção Grupos de Trabalho – CLACSO. Expressão Popular, São Paulo, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. **Multiculturalismo o la lógica cultural del capitalismo multinacional**. In: Jameson, Fredric y Žižek, Slavoj: *Estudios Culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo*. Buenos Aires, Paidós, 1998, pp. 137-188.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, Depois Como Farsa**. Trad. MEDINA, Maria Beatriz de. São Paulo, Boitempo, 2011.

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. **Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização**. In: Desenvolvimento e conflitos ambientais. Andréa Zhouri & Klemens Larschefski (org.). Belo Horizonte, UFMG, p. 439-462, 2010.

ANEXOS

ACORDO COMUNITÁRIO DOS FAXINAIS DO MELEIRO, PEDRA PRETA E ESPIGÃO DAS ANTAS, no município de MANDIRITUBA/PR.

ATA da Assembléia Geral Extraordinária dos Faxinais do Meleiro, Pedra Preta e Espigão das Antas.

No dia do mês de de dois mil e dez (2010), reuniram-se os moradores em assembleia geral extraordinária na localidade Meleiro, às 20:00 horas com presença de (00) moradores abaixo assinados para elaborar acordos de convivência em comunidade, em conformidade com o modo tradicional de vida faxinalense, constituindo o presente Acordo Comunitário, amparado pela lei Estadual nº. 15.673, artigo 4º, tendo-se em conta a preocupação da continuidade e fortalecimento da cultura faxinalense com suas praticas sociais tradicionais no uso comum da terra para sua reprodução física social e cultural, existente a mais de 200 (duzentos) anos nas localidades autodenominadas e reconhecidas como “ Faxinal do Meleiro”, “Faxinal da Pedra Preta” e “Faxinal do Espigão das Antas”, ficou acordado por todos as disposições abaixo:

Título I – Do Conceito e Organização dos Faxinais.

Capítulo I – Disposições Preliminares

Art. 1º - Considera-se Faxinal, para os termos do presente acordo comunitário, o território tradicionalmente ocupado pelo grupo social autodenominado faxinalense.

Art. 2º - Os faxinais do Meleiro, Pedra Preta e Espigão das Antas, localizados na região metropolitana de Curitiba, no município de Mandirituba, reger-se-ão pelo contido no presente Acordo Comunitário.

elaborado, assinado e aprovado pelos cidadãos que moram nessas localidades, independentemente de se auto-identificarem faxinalenses.

Art. 3º - Para os termos do presente Acordo Comunitário deve ser considerado o modo de vida tradicional que a mais de duzentos anos rege os costumes das populações que tradicionalmente ocupam esses espaços. Que as regras aqui dispostas são fruto dos costumes que já vigoram e se adaptam nestas regiões desde a sua remota organização. Bem como que a disposição escrita dessas regras vem apenas reafirmar o que costumeiramente já é lei nos territórios faxinalenses.

Art. 4º - São divisas dos faxinais:

- a. As cercas;
- b. As valós; e
- c. Os Rios.

Título II - Das Regras de Convivência nos Territórios Faxinalenses.

Capítulo I – Das Regras para Cercas e Fechos nas áreas de Faxinal.

Art. 5º - Admite-se, em área de faxinal, a construção de fecho (cerca que delimita determinada propriedade) respeitando o limite de 20% do lote, sendo que essa medida nunca poderá ultrapassar 2.000 (dois mil) metros.

Parágrafo Único – Nos lotes em que o fecho supera os limites estabelecidos acima, mas que já estiverem constituídos em data anterior à entrada em vigor do presente acordo não haverá alteração, ficando desde já vedado aumentar o fecho.

Art. 6º - Todas as cercas construídas em área de faxinal, internas ou confrontantes, obedecerão as seguintes especificações:

- a. Tela com arame de 12 mm, ou cerca com arame farpado com quinze fios, em ambos os casos com mureta de concreto na base;
- b. É proibida a utilização de cerca elétrica;
- c. O Faxinal não se compromete por danos causados se as cercas estiverem fora dos padrões estabelecidos;
- d. O ônus de manter as cercas em condições mínimas de eficácia é de quem optou por elas, sabendo-se que no sistema de faxinal tradicionalmente não há separação das propriedades;
- e. Aquele que não cumprir os padrões estabelecidos para o fecho/cerca, ou não fizer as necessárias manutenções que assegurem o correto funcionamento das mesmas não terá legitimidade para reclamar por eventuais danos que venha a sofrer.

Art. 7º - Todas as cercas, a partir da entrada em vigor do presente acordo comunitário, respeitarão a distância de, no mínimo, 5 (cinco) metros de cada lado das estradas.

Art. 8º - Cumpre à Comissão Local, em conjunto ou separadamente com as entidades fiscalizadoras e policiais nacionais, fiscalizar a regularidade das cercas e fechos nas áreas de faxinal, podendo, para isso, adentrar nas propriedades onde se fizer necessário.

Parágrafo Único – O proprietário que se negar à entrada da Comissão Local terá contra ele a presunção de descumprimento das normas estabelecidas neste Acordo Comunitário.

Capítulo II – Das Regras para a Criação

Art. 9º - Nos faxinais é tradicional a criação solta;

Art. 10º - É proibido criar cabrito nas áreas de faxinal;

Art. 11º - No faxinal é proibido manter animais que venham a descascar os pinheiros, comer mudas de pinheiros, matar ou agredir outros animais ou pessoas;

Art. 12º - É proibido instigar animais para praticar violência contra outros animais ou pessoas;

Art. 13º - No faxinal é obrigatório enterrar animal morto, admitindo-se a composteira nos casos específicos de aviários;

Art. 14º - Quem não tem terras em área de faxinal não pode manter animais neste espaço;

Art. 15º - É costume tradicional desta comunidade, além da criação dos animais mencionados acima e de animais domésticos, também o consumo daqueles, além de fazer embutidos, defumados, para consumo das famílias e da comunidade, fazendo o abate em suas propriedades com total higiene de nosso costume, podendo ser ao ar livre sem restrições, por nós auto-definirmos comunidade tradicional e garantindo os nossos costumes em leis abaixo mencionadas;

Art. 16º - O número de animais por entidade familiar será definido pela Comissão Local em documento escrito e votado em Assembleia e que fará parte do presente Acordo Comunitário;

Capítulo III – Das Regras para o trânsito:

Art. 17º - Veículos na área de faxinal devem transitar com velocidade compatível, não superior a 30 km/h, de forma que possa se precaver para evitar acidentes com pessoas ou animais. Ou seja, é obrigação do motorista manter vigília e atenção, além de velocidade compatível nas áreas de faxinal;

Art. 18º - Em caso de acidente o motorista deverá responder cível e criminalmente pelos danos decorrentes.

Capítulo IV – Das Regras para o Lixo:

Art. 19º - As comunidades do Meleiro e Espigão das Antas se comprometem a utilizar os pontos de coleta. O mesmo será aplicado no faxinal da Pedra Preta assim que o ponto for instalado lá.

Art. 20º - É dever de cada cidadão zelar pelo espaço correspondente ao perímetro de 50 metros de sua residência ou do fecho, quando este existir, comprometendo-se a efetuar regularmente a limpeza de seu espaço.

Art. 21º - Haverá, a critério e combinação da Comissão Local em conjunto com a comunidade, mutirões regulares para a limpeza do faxinal.

Art. 22º - Os resíduos orgânicos podem ficar nas propriedades para decomposição, mas os recicláveis devem ser encaminhados para os pontos de coleta respectivos;

Parágrafo Único - Os demais serão encaminhados para pontos de coleta nas estradas, sendo que a responsabilidade de levar até referidos pontos é de quem produziu o lixo.

Capítulo V – Das Infrações e Penalidades:

Art. 23º - Os valores percebidos a título de multas serão revertidos ao faxinal para uso em benefício de toda a comunidade.

- a. só haverá multa após deliberação da Comissão Local;
- b. havendo acordo entre o causador dos danos a vítima e a comissão local, será lavrado um termo, no qual irá constar prazo para o cumprimento da obrigação, e será assinado, constituindo título executivo para os fins de direito. Como recompensa eximirá o infrator do pagamento da multa desde que o acordo seja cumprido, em caso de descumprimento sujeitará o infrator à cobrança do valor integral perante a justiça;

Art. 24º - Constitui infração nas áreas de faxinal:

- a. Matar animais de terceiros, pelas próprias mãos ou qualquer outro instrumento, inclusive outros animais, sujeito à penalidade ordinária, sem prejuízo da ação penal cabível;
- b. Se a infração acontecer por atropelamento a penalidade será média, sem prejuízo da ação penal cabível;
- c. Se ocorrer utilizando-se de meios cruéis, por exemplo, tiro, tortura ou motivos banais (tais como preconceito contra o modo de vida faxinalense) a penalidade será grave, sem prejuízo da ação penal cabível;

- d. Se ocorrer sem intensão, será diminuído, a critério da comissão local, de $\frac{1}{4}$ a $\frac{3}{4}$;
- e. Furtar animais dentro do faxinal a penalidade será ordinária, sem prejuízo da cobrança do valor do animal e ação penal;

Art. 25° - Também constitui infração:

- a. Não se adequar às exigências do lixo, previstas nos artigos 17 e seguintes, a penalidade será limpar a área determinada, caso não cumpra será aplicada a multa ordinária;
- b. Construir fecho fora das especificações, sob pena de ser obrigado a destruir o fecho e colocar nas especificações, em caso de descumprimento a pena irá variar de média à grave, a critério da comissão local, que irá avaliar a extensão do fecho e o padrão da cerca utilizada. Sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.
- c. Manter animais proibidos nas áreas de faxinal, a penalidade será retirá-los da área de faxinal;
- d. Pessoas que não tem áreas dentro do faxinal, ou que não disponibilizem sua área, não podem manter sua criação nesta área. Na primeira vez, a pessoa será alertada para retirar, da segunda em diante será aplicada a penalidade ordinária, por vez em que o animal for pego nessa situação.
- d.1. Exceção para as áreas que fazem fronteira com o faxinal.

Capítulo VI – Da Comissão Local:

Art. 26º - Haverá duas comissões locais, uma competente pelo Espigão das Antas e Pedra Preta e outra para o Meleiro, composta, cada uma, por 5 integrantes eleitos em Assembleia, por maioria absoluta;

Art. 27º - Compete às Comissões Locais:

- a. Fiscalizar as determinações do acordo comunitário;
- b. Instaurar Procedimento Administrativo e aplicar as penalidades nos casos dispostos no presente Acordo Comunitário;
- c. Nomear um dos 5 eleitos para compor o Conselho Gestor da ARESUR, sendo que os demais serão suplentes;
 - c.1 - Na comissão de espigão e pedra preta haverá dois titulares, nomeados entre os cinco integrantes da comissão local, sendo os demais suplentes.

Art. 28º - Este Acordo Comunitário é devidamente aceito por todos e ficará fazendo parte integrante de todos os contratos que versem sobre direitos e deveres das propriedades nas terras compreendidas pelo faxinal, devendo ser rigorosamente observado e cumprido por todos os moradores e terceiros neste território, seus prepostos, dependentes ou pessoas que com os mesmos tenham relações dentro do faxinal.

O presente Acordo Comunitário foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária do dia....., estando devidamente lavrado, passa a vigorar desde a presente data.

Mandiritubá, de de 2011.